

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANDRÉIA MONTEIRO CARVALHO

VESTIR-SE PELA E PARA A ESCOLA: representações da obrigatoriedade do uso do
uniforme escolar no Liceu Maranhense (1894-1909)

São Luís

2022

ANDRÉIA MONTEIRO CARVALHO

VESTIR-SE PELA E PARA A ESCOLA: representações da obrigatoriedade do uso do uniforme escolar no Liceu Maranhense (1894-1909)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos.

São Luís

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Carvalho, Andréia Monteiro.

Vestir-se pela e para a escola : representações da obrigatoriedade do uso do uniforme escolar no Liceu Maranhense 1894-1909 / Andréia Monteiro Carvalho. - 2022.
160 f.

Orientador(a): Samuel Luis Velázquez Castellanos.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Cultura material escolar. 2. História da Educação.
3. Liceu Maranhense. 4. Uniforme escolar. I.
Castellanos, Samuel Luis Velázquez. II. Título.

ANDRÉIA MONTEIRO CARVALHO

VESTIR-SE PELA E PARA A ESCOLA: representações da obrigatoriedade do uso do uniforme escolar no Liceu Maranhense (1894-1909)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 29/ Ago./ 2022.

BANCA EXAMINADORA

Samuel Luis Velázquez Castellanos (Orientador)

Pós-doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Vera Lucia Gaspar da Silva

Pós-Doutora em Educação
Universidade do Estado de Santa Catarina

Francisca das Chagas Silva Lima

Pós-doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Cesar Augusto Castro (Suplente)

Pós-Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Diana Rocha da Silva (Suplente)

Doutora em Educação Escolar
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe Maria Elza, pai Raimundo Nonato, irmã Natuane Monteiro e irmão Andrey Monteiro, pelo apoio e amor.

A G R A D E C I M E N T O S

Minha mãe é costureira. Ela me ensinou que “reformular uma roupa é mais trabalhoso que criar uma”. E este trabalho é a confirmação disso. Inúmeras vezes tentei criá-lo como novo, mas ele já estava repleto de marcas. Marcas de um histórico acadêmico, de experiências pessoais e coletivas que estão aqui, nas entrelinhas. Sou grata por quem me deu tecidos, linhas, agulhas e muito mais do que caberia em um texto tão breve e formal, quando aqui só restavam retalhos.

A minha mãe, Maria Elza de Melo Monteiro, agradeço pela base. Ela é minha estrutura e meu modelo de resistência. Uma mulher forte e sempre disposta a ajudar, que me fez priorizar os estudos mesmo nos tempos mais difíceis. Por todo esforço, amor, compreensão, dedicação e apoio que oferece a todas as minhas decisões na vida pessoal e acadêmica, muito obrigada!

Ao meu pai, Raimundo Nonato Neves Carvalho, pela paciência, pelos dias de trabalho dedicados à minha formação e pelo ânimo em contar histórias que tentam passar a mensagem da importância de levar a vida de uma forma mais leve.

Ao meu irmão, Andrey Monteiro Carvalho, pela amizade e pela forma bem humorada de lidar com os problemas, alegrando a casa diariamente. Meu irmão, meu melhor amigo, que corre atrás do que for preciso para que eu possa alcançar meus objetivos e ser feliz.

À minha irmã Natuane Monteiro Silveira (*in memoriam*) por registrar em mim lembranças que me incentivam a levar meus projetos adiante, aproveitando da melhor forma possível toda oportunidade de (re)aprender algo novo. Sua memória me ajuda a ter autocontrole e fé.

A Sthephany Passos Souza, namorada, pela compreensão, abraços e incentivo diários. Com ela aprendi que sou sensível e que só assim se absorve a aprendizagem: com olhar atento e aberto às frustrações das nossas expectativas. Às vezes é necessário reiniciar!

A Luciana Maria Ribeiro de Araujo, amiga, pessoa que me deu suporte e contribuiu para que eu não perdesse o foco, apesar do cansaço. Diminuiu minha preocupação tomando conta de inúmeras tarefas enquanto eu estudava.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE do Centro de Ciências Sociais - CCSO, pelo trabalho de acolhimento e orientação durante todo meu desenvolvimento acadêmico na pós-graduação.



À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA pelo investimento nesta pesquisa, fundamental para garantir minha permanência na Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

À turma 20 do Mestrado em Educação, pela descontração e amizade, dos quais destaco Jarina Serra Santos e Mateus Araújo Souza, amigos de Núcleo de Pesquisa e de Pós-Graduação, que me apoiaram em diversos momentos complicados da formação, dividindo os pesos e dificuldades enfrentadas nessa fase. Sou profundamente grata.

Ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL, minha família em solo universitário, local em que recebi orientações e aulas que contribuíram significativamente para escrita deste trabalho e onde construí laços importantes.

Ao prof. Dr. César Augusto Castro, pelo amor que tem à pesquisa e pela confiança depositada em mim desde a graduação. Este trabalho é resultado de anos de convivência e conhecimentos compartilhados. É nosso pai intelectual, quem nos forneceu meios de nos manter na universidade e incentivou para trilhar o caminho dos estudos.

À prof. Dra. Diana Rocha da Silva pela sensibilidade e disponibilidade dedicados ao nosso núcleo de pesquisa, uma mulher que é referência de profissionalismo e humildade no processo de aprendizagem.

A Samuel Luis Velázquez Castellanos pela atenção, orientação e dedicação ao trabalho, cruciais para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Sou grata pela confiança depositada neste projeto e pela enorme paciência.

A todos e todas, minha eterna gratidão. Assino o trabalho, mas cada linha vem de condições favoráveis, da estrutura financeira, intelectual e afetiva que essas pessoas e instituições me forneceram. Aprendi a abraçar esses retalhos como a aceitação de que nada está completo e que isso é algo bom, isso é ciência, história, somos nós em transformação, pesquisadores em constante formação. E até entender isso, não estive, nem estou só.



Não mais a posse dos documentos ou a busca de verdades definitivas. Não mais uma era de certezas normativas, de leis e modelos a regerem o social. Uma era da dúvida, talvez, da suspeita, por certo, na qual tudo é posto em interrogação, pondo em causa a coerência do mundo. Tudo o que foi, um dia, contado de uma certa forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas.

Pesavento (2012, p. 16).

RESUMO

Este estudo é um produto do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão na linha História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana. Foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão e faz parte dos trabalhos realizados pelo Núcleo de Estudos em História da Documentação e das Práticas Leitoras. Nossa problemática se concentra em avaliarmos em que medida as representações sobre a obrigatoriedade do uniforme escolar do Liceu Maranhense, registradas pelos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*, podem ter influenciado os processos de produção, indicação, aprovação, distribuição e uso dessa indumentária (1894-1909). Objetiva-se compreender essas diferentes representações a partir dos sentidos atribuídos ao objeto pela imprensa, discentes, familiares, mercado, professores e Estado. Operacionaliza-se a pesquisa em: 1) localização e caracterização dos discursos; 2) identificação dos sujeitos que produziram as notícias e que foram citados nos textos; 3) análise do funcionamento e das representações do Liceu, pelo significado da formação para cada indivíduo/ grupo, e suas possíveis relações com a adoção ou negação do vestuário oficial. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, baseada em autores que abordam: cultura escolar, cultura material escolar e indumentária, além de relatórios, mensagens, regulamentos e legislação do período. A análise e tratamento das fontes apoia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, que preveem o estudo da história dos objetos na sua materialidade, das práticas nas suas diferenças e das configurações sociais e culturais, mudanças nas estruturas psíquicas e armaduras conceituais, analisadas nas suas variações históricas. Como resultado, observamos que a segurança do corpo discente era uma das principais motivações para aquisição do uniforme, contudo, a existência de solicitações de dispensa e a posterior flexibilização da imposição, apontaram para uma baixa adoção do vestuário, que pode estar relacionada o aumento do abandono escolar. Esta pesquisa contribui com a História da Educação no Brasil e com a História da Educação Maranhense, pelo uso da imprensa como fonte para o estudo das representações do uniforme escolar mediante as diferentes práticas que influenciaram na organização da instituição assinalando-se como a idealização de dois modelos de vestuário pode ter sido indicativo da presença de grupos economicamente distintos na escola, além de outras condições que modelaram a história da cultura material escolar local.

Palavras-chave: História da Educação; Liceu Maranhense; cultura material escolar; uniforme escolar.

ABSTRACT

This study is a product of the Graduate Program in Education at the Federal University of Maranhão in the line History, Educational Policies, Work and Human Formation. It was funded by the Foundation for Research and Scientific and Technological Development of Maranhão and is part of the work carried out by the Center for Studies in the History of Documentation and Reading Practices. Our problem focuses on evaluating to what extent the representations about the mandatory school uniform of the Liceu Maranhense, recorded by the newspapers Pacotilha and Diário do Maranhão, may have influenced the processes of production, indication, approval, distribution and use of this garment (1894- 1909). The objective is to understand these different representations from the meanings attributed to the object by the press, students, family members, market, teachers and the State. The research is operationalized in: 1) location and characterization of the speeches; 2) identification of the subjects who produced the news and who were cited in the texts; 3) analysis of the Lyceum's functioning and representations, by the meaning of training for each individual/group, and its possible relationships with the adoption or denial of official clothing. The research is characterized as bibliographical and documental, based on authors that address: school culture, school material culture and clothing, in addition to reports, messages, regulations and legislation of the period. The analysis and treatment of the sources is based on the theoretical-methodological assumptions of Cultural History, which foresee the study of the history of objects in their materiality, practices in their differences and social and cultural configurations, changes in psychic structures and conceptual armor, analyzed in their historical variations. As a result, we observed that the safety of the student body was one of the main motivations for acquiring the uniform, however, the existence of waiver requests and the subsequent easing of the imposition, pointed to a low adoption of clothing, which may be related to the increase in the number of students. school dropout. This research contributes to the History of Education in Brazil and to the History of Education in Maranhão, through the use of the press as a source for the study of representations of the school uniform through the different practices that influenced the organization of the institution, marking itself as the idealization of two clothing models may have been indicative of the presence of economically distinct groups in the school, in addition to other conditions that shaped the history of the local school material culture.

Keywords: History of Education; Liceu Maranhense; school material culture; school uniform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pacotilha como dispositivo.....	39
Figura 2 – Pacotilha: o título ilustrado	40
Figura 3 – Jornal Pacotilha: Alterações nos cabeçalhos	42
Figura 4 – Diário do Maranhão como dispositivo	43
Figura 5 – A tática das formas	55
Figura 6 – Saiotes, calções e roupas de meia versus uniforme Casimiro	63
Figura 7 – Alunas da Escola Normal em aula de ginástica sueca (ES), 1912	67
Figura 8 – Alunos do Colégio Pedro II em aula de ginástica sueca (RJ), 1909	67
Figura 9 – Uniforme Casimiro: os sujeitos do objeto.....	70
Figura 10 – Informação e opinião em debate	77
Figura 11 – Os efeitos da opinião sobre a informação	81
Figura 12 – Pacotilha, opinião sob a instrução pública	82
Figura 13 – A venda dos bonets para o Liceu	84
Figura 14 – O que dizem os títulos que não se repetem	87
Figura 15 – A imposição do uniforme nos Atos Oficiais	95
Figura 16 – A negação dos requerimentos de dispensa do uniforme	95
Figura 17 – Primeira flexibilização da obrigatoriedade do uniforme do Liceu	97
Figura 18 – Diploma de Bacharel do Liceu Maranhense (1895)	101
Figura 19 – Ofícios de 9 de dezembro de 1898.....	103
Figura 20 – Fábrica Santa Isabel, situado no atual Canto da Fabril em São Luís.....	106
Figura 21 – O uniforme e o mercado local: Casa Londres	136
Figura 22 – O uniforme e o mercado local: Casa Gentil	136
Figura 23 – Padrões de beleza da Mulher Maranhense e a intelectualidade	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte (2015-2021)	20
Quadro 2 – Estado da Arte (2004-2012)	21
Quadro 3 – A relação da tríade livro-leitura-leitor com os três eixos da História Cultural ...	29
Quadro 4 – Custo e tiragens do jornal <i>Pacotilha</i> (1894-1904).....	42
Quadro 5 – Processos do uniforme escolar no jornal <i>Pacotilha</i>	45
Quadro 6 – Processos do uniforme escolar no jornal <i>Diário do Maranhão</i>	48
Quadro 7 – Relação forma e frequência das notícias sobre o uniforme escolar.....	56
Quadro 8 – O que informam as notícias sem título	57
Quadro 9 – Saiotes, calções e roupas de meia <i>versus</i> uniforme Casimiro	64
Quadro 10 – O uniforme em três relações com Casimiro	76
Quadro 11 – O que informam as colunas de opinião	80
Quadro 12 – Estratégias de informação e efeitos sobre o corpo escolar	82
Quadro 13 – <i>Pacotilha</i> , opinião sob a instrução pública	83
Quadro 14 – A venda dos bonets para o Liceu.....	85
Quadro 15 – Formas de título que não se repetem	86
Quadro 16 – Relação forma e frequência das notícias sobre o uniforme escolar do <i>Diário do Maranhão</i>	94
Quadro 17 – Oscilações da obrigatoriedade no ensino primário.....	119
Quadro 18 – Modelos de uniforme identificados na imprensa maranhense (1894-1922).....	140

LISTA DE SIGLAS

APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
BN	Biblioteca Nacional
BPBL	Biblioteca Pública Benedito Leite
NEDHEL	Núcleo de Estudos em Documentação e História da Educação e das Práticas Leitoras
NHC	Nova História Cultural
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.2	Problemática central e questões norteadoras	22
1.3	Objetivo geral e objetivos específicos	26
1.4	Percurso metodológico	27
1.5	Natureza da pesquisa e outras fontes consultadas	31
1.6	Estrutura do trabalho	33
2	O PONTO: as representações da obrigatoriedade do uniforme nos jornais	35
2.1	Pacotilha e Diário do Maranhão: breve histórico dos dispositivos	39
2.2	Da indicação ao uso: processos que acompanham a inserção do uniforme no Liceu Maranhense	44
2.3	O contexto e os impactos da obrigatoriedade do uniforme segundo a opinião do jornal Pacotilha	55
2.4	Os contornos comerciais do Diário do Maranhão sobre o uniforme do Liceu	92
3	O QUE É SER ALUNO DO LICEU MARANHENSE: as representações da escola para a política, o mercado e a sociedade maranhense republicana	109
3.1	Se foi pedido o saiote e o calção às moças, necessariamente fez-se aquela exigência aos rapazes: contrastes do vestuário entre Liceu e Escola Normal	113
3.2	Das petições iniciais às transformações do Liceu Maranhense: mudanças do uniforme no decorrer dos anos	128
4	CONCLUSÃO	143
	REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

Nesta investigação intitulada *Vestir-se pela e para a escola: um estudo das representações da obrigatoriedade do uso do uniforme escolar no Liceu Maranhense (1894-1909)* nos dedicamos ao estudo das práticas escolares registradas pela imprensa com relação ao modelo oficial de vestimenta proposto na cultura escolar ludovicense republicana e às diversas discussões ao respeito. Nesse sentido, elaboramos um título que valoriza dois protagonistas do jogo de representações da obrigatoriedade do uniforme do Liceu Maranhense: “*vestir-se pela escola*” se refere ao agente que impõe o objeto (instituição, Estado, idealizadores e mercado); “*vestir-se para a escola*” refere-se àquele que se apropria (discentes, família, imprensa). Essas duas vias de ação partem do conceito de lutas de representações de Chartier (1991), onde se apoiam os pilares da História Cultural. Por esse viés entende-se que um mesmo objeto pode ser lido de variadas formas, mediante o local social do leitor somado a outras circunstâncias específicas de um contexto, de escolhas e práticas (CHARTIER, 1991). Recortamos o período de 1894 a 1909, pois é a fase em que encontramos as primeiras e últimas notícias relacionadas ao processo de imposição nas duas fontes simultaneamente. Em 8 de junho de 1894 foi publicada a portaria que definiu a sua obrigatoriedade, acompanhando uma virada política e social no Estado onde se expressava o desejo de consolidar os ideais republicanos de ordem e disciplina, questões de higiene e problemáticas que desembocavam na insegurança do corpo discente, impulsionando a necessidade da adoção de um uniforme. Destacamos e reforçamos a questão da obrigatoriedade, já que até 1894, embora não tivesse sido definido um modelo oficial, já existiam práticas de vestir-se “com decência” (descrição qualitativa definida pelas fontes)¹ para as aulas que podem ter padronizado, de certa forma, uma maneira de se apresentar na instituição.

A pesquisa é oriunda do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão PPGE/ CCSO está incluída na Linha 1 – História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação – Humana e faz parte do Grupo de Pesquisa 1 – História e Memória da Educação Maranhense – GHIMEM, na qual tivemos financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Por outro lado, contamos também com o apoio e a orientação do Núcleo de Estudos em Documentação e História da Educação e das Práticas

¹ PACOTILHA: Jornal da Tarde. Publicado em 30 de maio de 1894, ano XIV, n. 127. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4 p.

Leitoras – NEDHEL que tem se dedicado ao uso dos jornais como fonte de pesquisa desde 2017, por meio do projeto *O Liceu como Instituição Escolar de Formação do Pensamento Intelectual e Cultural do Maranhão no Período Imperial (1838 - 1889)*, seguindo as propostas metodológicas da História Cultural para o tratamento desses materiais. Destarte ampliamos as buscas na Primeira República no intuito de acompanhar alguns trabalhos da equipe que já estavam em andamento, embora utilizando outros tipos de fonte (Leis, Decretos, Regulamentos e Relatórios dos representantes do Estado).

Ainda em 2017 tivemos acesso a duas obras de referência: o *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007* (MARANHÃO, 2007); e o *Catálogo histórico da imprensa maranhense: do prelo ao prego (1821-2007: capital); (1833-2007: municípios)* (VILANETO, 2008), dos quais, seus dados foram organizados em tabelas determinando-se aspectos fundamentais para viabilizar a pesquisa, entre eles, a disponibilidade das fontes no meio virtual e físico. Os serviços de registro e publicação dos jornais dos acervos digitais da Biblioteca Nacional (BN) e da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), além de inúmeros outros portais de acesso à informação, foram indispensáveis para viabilizar todo o processo investigativo. No meio físico, acessamos os arquivos da Biblioteca Pública Benedito Leite e Arquivo Público do Estado do Maranhão, já que estar em contato com as fontes nos permite visualizar as dimensões, cores e qualidade de impressão dos jornais. Além disso, pesquisas como esta se tornam mais relevantes por criar novos pontos alternativos de acesso a informações de recursos materiais que já não estão mais em condições de uso, como as publicações do jornal *Diário do Maranhão* no período traçado.

No recorte da Primeira República selecionamos dois jornais em circunstâncias diferentes. A princípio, escolhemos a *Pacotilha* (1880-1939)² pela disponibilidade do material e pela frequência de publicações. Neste jornal realizamos um levantamento geral sobre a cultura material escolar, classificando os objetos com base em 13 categorias³ encontradas em uma listagem na obra *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*, uma pesquisa coletiva que teve como proposta

[...] mostrar a produção e circularidade dos utensílios [...]. Evidenciando que, independente das influências econômicas, políticas, sociais e i(m)igratórias, havia a presença de uma rede de consumidores e distribuidores desses objetos que estavam espalhados em todas as regiões do país. (CASTRO, 2013, p. 7).

² Período de circulação segundo a disponibilidade de materiais na Biblioteca Nacional.

³ 1) Móvel; 2) Utensílios da escrita; 3) Livros e revistas escolares; 4) Materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino; 5) Organização/escrituração da escola; 6) Prédios escolares; 7) Material de higiene; 8) Materiais de limpeza; 9) Trabalhos dos alunos; 10) Indumentária; 11) Ornamentos; 12) Honrarias; e 13) Jogos e brinquedos.

Cerca de 27 pesquisadores destas 5 regiões brasileiras se dedicaram a um projeto maior, intitulado “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)”⁴. As categorias listadas foram organizadas a partir de informações extraídas de fontes como cartas de professores/escola, expedientes administrativos – listas de materiais, lista de almoxarifado, dentre outras, contudo é importante salientar que essas listas de objetos constam em um quadro como forma de organização dos dados na obra. Nós, neste trabalho, consideramos essa listagem como categorias relevantes e as utilizamos para guiar nossas buscas. Considerando essa informação, na primeira investigação identificamos três categorias com maior incidência: livros e revistas escolares (30%); indumentária (24%) e prédio escolar (21%).

Em 2018, por estar cursando Graduação em Biblioteconomia, escolhemos pesquisar sobre a categoria de maior incidência: *livros e revistas escolares*, tendo como resultado a monografia *Os livros adotados no Liceu Maranhense pelas linhas do jornal Pacotilha (1889-1930): uma análise a partir da Cultura Material* (CARVALHO, 2018). Em 2019, para o projeto de mestrado, focamos na segunda categoria de maior incidência: *indumentária*. A indumentária chamou nossa atenção, pois desde a primeira notícia levantada em 30 de maio de 1894, foram problematizadas questões sociais inseridas no edital que previa o seu uso obrigatório.

Portanto, quando elaboramos o projeto, estávamos imersos em inúmeras questões sobre o uniforme escolar. Nessa segunda etapa, voltamos a consultar os catálogos e, seguindo os mesmos critérios aplicados ao jornal *Pacotilha* (disponibilidade e frequência de publicações) identificamos notícias relacionadas à obrigatoriedade no *Diário do Maranhão* (1855-1911)⁵. Nele, o início das publicações sobre o tema também é datado de 1894 e se encerram em 1909, pois é até onde conseguimos localizar dados das duas fontes. Mas afinal, qual o papel do uniforme na cultura escolar e por que a obrigatoriedade é um fator tão marcante nas discussões da imprensa maranhense? Para atender a essas interrogações, no campo da História da Educação, emergiram como categorias fundamentais do projeto: cultura material escolar, instrução secundária ao nível nacional e local e o uniforme escolar. Sendo assim, entende-se

⁴ Os trabalhos se dividiram em 4 grupos temáticos: GT1 - Estudo do significado, das iniciativas de adoção e das práticas geradas pelo método intuitivo e seus desdobramentos e inflexões a partir da difusão da escola nova; GT2 – Exame da materialidade da escola primária graduada pelo estudo da cultura material escolar; GT3 – Análise das representações sociais sobre grupos escolares; GT4 – Estudo da institucionalização da escola graduada nos vários estados do Brasil considerando as reformas educacionais, a expansão das instituições escolares, a organização pedagógica e a relação entre vários tipos de escolas primárias (escolas isoladas, reunidas, grupos escolares e escolas municipais, estaduais e privadas). (CASTRO, 2013, p. 7-8).

⁵ Período de circulação segundo a disponibilidade de materiais na Biblioteca Nacional.

que a cultura material escolar é uma das inúmeras ramificações que compõem o universo da cultura, onde “[...] os objetos escolares são [visto como] artefatos tecnológicos produzidos socialmente e que carregam marcas do seu tempo”. (KINCHESCKI; SOUSA, 2017, p. 2).

Gilda de Melo e Souza em *O espírito das roupas: a moda no século dezenove* (1987, p. 125), evidencia que “[...] a vestimenta é uma linguagem simbólica, um estratagema de que o homem sempre se serviu para tornar inteligíveis uma série de ideias como o estado emocional, as ocasiões sociais, a ocupação ou o nível do portador”. Essa afirmação revela seu potencial em movimentar as relações em interação nas instituições. O uniforme surge então como um elemento que cumpre esses papéis sociais (valores; *status*), tendo como pano de fundo, sua imagem para a sociedade e os alunos como portadores de ideais pré-definidos; afinal, o aspecto material é também um reflexo de um conjunto de normas, práticas e intencionalidades relacionadas à escola (PERES; SOUZA, 2013).

Na tríade *representação-prática-apropriação* o uniforme é descrito física e simbolicamente conforme as intencionalidades de quem produz as narrativas, afinal, os objetos são “[...] historicamente produzidos por práticas articuladas” (CHARTIER, 1988, p. 27), sendo válido destacar que em nenhum momento trabalhamos com o uniforme, objeto físico, investigamos as suas representações na imprensa; isto é, como essa materialidade⁶ é expressa na documentação. Logo, toda a análise realizada no sentido de historicizar o objeto, desnaturalizando sua inserção no universo escolar. Os dois jornais selecionados publicaram notícias sobre a obrigatoriedade do uniforme em um período semelhante; contudo, de formas diferentes. Do mesmo modo, os sujeitos apontados nos discursos têm práticas particulares que resultam em múltiplas apropriações do uniforme. Por isso, para apreender as motivações dessas apropriações nos concentramos na observação das relações de forças entre os redatores da imprensa e entre os sujeitos citados nos discursos da imprensa (estudantes, familiares/responsáveis, Estado, mercado); representações construídas sobre a imposição de um vestuário específico na cultura escolar, sem desassociar a história da cultura material escolar do Liceu Maranhense daquilo que lhe é inerente: a história do Maranhão e as inspirações que promoveram expectativas sobre o ensino secundário nacional.

Os objetos escolares são inseridos em um ambiente que impõe comportamentos moldados por regras institucionais previamente elaboradas; porém, a “[...] cultura escolar não

⁶ Neste estudo “materialidade” é compreendida como todas as características que definem o objeto, isto é, tudo que compõe o objeto – uniforme. Contudo, só tivemos acesso às representações nos jornais, por esse motivo consideramos tanto as características do uniforme, quanto as dos jornais, nas suas individualidades, na tentativa de analisar a problemática sem desassociá-la das possíveis influências do universo que a abriga, a imprensa.

pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (JULIA, 2001, p. 10). Essas influências permitem compreender como, desde a idealização, o que está em pauta é muito além do que cobrir o corpo; a identificação conduz uma necessidade intensa para além dos portões da escola. Como aponta Umberto Eco (*et al.*, 1982) em *Psicologia do Vestir*, as roupas comunicam; funcionam como mecanismos úteis para transmitir uma mensagem. Nessa lógica, buscamos na oficialização de um modelo o porquê da urgência de uma mensagem a ser transmitida e de onde parte o desejo pela leitura desses corpos em formação e socialização.

A obrigatoriedade do uniforme é um fator fundamental, pois marca uma mudança nas práticas em curso. Para alguns liceístas, vestir-se adequadamente não é mais suficiente. É necessário ser lido especificamente como estudante do Liceu, como medida de segurança contra constrangimentos vigentes do contexto político e social do período. Na interpretação desses discursos exibimos os prós e os contras da sua obrigatoriedade sem separar a discussão da materialidade que a abriga, sua produção e circulação, situando a fonte no seu lugar no tempo, como propõe Barros (2019). Sendo assim, gradualmente, pela análise dos materiais, compreendemos que nosso foco não era descrever uma história do vestuário desde a sua origem, mas entender os impactos da obrigatoriedade desse artefato no funcionamento da escola. De um lado, a *Pacotilha* (1880-1939) critica a obrigatoriedade do uniforme; do outro, o *Diário do Maranhão* (1855-1911) se limita a publicar, principalmente, notas da inspetoria da Instrução Pública do Estado. Embora sigam objetivos opostos, os dois se encontram em um tempo na história, dialogam entre si, e permitem um olhar sobre os primórdios da obrigatoriedade sob prismas particulares. Por essa razão, nosso percurso reflete sobre vários aspectos: 1) o que é a fonte e quais dados conseguem-se apreender a partir da sua perspectiva? 2) que sujeitos participam dessa luta de representações e quais informações podem existir por trás das notícias? 3) a quem interessam as decisões públicas sobre a instrução, quem coordena os processos e quais interesses estão em jogo? Simultaneamente, seria necessário buscar a história dos uniformes do ensino secundário brasileiro no intuito de identificar as motivações que fundamentaram sua inserção e permanência no Maranhão. Essas dúvidas são aspectos que elucidam o que Souza (2013) nomeia como *escalas de observação*, divididas em História Global e História Local. De um lado, os aspectos do ensino secundário nacional, do outro, o desenvolvimento do ensino secundário maranhense, o que permite visualizar características semelhantes e/ou divergentes entre dois polos que, direta ou indiretamente se comunicam em uma mesma temporalidade.

Desde o nosso primeiro contato com as notícias da *Pacotilha* (1880-1939) entendemos que para pensar na obrigatoriedade do uniforme escolar, precisaríamos entender o acesso ao ensino público, as diferenças de poder aquisitivo dos alunos e como suas práticas se relacionavam com o modelo imposto. O aspecto financeiro chama atenção para a importância de considerar a escola, bem como seus participantes, como consumidores. Como explicam Vidal e Silva no estudo: *por uma história sensorial da escola e da escolarização*, durante o século XIX, “[...] o interesse capitalista [...] viu na disseminação da instituição escolar um novo nicho aberto à produção industrial”. Segundo as autoras no século XIX os investimentos nas escolas tiveram interesses mais amplos, não apenas de cunho pedagógico, mas também governamental. Para Faria Filho (2007) nas discussões do período refletia-se a necessidade de instruir o povo para criar um cenário propício à governabilidade, sobretudo, composto pela população que vivia à margem desses espaços de formação: negros (livres, libertos ou escravos), indígenas e mulheres. Ou seja, a instrução tinha finalidade de:

[...] generalizar os rudimentos do saber, ler, escrever e contar, não se imaginando, por outro lado, uma relação estreita dessa escola com outros níveis de instrução: o secundário e o superior. Nessa perspectiva, pode-se afirmar, como muitos faziam à época, que, para a elite brasileira, a escola para os pobres, mesmo em se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras. (FARIA FILHO, 2007, p. 136).

Nesse sentido, o ensino secundário, embora admitisse alunos não pagantes, era essencialmente formado pelas elites representadas por “[...] brancos e proprietários de escravos e terras [...]” (LONZA, 2005, p. 34). No Maranhão o ensino no período imperial foi marcado por mudanças frequentes na administração, resultando na descontinuidade das ações aplicadas no setor. Apesar disso, permanece nos relatórios a reclamação acerca da sistematização das aulas no Estado, discutindo-se a sua importância e os impactos da não efetivação. A criação do Liceu Maranhense na capital, em 1838, é uma das tentativas de centralizar a fiscalização e administração da Instrução Pública, fazendo com que muitas vezes as ações dos conselhos e da inspetoria se misturassem com a rotina da escola que também era destinada, principalmente, às elites locais (CASTELLANOS, 2006). Aspecto este que contribui para desenhar os protagonistas da escola, pensados a partir de uma expectativa social equivalente às condições impostas pelo Liceu: sujeitos com poder aquisitivo necessário para a compra dos materiais obrigatórios. No percurso histórico das instituições buscamos semelhanças e diferenças, no intuito de desvendar individualidades nos processos de inserção do uniforme escolar, em vista dos argumentos, da função e das possíveis razões para sua consolidação no Liceu Maranhense.

Para nos guiar neste trabalho, realizamos um levantamento na Base Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) onde encontramos 5 dissertações publicadas entre 2015 a 2020⁷ sobre a temática do uniforme escolar que contribuíram para o nosso estudo:

Quadro 1 – Estado da Arte (2015-2021)

AUTOR	TÍTULO
Rocha, Mariani Viegas da (2020)	Corpos disciplinados e decentes: a vestimenta escolar a serviço do controle e da vigilância dos corpos femininos
Alves, Luanda dos Santos (2016)	Apropriação e usos do uniforme escolar por jovens do ensino médio do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Silveira, Eveline Maria de Azevedo (2016)	Moda e os uniformes escolares: aspectos históricos do fardamento escolar no Ceará
Mallmann, Ivone Maria (2015)	O uniforme escolar do Colégio Santo Antônio de Estrela (RS): a moda entrelaçando a cultura escolar (1939-2005)

Fonte: IBICT (2020).

Em *Corpos disciplinados e decentes: a vestimenta escolar a serviço do controle e da vigilância dos corpos femininos*, Rocha (2020), baseada na perspectiva foucaultiana e nos estudos de gênero, investiga as questões refletidas no uniforme escolar, entendendo-o como um dispositivo disciplinar inserido em relações de poder cujas ações impostas podem sofrer resistências. Já em *Apropriação e usos do uniforme escolar por jovens do ensino médio do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, Alves (2016) realiza uma abordagem quali-quantitativa onde discute como os alunos do 3º ano se apropriaram e usaram este artefato e conclui que as principais funções atribuídas à indumentária são segurança, identificação e disciplina, na contramão da diferenciação das classes sociais. Dividindo em pontos positivos e negativos, a economia e a praticidade, em detrimento da individualidade e da possibilidade de estereotipar o aluno, já que estes acrescentaram elementos à indumentária, consideradas aqui como *marcas identitárias* comumente relacionadas a aspectos da moda, que contribuíam para a comunicação de suas identidades particulares.

Silveira (2016) em *Moda e os uniformes escolares: aspectos históricos do fardamento escolar no Ceará*, utiliza a entrevista para estudar a memória do uniforme escolar a partir dos relatos de alunos que estudaram no Colégio Liceu Ceará e na Escola Normal do Ceará de 1940 a 1970. Dos trabalhos levantados, o estudo intitulado *O uniforme escolar do Colégio Santo Antônio de Estrela, (RS): a moda entrelaçando a cultura escolar (1939-2005)*, de Ivone Mallman (2015), é o que mais se aproxima da nossa proposta pela utilização da metodologia

⁷ A pesquisa nas bases de dados foi iniciada em 2020. No segundo ano do curso de Mestrado em Educação, selecionamos os 5 anos anteriores com a intenção de recuperar as informações mais atualizadas sobre o tema.

da História Cultural. Identificando o uniforme como um produto da moda, com função padronizadora que auxilia na visibilidade e no fortalecimento do prestígio social da escola. Outros estudos de anos anteriores que também foram úteis para a compreensão da problemática foram:

Quadro 2 – Estado da Arte (2004-2012)

AUTOR	TÍTULO
Beck, Dinah Quesada (2012)	Com que roupa eu vou? embelezamento e consumo na composição dos uniformes escolares infantis
Freire, Letícia de Freitas Cardoso (2004)	Cá entre nós! Deixa que eu seja eu: um estudo de caso sobre os usos que alunos do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros/MG fazem do uniforme escolar
Andrade, Raquel Rabelo (2011)	Diretrizes projetuais para o desenvolvimento de uniformes escolares
Marcon, Mônica D'Andréa (2010)	Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias do Sul)
Katiene Nogueira da Silva (2006)	“Criança calçada, criança sadia!”: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970)
Silva, Regina Célia Pereira da (2006)	As representações sociais das mães e dos profissionais sobre a uniformização escolar: o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil

Fonte: IBICT (2020).

Se Quesada (2012), em: *com que roupa eu vou? Embelezamento e consumo na composição dos uniformes escolares infantis*, ao abordar a relação do vestuário com a identidade de gênero, objetiva compreender como a composição dos uniformes escolares infantis pode ter influenciado no comportamento das meninas, orientando-as pelo viés de um padrão estético, discutindo também as noções de pertencimento e de identidade de gênero, as questões sobre o consumo, o embelezamento e a erotização dos corpos das crianças a partir das roupas definidas pelas escolas; Freire (2004) em *Cá entre nós! Deixa que eu seja eu: um estudo de caso sobre os usos que alunos do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros/MG fazem do uniforme escolar*, propõe uma análise de abordagem qualitativa no período de 1984 a 2003, dos processos pedagógicos e administrativos pelos quais o uniforme escolar atravessara, processos estes que podem ter influenciado na aquisição e uso da indumentária em turmas da 7ª e 8ª séries do ensino fundamental, observando também a apropriação dos discentes.

Por outro lado, se Andrade (2011), no trabalho intitulado *Diretrizes projetuais para o desenvolvimento de uniformes escolares*, apresenta um estudo entendendo-o como um produto que deve corresponder às expectativas do público consumidor, quando investiga a sua produção e o mercado escolar, levantando requisitos essenciais para a concepção do vestuário escolar. Em *Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000, Caxias do Sul)*, Marcon (2010) relaciona a moda e a história da educação,

pelos fundamentos do signo e da semiótica, ao investigar a influência de transformações sociais e instituições como o exército e a igreja na moda e, por consequência, dos uniformes escolares, utilizando narrativas de sujeitos que vivenciaram a cultura escolar.

Katiene Silva (2006) em “*Criança calçada, criança sadia!*”: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970) não só disserta sobre as práticas escolares referentes a este artefato nas escolas públicas deste Estado utilizando como fonte, as opiniões publicadas na imprensa educacional e as prescrições divulgadas nos manuais pedagógicos; como também analisa a obrigatoriedade e as questões financeiras dos alunos, temática que chama atenção para as políticas públicas educacionais brasileiras.

Por último, Regina Silva (2006) em *As representações sociais das mães e dos profissionais sobre a uniformização escolar: o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil* ao realizar entrevistas semiestruturadas com as mães de crianças do laboratório a fim de identificar as representações sociais presentes no uniforme pelo olhar da família, avalia o nível de satisfação, o custo e a relação com o desenvolvimento da criança como critérios de análise, entre outros aspectos, e conclui que em sua maioria, as mães entendem o uniforme como uma roupa específica usada na escola, que beneficia tanto a instituição quanto a família, pois garante a segurança, identificação e caracterização, tanto quanto a minimização das diferenças, da valorização do indivíduo, além de praticidade e conforto para a movimentação durante as atividades.

1.2 Problemática central e questões norteadoras

Em um primeiro momento, o alcance abrangente do ensino público em nível secundário não foi a preocupação primordial do país. A instrução gratuita só era disponibilizada legalmente ao nível primário (Constituição de 1824). Em 1837, quando o Ministro Bernardo Pereira Vasconcelos propõe a organização do primeiro Colégio Secundário do país, estava em vigor o Ato Adicional de 1834 – responsável por garantir uma maior autonomia às assembleias legislativas sobre a administração da instrução pública. Pelo texto do decreto de 2 de dezembro de 1837 que converteu o Seminário de S. Joaquim em Colégio de Instrução Secundária – Colégio Pedro II, conseguimos entender um pouco das condições financeiras que um aluno precisaria ter para se matricular e se manter na instituição:

Art. 7.º Serão admittidos alumnos internos e externos.

Art. 8.º Os alumnos internos pagarão a quantia que fôr annualmente fixada, para as despesas só proprias dos que morarem no Collegio.

Art. 9.º Será pago pelos alumnos, tanto internos como externos, o honorário que a título de ensino, fôr fixado pelo Governo.

Art.10.º Este honorario terá a applicação marcada nos estatutos. [...]

Art.11.º O governo poderá admittir gratuitamente até onze alumnos internos e dezoito externos. (BRASIL, 1837, p. 60)⁸.

No site do Colégio Pedro II, instituição localizada no Rio de Janeiro, o histórico institucional explica que “[...] algumas gratuidades eram concedidas utilizando os seguintes critérios: órfãos pobres, filhos de professores com 10 anos de serviços no magistério, alunos pobres que se destacaram no ensino primário e, posteriormente, filhos de militares mortos na Guerra do Paraguai”. (CEDOM, 2020, não paginado). Apesar da abertura a alunos não pagantes que tivessem os critérios exigidos, Lonza (2005, p. 35) explica que eles “[...] sempre [estavam] em menor número que os pagantes. Em 1860, para 45 alunos gratuitos existiam 103 contribuintes”.

Outros pré-requisitos gerais eram exigidos para todos os alunos apontados pelo Regulamento n. 8 de 31 de janeiro de 1838, entre eles, a faixa etária (8-12 anos); saber ler, escrever e contar; ter um atestado de bom procedimento fornecido por professores ou diretores das escolas que frequentaram durante a instrução primária; um despacho de admissão fornecido pelo reitor; além de serem isentos da obrigatoriedade os internos que tivessem “[...] bexigas naturais ou vacinadas”. (BRASIL, 1838, p. 69)⁹. Este último ponto revela uma das preocupações sanitárias presentes no espaço escolar: a vacina antivariólica surgida no final do século XVII e trazida ao Brasil em 1804, já contava como item para admissão. A preocupação sanitária sem dúvidas é um componente indispensável na análise da História da Educação, bem como da representação do vestuário na vida social, uma vez que no Colégio Pedro II deveriam atuar *professores de saúde* responsáveis por mapear, acompanhar, medicar e, se necessário, afastar discentes do convívio com os outros alunos, notificando ao Reitor sobre as condições de saúde de cada um.

Nesse sentido, compreendemos que o estudo dos uniformes está vinculado com um conjunto de normas e objetivos sobre a forma de ensinar e a função da formação dos sujeitos para sociedade oriundos da perspectiva do período. Problemizamos o uso da indumentária, descosturando-a metaforicamente na história do ensino secundário público no Maranhão, na tentativa de encontrarmos o primeiro nó que a sustentou nos anos posteriores. Nossa intenção

⁸ BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de S. Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. (Coleção das leis do Império do Brasil de 1837. Parte II.).

⁹ BRASIL. Regulamento n. 8 de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. (Coleção das leis do Império do Brasil de 1838. Parte 2).

é mostrar para onde os traços presentes nos discursos da imprensa local nos encaminharam no processo de leitura da história do Liceu. É a busca por *indícios* que permitam historicizar o vestir-se pela e para escola, como sugerem Ribeiro e Silva (2012) em *Das materialidades da escola: o uniforme escolar*. Esse estudo discute a dualidade do uniforme que o coloca em dois lugares conflituosos: os prejuízos da dificuldade de adoção, principalmente pelo custo, e os benefícios enquanto elemento de padronização, democratização e ampliação da visibilidade da escola.

Neste trabalho, traduzir é tentar entender o que é a obrigatoriedade do uniforme (símbolo) e como ele se manifesta no suporte (jornal). Como cada sujeito lê o objeto por intermédio das fontes, e o que o discurso e o suporte podem nos comunicar mediante os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural. Sendo assim, consideramos “[...] o universo simbólico contido em cada traço do passado” (PESAVENTO, 2012, p. 111). Sustentados nestes pressupostos que consistem no estudo das *lutas de representações*, proposto por Chartier (1991), para o qual

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento[;] portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as *estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade*. (CHARTIER, 1991, p. 183–184, grifo nosso).

Seguindo as noções de Chartier (1991) sobre as estratégias simbólicas diferenciadas, a problemática desta pesquisa consiste em compreender em que medida as representações sobre a obrigatoriedade da indumentária oficial do Liceu Maranhense, registradas pelos jornais *Pacotilha* (1880-1939) e *Diário do Maranhão* (1855-1911), podem ter influenciado nos processos de produção, indicação, aprovação, distribuição e uso dos uniformes escolares de 1894 a 1909? Nessa dinâmica, entendemos que a obrigatoriedade passou por etapas de idealização, imposição e resistências que podem ter (re)definido padrões e datas, expondo a presença de uma diversidade de alunos de diferentes classes sociais e em diferentes fases da formação, cujo interesse no uniforme é particular.

Nessa lógica, delineamos três pontos principais: 1) os dados das fontes como representações¹⁰; 2) a obrigatoriedade do uniforme e, 3) os processos pelos quais este objeto

¹⁰ Registramos o termo *representações*, no plural, como mecanismo de destaque à multiplicidade de formas de representar o mundo em diálogo nos discursos.

passou da idealização à apropriação. A imprensa é uma fonte capaz de apresentar um quadro amplo do cotidiano ludovicense, cabendo a nós “[...] o gesto [...] de ligar as ideias compreendidas nos documentos identificados, aos lugares e situações referidas, partindo da observância da escrita e inscrevendo nela (e através dela) unidades de sentido determinadas, isto é, os fatos”. (CASTELLANOS, 2012, p. 67). É por ela que temos acesso aos registros dos processos que desembocaram na obrigatoriedade do uniforme escolar e seus impactos na rotina institucional.

Destarte, as questões norteadoras são:

- Quais são as representações sobre a obrigatoriedade do uniforme escolar na imprensa maranhense?
- Quem discursa sobre a obrigatoriedade do uniforme escolar nos jornais *Pacotilha* (1880-1939) e *Diário do Maranhão* (1855-1911)?
- Quais são as representações do Liceu Maranhense para a sociedade republicana?

A primeira questão tem como foco identificar as representações nos jornais *Pacotilha* (1880-1939) e *Diário do Maranhão* (1855-1911), é a parte dedicada ao levantamento das notícias que tratam da obrigatoriedade do uniforme escolar do Liceu Maranhense no período traçado. A princípio, realizamos a filtragem das fontes, elaborando um quadro detalhado sobre os dados dos jornais e das notícias, como tipografia, fundadores e preços dos jornais; assim como a página da notícia, a coluna do registro e as respectivas transcrições. Além de contribuir para a visualização da materialidade das fontes, facilita na identificação dos sujeitos da notícia e na comparação dos dados. Essa organização foi fundamental para ter um panorama das formas, frequências, dispositivo e estruturas das representações nos jornais, tal como o exige o primeiro eixo de análise da história cultural.

Apoiada no primeiro levantamento, a segunda questão investiga os sujeitos identificados na notícia, sua posição social, possíveis interesses e representatividade. Esse estudo é fundamental para compreensão das ações que podem ter materializado os discursos, orientando-os para uma argumentação específica; isto é, as diferentes práticas quando se impõe um mesmo objeto, seja pelo consenso ou pela força. Já a terceira, abrange um estudo mais amplo, nos arredores da escola, pesquisando o contexto histórico em que a sua obrigatoriedade se manifesta, quais condições e transformações sociais favorecem seu surgimento e a leitura do seu significado para a sociedade maranhense republicana, na tentativa de entendermos qual

importância teve para os indivíduos envolvidos, o fato de ser identificado como aluno do Liceu Maranhense e como isso pode ter influenciado no prazer ou não do pertencimento e do reconhecimento.

1.3 Objetivo geral e objetivos específicos

Para responder à problemática e as questões norteadoras precisamos elaborar objetivos correspondentes “[...] de forma clara e [concreta], sem induzir e confundir, tentando abranger diferentes pontos de vista”. (GOLDENBERG, 2004, p. 86). A análise é inserida na perspectiva das lutas de representações que, de acordo com Nunes e Carvalho (2005) podem ser apreendidas pelo levantamento e estudo da interação de três eixos fundamentais: 1) a história dos objetos na sua materialidade; 2) a história das práticas nas suas diferenças; 3) a história das configurações sociais, as armaduras conceituais e as mudanças psíquicas, analisados estes nas suas variações históricas. O primeiro eixo trata das características da fonte: o jornal. O segundo é voltado para a diferenciação das práticas dos sujeitos presentes na produção das fontes e nos discursos que citam a obrigatoriedade do uniforme escolar. Já o terceiro, relaciona-se com as ferramentas de tradução; isto é, o que se entende por obrigatoriedade desta indumentária no período republicano, e quais foram os conceitos e sentidos sociais atribuídos a ela.

Nesse sentido, compreender as diferentes formas de representação da obrigatoriedade do uniforme escolar no Liceu Maranhense inscritas nos jornais *Pacotilha* (1880-1939) e *Diário do Maranhão* (1855-1911) tendo em vista os processos de produção, indicação, aprovação e uso é nosso objetivo geral, uma vez que é fundamental identificarmos que formas são essas, como se expressam e os motivos que interferem na sua influência social enquanto veículos de informação sobre este artefato escolar liceísta.

Na esteira destes pressupostos, localizar os discursos sobre a obrigatoriedade do uniforme escolar do Liceu Maranhense nos jornais e detalhá-los é nosso primeiro objetivo específico; isto é, a partir do levantamento, examinarmos quais são os recursos tipográficos e elementos argumentativos utilizados em cada notícia. Etapa essencial para diagnosticar as formas que se repetem, suas características e a que conteúdo se relacionam. Tende a ser bastante descritivo, afinal, é a parte em que é construída a imagem do jornal, suas especificidades, as circunstâncias da escrita, o universo em que o recorte se manifesta. O segundo objetivo específico consiste em identificar os sujeitos que produziram os discursos e os grupos sociais que são citados nos registros; fundamental essa análise para entendermos as representações de

como cada sujeito se relaciona com a imposição do uniforme escolar a partir do lugar social de pertença: alunos, familiares/responsáveis, imprensa, mercado e Estado. Por último, analisar as possíveis representações do Liceu Maranhense enquanto instituição que faz parte de um modelo de ensino secundário nacional, no intuito de entendermos as suas expectativas, o significado da formação para cada grupo ou indivíduo e, ao mesmo tempo, as condições de funcionamento da instituição na época e suas implicações na adoção ou negação do uniforme.

1.4 Percorso metodológico

A metodologia, compreendida por Minayo (1994, p. 16) como “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, é o principal guia do processo dissertativo, na medida em que nos auxilia a definir, dentro do amplo universo de abordagens possíveis, o *como fazer*. Dos trabalhos escolhidos para análise, o de Mallman (2015)¹¹ é o que mais se aproxima do nosso percurso metodológico; contudo, está mais voltada para o estudo do uniforme como produto da moda. Nesse sentido, nós nos diferenciamos por focalizarmos nos aspectos sociais, nas problemáticas e nos significados particulares do uniforme para grupos variados no contexto maranhense republicano, além de utilizarmos fontes e tratamentos distintos.

Assim como Mallman (2015), escolhemos os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural que correspondem ao “[...] campo do saber historiográfico atravessado pela noção de cultura” (BARROS, 2003, p. 45); ou seja, sem dispensar a relevância do aspecto econômico, que passa pela a discussão (mercado e diferenças sociais), damos ênfase à investigação do estudo das práticas dos sujeitos recorrendo aos seus interesses específicos representados nos discursos. Isto é, em primeiro lugar, entender que os registros são representações dessas intenções; em segundo, entender que cada sujeito descrito, tanto quem produz as representações (redatores – imprensa, Estado), quanto quem é mencionado nos registros (alunos, família/ responsáveis, inspetores, professores) têm funções e condições sociais demarcadas, mas podem agir para além delas. Por exemplo, um aluno com menos condições financeiras não necessariamente opina contra a obrigatoriedade, já que ser reconhecido como estudante do Liceu pode-se se constituir num objeto de desejo, mesmo que dependa de um esforço maior da família por táticas de apropriação.

¹¹ O uniforme escolar do Colégio Santo Antônio de Estrela (RS): a moda entrelaçando a cultura escolar (1939-2005). Ver página 20.

Nesse sentido, seguimos a proposta de Chartier (1992) de fazer uma transição da história social da cultura para história cultural da sociedade, por concordarmos que

[...] as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural – o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extra-cultural da experiência (HUNT, 1992, p. 9).

Essa constatação reafirma o caráter interdisciplinar da História Cultural apontado por Barros (2005) que contribui na interpretação das representações, auxiliando-nos a transformar documentos históricos em fontes, a partir da problematização e dos procedimentos que propõe o pesquisador. Não nos limitamos à distribuição dos uniformes, mas pensamos também sobre os processos que implicam na sua circulação e resultam dela (NUNES; CARVALHO, 2005); isto é, identificar estratégias de imposição e táticas de apropriação que desenham os significados da obrigatoriedade num campo de forças e se abrem nas variadas formas de interpretação e posicionamento dos indivíduos. Estudo das práticas representadas que *por* ou *apesar de* estarem inseridas nesse emaranhado de relações que movimentam decisões, mostram como os sujeitos criam e recriam formas de pensar e partilhar seus símbolos.

O NEDHEL realiza reuniões periódicas de estudos referentes à História da educação e à História Cultural, discutindo a aplicação desta última nos trabalhos específicos de cada membro. Tendo como base Chartier (1988), verificamos que a tríade *livro – leitura – leitor* está diretamente relacionada à noção de *objeto/ fonte – prática – sujeito*¹², podendo ser aplicada a qualquer objeto de pesquisa que se apoie na História Cultural, pois a mesma nos orienta em três aspectos fundamentais: a) o quê (quais foram as representações sobre o objeto? b) que ação é efetuada em relação a ele (como se lê?) e; d) quem interage com (a que núcleo social pertence? que ferramentas utiliza? como se apropria do objeto?). Esses aspectos estão diretamente relacionados com os três eixos indissociáveis da História cultural: a *história dos objetos na sua materialidade*; a *história das práticas nas suas diferenças* e, por último, a *história das configurações sociais/culturais* estabelecidas pelos sujeitos, *as mudanças nas estruturas psíquicas* segundo a apropriação de diferentes objetos expressas na diferenciação das práticas e as armaduras conceituais que os dominam numa temporalidade específica, analisando estes âmbitos nas suas variações históricas (NUNES; CARVALHO, 2005, CASTELLANOS, 2017, 2022). Elaboramos o quadro a seguir para tornar mais compreensível essa conexão:

¹² Ver Quadro 3.

Quadro 3 – A relação da tríade livro-leitura-leitor com os três eixos da História Cultural

ELEMENTOS	RESULTAM EM 3 EIXOS	DESCRIÇÃO DOS EIXOS	APLICAÇÃO NO OBJETO
Livro (objeto e fonte)	1º EIXO	História dos objetos na sua materialidade: forma, frequência, dispositivo, estrutura	A obrigatoriedade do uniforme escolar a partir dos jornais
Leitura (práticas diferenciadas)	2º EIXO	História das práticas nas suas diferenças	As táticas de apropriação da obrigatoriedade: como cada indivíduo ou grupo reage à imposição do objeto?
Leitor (sujeitos no tempo)	3º EIXO	História das configurações sociais/culturais, as armaduras conceituais e as mudanças nas estruturas psíquicas	Os sujeitos envolvidos no processo e suas ferramentas: identidade, relações e contexto social republicano

Fonte: Nunes; Carvalho (2005); Castellanos (2017; 2022).

O primeiro eixo, a *história dos objetos na sua materialidade* se baseia na impossibilidade de separar o objeto de pesquisa (a obrigatoriedade do uniforme escolar) dos jornais de onde extraímos a análise. Nunes e Carvalho (2005) e Castellanos (2017; 2022), expõem quatro elementos que compõem o discurso e que precisam ser captados nessa etapa:

- a) **Forma:** refere-se aos recursos tipográficos e/ ou imagéticos atribuídos ao discurso. Como observado, o *Pacotilha* (1880-1939) utilizava recursos como itálico e aumento de letra nos textos dos editais, também publicados pelo *Diário do Maranhão* (1855-1911). Ao publicar esses editais com alterações na forma, o jornal *Pacotilha*, colocava em prática táticas de apropriação que direcionavam o olhar do leitor para as suas críticas pessoais. Isso significa que um mesmo discurso pode ser escrito sob diferentes formas de acordo com a intencionalidade de quem o (re) produz; já o *Diário do Maranhão* publicava com maior frequência editais, no mesmo formato, com alterações apenas na página e posição das notícias, o que também configura uma estratégia, na medida em que determina o contexto discursivo do acesso às informações.

É importante destacar que utilizamos outros materiais como fonte disponíveis em meios físicos e digitais (leis, decretos, regulamentos, anais e outros), que também possuem formas próprias. Os Anais do Congresso do Estado, por exemplo, podem conter mais de 100 páginas divididas em duas colunas. Além das discussões verbais registradas na Assembleia. Podem conter pareceres, decretos, projetos orçamentários e regulamentos. Alguns regulamentos da Instrução Pública, como o de 1894, foram encontrados neste documento e nesta estrutura. Os relatórios, escritos por governadores e vice-governadores, podem vir anexados às mensagens. Ambos têm como propósito

informar sobre as ações realizadas durante a administração, tratando de temas como justiça, corpo de infantaria, secretaria de polícia, eleições federais, instrução pública e outros. Eles podem conter tabelas de rendas, despesas e mapas escolares. No acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, além de estarem anexados aos anais, os regulamentos, podem ser encontrados em coleções ou arquivos únicos, como o de 1893. Compostos por prescrições para a instrução pública em geral, como escolas primárias, a Escola Normal e o Liceu, parte desses materiais foram estudados *online*, logo, foram armazenados por processos de digitalização e registro que também influenciam no acesso à forma; contudo, não nos aprofundamos na análise da forma destes documentos, já que configuraria uma nova pesquisa. Aqui, nosso olhar está voltado para a forma como aparecem as respectivas representações nos dos jornais.

- b) Frequência:** pode corresponder à quantidade de vezes que o objeto é citado na fonte e/ou a quantidade de vezes que um discurso em uma forma específica se repete. É comum, por exemplo, que os anúncios se reproduzam da mesma forma em diversos números de jornal pelo seu objetivo: venda de produtos ou serviços. *Forma e frequência*, portanto, podem se relacionar, dependendo do objetivo: vender, notificar, criticar, entre outros.
- c) Dispositivo:** é o meio material ou digital que carrega o registro. Refletir o meio implica em considerar que a ferramenta que dá acesso à materialidade também tem potencial de influência na forma do discurso e nas práticas de apropriação do mesmo (CHARTIER, 1991). O dispositivo está diretamente relacionado à forma (como o jornal se caracteriza) e a frequência (periodicidade).
- d) Estrutura:** trata-se de uma abertura sobre as práticas e recortes sociais, que devem ser aprofundadas no eixo seguinte. Pode ser tanto um retrato da página do jornal quanto da notícia: o que a organização dessas informações revela sobre o funcionamento da sociedade maranhense republicana. Entende-se que o lugar social dos sujeitos pode influenciar na sua intencionalidade, mas não a determina. Por isso, a necessidade de identificar os polos de atuação em conjunto com os comportamentos. (CHARTIER, 1991).

No segundo eixo, a *história das práticas nas suas diferenças*, buscamos identificar as práticas dos sujeitos por meio dos dados que emergem dos discursos em confronto com outros

documentos; isto é, fazer-nos a pergunta bourdieuriana de que fazem os diferentes sujeitos com o mesmo objeto que lhes é imposto, no intuito de visar as diferenciações e desigualdades de tais práticas (CASTELLANOS, 2020). Sabemos que não é possível recuperar o passado na sua totalidade para visualizar práticas e discursos em conjunto e que trabalhamos com representações; logo, acreditamos que estes registros são dados sobre a realidade de acordo com perspectivas variadas que nos apontam sinais sobre o ensino secundário no início da República maranhense (1889-1930). Esses sinais, vazios e excessos que compõem os escritos dos jornais, sugerem e descrevem formas de ler os significados dos acontecimentos relacionados à cultura escolar. As formas podem ser alinhadas ou não com as decisões legais, e mesmo que alinhadas, não as reproduzem de forma automática.

Por último, a *história das configurações sociais/culturais, as mudanças nas estruturas psíquicas e as armaduras conceituais analisadas nas suas variações históricas*, isto é, como os sistemas sociais e culturais se apresentam? Que ações, nas suas particularidades históricas, movimentam um mesmo objeto em sentidos distintos? Quais as suas limitações temporais? Para acessar as *configurações sociais/culturais*, precisamos investigar as instituições ou grupos a que os sujeitos estiveram associados: O que está dado sobre o Liceu Maranhense? Que decisões moldam sua imagem institucional? Como isso afeta a valorização do uniforme escolar? As respostas vêm de ações que nem sempre respondem aos interesses de todos. É nesta lacuna sobre o dito e o não dito que repousam as *mudanças nas estruturas psíquicas*, um movimento contrário ou em favor a essas condições impostas, que contribuem para o desenho final do uniforme escolar. Não há imposição que se fixe sem que a recepção seja bem-sucedida, recepção esta que também fala de um lugar de poder: um cargo na imprensa, na política, no Liceu; alunos e familiares que contribuem para a manutenção da escola. Todos esses personagens, inclusive nós enquanto pesquisadores, estamos envoltos na teia das *armaduras conceituais*: nas limitações do tempo, do contexto vivenciado. A consciência dessa limitação é fundamental para evitar o erro do anacronismo, como alerta Barros (2017, não paginado); erro que pode acontecer de duas formas: “de ontem para hoje”, interpretando um termo a partir de um significado passado, que não é mais utilizado; “de hoje para ontem”, atribuindo um significado atual a um contexto de outro período histórico.

1.5 Natureza da pesquisa e outras fontes consultadas

Firmamos esta investigação de natureza qualitativa nas pesquisas bibliográfica e documental. Embora seja utilizada a frequência na análise, ela não é o centro da nossa atenção,

pois parte de um conjunto em que outros aspectos constroem a leitura sobre esses dados. Como explica Goldenberg (2004, p. 14), “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc”. Não buscamos quantos alunos aderiram ou não à obrigatoriedade; mas o porquê dessas práticas: a pesquisa bibliográfica, no intuito de adquirir conhecimento a partir dos estudos de outros autores que investiram na temática do uniforme escolar secundarista; a documental, para termos um panorama mais amplo sobre outros acontecimentos relacionados à Instrução Pública divulgados no período em que a problemática da obrigatoriedade veio à tona.

Alguns dos documentos utilizados foram:

- **Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Província, governadores e vice-governadores:** documentos úteis para que pudéssemos entender as concepções sobre a instrução pública e outras condições de desenvolvimento locais dos representantes que ocupavam cargos administrativos responsáveis pelas tomadas de decisões no Maranhão. Apesar do comprometimento da documentação que é escrita por quem faz parte dessas ações, são fontes essenciais para visualizar como os investimentos públicos estavam sendo aplicados em diversos setores da vida social e quais os resultados observados de acordo com uma perspectiva da época.
- **Leis e decretos sobre a instrução pública republicana (1889-1909):** permitem consultar o contexto maranhense oficial, a concretização de decisões discutidas em reuniões ou de sugestões contidas nos relatórios dos representantes. Colocando-os em conjunto com outros documentos e cruzando-os visualizamos as condições de aplicabilidade, as críticas e reelaborações realizadas para se ajustarem ou não aos efeitos da sua publicação.
- **Regulamentos referentes ao Liceu Maranhense (1889-1909):** que, pela sua característica documental de prescrever regras para o funcionamento institucional, permitem entender de forma mais completa os cargos e responsabilidades de cada departamento do Liceu Maranhense.

1.6 Estrutura do trabalho

Este trabalho é organizado em 3 seções, sem contar as referências. A *Introdução* (1ª seção), explica como os estudos desenvolvidos no NEDHEL contribuíram para o encontro da problemática nas fontes e para o levantamento das dúvidas iniciais que nos motivaram a dar continuidade ao trabalho. Além disso, exhibe o processo de definição das questões norteadoras, objetivo geral e objetivos específicos, sendo diretamente relacionados. Expomos os pilares da nossa abordagem teórica metodológica, natureza da pesquisa, fontes e estrutura.

Na segunda seção, *O ponto: as representações da obrigatoriedade do uniforme nos jornais*, apresentamos as notícias encontradas de uma forma mais geral, expondo características que permanecem e mudam nas fontes, com a finalidade de entender não apenas o discurso, mas também a materialidade do universo que abriga esses textos. Nesse sentido, a ideia principal é abrir o trabalho já colocando à frente os nossos dados iniciais, para, em seguida, desenvolvermos as respectivas análises do material encontrado, à luz do primeiro eixo da História Cultural. Separamos a *Pacotilha* (1880-1939) e o *Diário do Maranhão* (1855-1911) em partes específicas do texto: na primeira subseção, **2.1 Pacotilha e Diário do Maranhão: breve histórico dos dispositivos**, são apresentados os jornais individualmente, seus idealizadores, objetivos e a importância histórica do estudo prévio para tratamento e análise da fonte; na segunda, **2.2 Da indicação ao uso: processos que acompanham a inserção do uniforme no Liceu Maranhense**, é exposto um levantamento sobre os processos de indicação, aprovação, distribuição e uso do uniforme escolar a partir da obrigatoriedade. Com base no levantamento, são analisadas as primeiras impressões dos discursos; na terceira, **2.3 O contexto e os impactos da obrigatoriedade do uniforme segundo a opinião do jornal Pacotilha** trabalhamos os fatores sociais apontados pela *Pacotilha*; na quarta, **2.4 Os contornos comerciais do Diário do Maranhão sobre o uniforme do Liceu**, apresentamos os indícios comerciais presentes nos editais publicados pelo *Diário do Maranhão* (1855-1911). Tratar as fontes individualmente atende ao propósito que é identificar as representações da obrigatoriedade do uniforme escolar dos discursos, os sujeitos e o que esses sinais podem apontar sobre a história da indumentária liceísta maranhense republicana, marcas institucionais no corpo discente.

A terceira seção, intitulada *O que é ser aluno do Liceu Maranhense: as representações da escola para a política, o mercado e a sociedade maranhense republicana*, é dividida em duas seções que tratam da imagem e do funcionamento do Liceu, como era o cotidiano escolar e como isso incide na instabilidade da obrigatoriedade do uniforme escolar. Na subseção **3.1 Se**

foi pedido o saiote e o calção às moças, necessariamente fez-se aquela exigência aos rapazes: contrastes do vestuário entre Liceu e Escola Normal, abordamos alguns dos efeitos da presença de alunos das duas instituições no mesmo prédio, dividindo questões organizacionais e o quadro de docentes sobre a concepção do uniforme que, nos anos posteriores, se adequa às regras de indumentária baseadas no gênero. Em *Das petições iniciais às transformações do Liceu Maranhense: mudanças do uniforme no decorrer dos anos* (subseção 3.2), avançamos alguns anos à frente do recorte da pesquisa para tentar visualizar em um panorama mais amplo as mudanças no decorrer do tempo e encerrar com as nossas hipóteses a respeito das representações do Liceu. Mesmo avançando, decidimos não ampliar o recorte temporal, pois o período estendido não foi investigado de forma aprofundada, por limitações das fontes, mas é provável que com outros materiais encontremos mais indícios do passado em estudos posteriores.

Concluimos o trabalho com um resumo dos resultados do levantamento de dados e as interpretações feitas pelos discursos, entendendo-os como representações da obrigatoriedade do uniforme escolar; olhares que partem de intencionalidades particulares e múltiplas. Nesta seção de encerramento entregamos nossas contribuições brevemente, apontando questões respondidas e abertas para novas buscas na História da Educação maranhense, pela sugestão de tratamento de jornais; fonte histórica diferenciada que permite observar a visão do público sobre o ensino secundário, desnaturalizando o funcionamento institucional sem desvinculá-la do seu lugar de poder enquanto produtora de representações, além de permitirmos analisar como a cultura escolar pode se remodelar a cada tomada de decisão a partir das vozes que tensionam a organização da estrutura que comanda esse espaço partindo dos três eixos da História Cultural.

2 O PONTO: as representações da obrigatoriedade do uniforme nos jornais

Neste capítulo, nos debruçamos minuciosamente sobre as notícias e seus traços sobre os aspectos políticos, culturais e históricos relacionados à introdução do uniforme escolar como parte de uma engrenagem em funcionamento: o Maranhão na Primeira República, as marcas de uma transição de pensamento; práticas e expectativas sobre a formação de intelectuais que deveriam contribuir para a construção desse novo sistema.

De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira, uniforme significa “[...] adj. De uma só forma. Não variado. Conforme” (PINTO, 1832, p. 135), logo, o termo está associado a um vestuário padrão utilizado por um grupo, embora para Eveline Silveira (2016), haja muito mais por trás da função desse objeto; a comunicação de valores, identidade e tradições relacionados a uma instituição. Em seu estudo, assim como nos de Mallman (2015) e Marcon (2010), o artefato é relacionado com a moda, uma perspectiva que permite expandir a análise para pensar sobre o mercado, a produção e o consumo existente na dinâmica da cultura escolar.

Ao pensarmos nos padrões de vestuário também devemos questionar a própria ideia de escola, que é de onde partem essas determinações. Vincent, Lahire e Thin (2001) apresentam o conceito de forma escolar, sendo a forma entendida como uma unidade situada em um tempo e espaço específicos com características múltiplas que permitem identificar e compreender aspectos essenciais de um modelo e variantes das práticas escolares, modalidades, que orientam as relações pedagógicas. Logo, cada forma pode se ramificar em outras formas sociais políticas, históricas, econômicas e escolares. Significa entender que unidade é a escola, em um conceito geral, e quais suas variações de acordo com a apropriação de cada lugar e tempo em que ela se encontra. (VICENT; LAHIRE; THIN, 2001).

No Brasil, uma das leis que marcam a história da educação é a lei de 15 de outubro de 1827 que instituiu o ensino mútuo nas escolas de primeiras letras, uma lei

[...] de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional, que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. Instruir as ‘classes inferiores’ era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse estado e nação. (FARIA FILHO, 2007, p. 127).

Durante a vigência do Ato Adicional (1834), no Maranhão é possível observar pelo discurso do presidente de Província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo (1838)¹³ a necessidade de uniformizar a instrução elementar, de melhorar a formação e remuneração dos professores, de aplicar o método mútuo e de criar um Liceu. Apesar da mudança frequente dos presidentes de Província, implicando na descontinuidade das ações sobre a instrução, é constante a reclamação nos relatórios acerca da ausência de uma sistematização do ensino local, organização que surgiria como fruto de ações metodológicas que reformariam as relações escolares e a qualidade do ensino. Com a criação do Liceu Maranhense em 1838, notamos uma tentativa de centralizar a fiscalização e administração da Instrução Pública.

No Regulamento do Liceu Maranhense, assinado por Casimiro Dias Vieira Junior em 24 de novembro de 1894, o ensino era dividido em 2 áreas disciplinares em construção: 1) *Ciências*: aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, cálculo e mecânica, meteorologia, física, química, mineralogia, geologia, zoologia, botânica, biologia, geografia, história do Brasil, história universal e sociologia; 2) *Letras e Artes*: língua portuguesa, latina, grega, francesa, inglesa, alemã; literatura portuguesa e brasileira, desenho, música, ginástica, evoluções militares e esgrima. As matérias eram distribuídas em 7 anos, estando as de desenho e ginástica presentes do primeiro ao sétimo ano. A disciplina esgrima e evoluções militares é inserida apenas no sétimo. Pensar nessas disciplinas é fundamental, pois é nelas onde encontramos a idealização (desenho) e as práticas corporais (ginástica, esgrima e evoluções militares) onde a presença de uma indumentária adequada é de extrema importância para o exercício das aulas, podendo ter contribuído para argumentar sobre a necessidade da obrigatoriedade dos modelos.

Nesse sentido, é importante compreender como o conjunto de elementos que compõem a cultura material escolar faz parte do que identificamos como escola. Para autores como Souza (2013), o conceito de escola está relacionado a formas escolares. A forma escolar é uma “[...] configuração histórica [...] [cujos] [...] elementos essenciais [...] tendem a permanecer enquanto as instituições mudam e se constituem como variantes dela. (SOUZA, 2013, p. 26). Logo, quando falamos de ensino secundário, é necessário entender essa configuração e as suas ramificações. Um dos aspectos citados nas notícias que diferenciam o Liceu Maranhense de outras instituições de ensino secundário é funcionar apenas como externato, diferente dos internatos “[...] em que o costume tem introduzido a obrigatoriedade d'um traje determinado

¹³ MARANHÃO. Discurso que recitou o exm. snr. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio do corrente ano. Maranhão: Tipografia da I. J. Ferreira, 1838.

nas funções escolares. Em todos os estabelecimentos do seu gênero, há plena liberdade a este respeito, guardada apenas a restrição imposta pela decência”. (PACOTILHA, 1894, ed. 127, p. 2).

Essas características se associam à discussão entre instrução e educação como ideais e práticas distintas, na medida em que os alunos externos receberiam apenas lições, uma instrução no sentido restrito do termo, enquanto os internos, considerando sua participação intensiva no colégio, também deveria receber uma formação moral e mais geral, neste caso uma educação (GASPARELLO, 2004). Dessa forma, enquanto o corpo dos internos se mistura à dinâmica da escola a ponto de torná-lo mais uma peça ou um grupo representante integral desta instituição, o corpo dos externos está mais difuso em outras dinâmicas sociais diárias estabelecendo uma relação menos estreita com a cultura escolar e com as regras sobre a uniformização, ainda que compartilhem do mesmo espaço com os outros indivíduos que o configuram.

O corpo discente principalmente dos alunos internos, tal qual o corpo militar, passa a dever ao Estado uma postura que respondesse às expectativas atribuídas ao sujeito pelo privilégio da sua ascensão imagética social, bem como a um conjunto de critérios necessários à ordem do funcionamento institucional. Podemos imaginar que a nudez, nesse contexto de avaliação social dos corpos, nada mais é que a exposição da individualidade dos sujeitos, também presente no corpo despido de uma instituição. Um corpo nu ou *indecente* é um corpo sem lei. Por isso, para pensar sobre as representações da obrigatoriedade do uniforme escolar por intermédio das fontes, precisamos ter em mente que o objeto se situa em uma linha cruzada por uma espécie de representação da representação; isto é, dialogamos com o valor simbólico do artefato historicamente, ao mesmo tempo em que acessamos dois posicionamentos específicos sobre esse valor: de um lado, as motivações gerais, a história do vestir desembocando na criação dos uniformes escolares em uma linha multifacetada de práticas diferenciadas, o vestir-se *porquê, para quê e como*; do outro, a imprensa como veículo dessas informações no núcleo maranhense, descrevendo como o vestuário pode impactar nas relações de uma instituição escolar com a comunidade ao seu redor que é quem a lê como escola, a movimenta e dá sentido ao seu funcionamento mediante parâmetros acordados entre si. Atravessamos constantemente as páginas dos jornais por esses dois pontos, a fonte e o objeto.

A partir dos estudos de Chartier (1991) e Pesavento (2012), aplicando-os aos nossos materiais, entendemos que as representações de cada jornal são construções feitas a partir de uma realidade; discursos que, a partir de uma ideia proposta ou de um acontecimento, criam suas versões de acordo com objetivos de quem faz parte da sua produção. Esses discursos nem

sempre são explícitos em um primeiro contato; portanto, para que analisássemos essa documentação, realizamos um processo de transformação metodológica que dá ao documento o status de fonte, como explica de Luca (2019, não paginado)¹⁴: “[...] fonte e documento absolutamente não são coisas sinônimas. Você chama de documento qualquer vestígio do passado, agora, nem todo documento vai ser sua fonte; é por isso que não existe centro de fontes [...] existe centro de documentação (informação verbal)”.

A conversão ocorre pela problematização, pois os documentos:

[...] só se tornam fontes quando contém pistas de sentido para a solução de um enigma proposto. São sem dúvida, dados objetivos de um outro tempo, mas que dependem do historiador para revelar sentidos. Elas são, a rigor, uma construção do pesquisador e é por elas que se acessa o passado. (PESAVENTO, 2012, p. 98).

Com o nosso enigma em mãos: em que medida as representações sobre a obrigatoriedade da indumentária oficial do Liceu Maranhense registradas pelos jornais *Pacotilha* (1880-1939) e *Diário do Maranhão* (1855-1911), podem ter influenciado nos processos de produção, indicação, aprovação, distribuição e uso dos uniformes escolares de 1894 a 1909? transformamos a dúvida em objetivos, que em resumo têm como foco o encontro dos sentidos do objeto. Nas próximas páginas expomos nossos recortes considerando cada jornal como ponto inicial que dá sustentação aos discursos. Desse modo, todo percurso não pode desatar do princípio das representações, nem da sua origem — os jornais. Na nossa mesa de trabalho estendemos o tecido: uma breve história dos jornais e o recorte, como a obrigatoriedade é representada em cada fonte, pois, os documentos foram tratados no intuito de desvendar as intenções ocultas nos discursos a partir da compreensão de que “as representações são também portadoras do simbólico [...] dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam [...]” (PESAVENTO, 2012, p. 41). Além das regras e decisões cotidianas que a escola contém em sua organização, mais ou menos acessíveis à imprensa, de acordo com as relações estabelecidas entre esses dois lugares sociais e que, cada um deles, atende a propósitos particulares de acordo com as práticas que lhes são atribuídas.

¹⁴ Palestra da historiadora Profa. Dra. Tania Regina de Luca em evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Memória e Arquivos - PPGMA/FCRB/ Ministério da Cidadania Grupo de Imprensa e Circulação de Ideias: O papel dos periódicos nos séculos XIX e XX. [São Paulo], 03 out. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rmhektiqlzg>. Acesso em: 02 mar. 2021.

2.1 Pacotilha e Diário do Maranhão: breve histórico dos dispositivos

Aqui entendemos fonte histórica como “[...] resíduos, vestígios, discursos e materiais de todos os tipos que, deixados pelos seres humanos historicamente situados no passado, chegaram ao tempo presente através de caminhos diversos” (BARROS, 2019, p. 7). No primeiro eixo da História Cultural (*História dos objetos na sua materialidade*), buscamos 4 características do texto ou matéria do discurso: forma, frequência, dispositivo e estrutura, não necessariamente nesta ordem, pois entendemos que se tratando de uma fonte distinta do objeto, seria mais viável apresentar primeiro o dispositivo e depois os outros aspectos.

Como já descrito, o dispositivo é o meio material ou digital que carrega o registro. Cada fonte tem suas próprias configurações; logo, é possível que dentro delas, de acordo com objeto de pesquisa, sejam encontrados novos dispositivos, além de mencionarmos de que modo ele está diretamente relacionado com a forma; isto é, o mecanismo usado interfere nas ferramentas utilizadas para a comunicação. Neste trabalho, o dispositivo que dá acesso à história dos uniformes escolares no Liceu são os jornais, razão pela qual uma breve explicação sobre o histórico desses dois artefatos e suas respectivas materialidades na história da imprensa maranhense, tendo em conta suas características específicas se faz necessária.

Figura 1 – *Pacotilha* como dispositivo



Fonte: *Pacotilha* (1894, ed. 127, p. 1).

O Jornal *Pacotilha* circulou no Maranhão no período de 1880 a 1939, mudando de gestão algumas vezes. Além do conteúdo diversificado, uma das possíveis razões para a alta aceitação do público foi ter surgido com uma proposta diferenciada de distribuição e com um valor mais acessível em comparação a outros jornais disponíveis na época.

A PACOTILHA apareceu apregoada nas ruas, a 40 réis o número, multiplicando-se os seus vendedores por todos os recantos da cidade e d'est'arte era a imprensa que procurava o povo, nas suas casas, nas horas de repouso, ás tardes, ao passo que os outros jornais todos saíam pela manhã, e indo procurar o povo, se lhe oferecia por uma retribuição cômoda, barata. (PACOTILHA, 1890, ed. 28, p. 3)¹⁵.

¹⁵ PACOTILHA: Jornal da Tarde. Pacotilha. Victor Lobato. Publicado em 1 de fevereiro de 1890, ano X, ed. 28. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1890, p. 3.

Por já ter trabalhado no *Jornal para todos* (1876-1877) e n' *A Flecha* (1879-1880), a inovação do fundador, Victor Lobato (1854-1893)¹⁶, pode ser entendida como um reflexo da experiência obtida em outras redações. O *Jornal para todos* (1876-1877), foi criado por João Affonso do Nascimento (1855-1924)¹⁷ e foi considerado o primeiro a ser ilustrado em São Luís, tendo como proposta “[...] explorar temas relacionados à ciência, literatura, arte e indústria” (JORGE, 2008, p. 293). Apesar dos esforços em se manter no mercado, foi encerrado em 1877 sob a justificativa de não atender mais às necessidades do público. (JORGE, 2008). Já *A Flecha* (1879-1880), também ilustrado, surgiu com a proposta de explorar informação, opinião, política, religião, artes e outras variadas temáticas utilizando, dentre outros recursos, o humor (JORGE, 2008), sendo uma segunda tentativa de permanência na imprensa de Nascimento, embora não obtivesse êxito a longo prazo, encerrando suas atividades em 25 de outubro de 1880. Em ambos os jornais Vitor Lobato compôs a equipe ao lado de outros intelectuais da época. Por esse contato já estabelecido, teve apoio de João Affonso na fundação do *Pacotilha* (1880-1939), sendo esta influência a que pode explicar o uso de ilustrações no título das primeiras edições divulgadas.

Figura 2 – Pacotilha: o título ilustrado



Fonte: Pacotilha (ed. 3, 1880, p. 1).

O jornal *Pacotilha* (1880-1939) surgiu em 30 de outubro de 1880 com o subtítulo: *hebdomadário crítico e noticioso*, tendo 4 páginas com 3 colunas cada e publicado apenas aos domingos. A proposta inicial era vender aos leitores a ideia de uma escrita variada e imparcial: “A PACOTILHA, pois, não tem programa, nem opinião, nem artigo de fundo - é imprensa a retalho, miúda, sortida, variada”. (PACOTILHA, 1880, ed. 1, p. 1). Nos primeiros anos de

¹⁶ Victor Lobato (1854-1893) ou “Manfredo” (pseudônimo) — natural de São Bento (MA), foi “funcionário público e autodidata” (JORGE, 2008, p. 330). Além de exercer ampla atividade no setor jornalístico, atuando no — *Jornal para todos* (1876-1877) e n' *A flecha* (1879-1880), deixou o cargo público para se dedicar ao *Pacotilha* (1880-1939).

¹⁷ João Affonso do Nascimento (1855-1924) ou “Joafnas” (um de seus pseudônimos), foi ex aluno do Liceu Maranhense, e era autodidata, jornalista, escritor, desenhista, caricaturista e tradutor. Dentre as obras publicadas destacamos *Três séculos de Modas: 1616-1916* (1923). (HAGE, 2010).

publicação, Vitor Lobato comumente utilizava adjetivos que atribuíam a essa imprensa um caráter inocente e infantil pelo seu pouco tempo de circulação. João Affonso do Nascimento, em um novo empreendimento, a crônica mensal intitulada *O Malho*¹⁸, evidencia esse tratamento singular direcionado ao jornal:

CARTÃO DE VISITA. Menina Pacotilha. Agradecemos o que dizes d'*O Malho*, posto que estranhemos a *coterie* nos hábitos de uma criança da tua idade. Quanto a chamares-nos por tu - podes chamar, menina, não nos agastaremos por isso. Ao contrário, entendemos ser esse o único tratamento franco e harmonioso em lábios inocentes. Vem aos nossos braços e consente que beijemos os cabelinhos louros. (O MALHO, 1880, ed. 2, p. 90, grifo do autor)¹⁹.

Apesar da postura descompromissada, à medida em que ganha espaço na imprensa local, o jornal começa a tornar cada vez mais explícito seu posicionamento em relação aos acontecimentos registrados, incluindo a administração pública. Para estudiosos como José Fernandes, o *Pacotilha* (1880-1939) era um “propagandista da abolição e da república [;] diário que [para] Humberto de Campos [foi] entre 1910 e 1923, o mais bem escrito do Brasil” (FERNANDES, 2015, p. 62); para Sebastião Jorge tinha gênero opinativo e promovia “[...] a crítica contra as autoridades, particulares e outros jornais, quando oportuno, e em benefício da comunidade” (JORGE, 2008, p. 329).

Nessa lógica, é válido explicar que após 10 anos de criação do *Pacotilha* (1880-1939), por questões econômicas e de saúde, Victor Lobato não estava mais à frente das notícias (JORGE, 2008). O jornal foi vendido para o Dr. José Barreto Costa Rodrigues²⁰, um político pertencente ao Partido Liberal, que ao se tornar redator chefe, “[...] mudou-lhe o formato e prometeu mantê-lo nos atuais padrões jornalísticos” (JORGE, 2008, p. 338). Logo, o jornal também passou a cumprir o papel de propaganda e debate de cunho político para benefício de seu redator, sem dispensar as outras temáticas informadas antes: “[...] Calendário, Comércio, Anúncios, Correspondências Europeias, Colaboração, Publicações a Pedido e Noticiário”. (PEREIRA, 2006, p. 103).

De 1894 a 1904, este artefato teve o subtítulo de *Jornal da Tarde*, mantendo suas 4 páginas, que variavam entre 4 e 6 colunas, dentre as quais, as notícias sobre o uniforme do

¹⁸ Na Biblioteca Nacional há registros da edição n. 1 em 1880 e o último material digitalizado é a terceira edição, publicada em 1881. Não encontramos dados precisos sobre o fim do Malho na imprensa.

¹⁹ O MALHO. Crônica mensal. Publicado em dezembro de 1880. ed. 2. Maranhão: Tip. do Frias, 1880. 112 p. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700789 &pesq=&pagfis=82](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700789&pesq=&pagfis=82). Acesso em: 10 jan. 2022.

²⁰ José Barreto Costa Rodrigues: Maranhense e, formado em direito, foi político integrante do Partido Liberal. Atuou como deputado estadual; e deputado federal (1918; 1921-1923). Na imprensa foi redator chefe do jornal *Pacotilha*. (CPDOC, 2013, não paginado).

Liceu Maranhense aparecem 9 vezes na segunda página, 12 vezes na terceira e, apenas 1, em 1904, na primeira. O valor do impresso subiu de 40 rs em 1894 para 100 rs em 1904; mas não temos informações se a tiragem se manteve nessa época, como exibimos no quadro a seguir²¹:

Quadro 4 – Custo e tiragens do jornal *Pacotilha* (1894-1904)

	1894	1895	1896	1897	1904
Tiragem	2,000 exemplares	2,000 exemplares	2,000 exemplares	2,000 exemplares	-
Número do dia	40 rs	60 rs	60 rs	100 rs	100 rs
Número anterior	80 rs	120 rs	120 rs	200 rs	200 rs
Número avulso	40 rs	60 rs	60 rs	100 rs	-
Interior	13\$00 pagamento adiantado	13\$000 pagamento adiantado	16\$000 pagamento adiantado	16\$000 pagamento adiantado	16\$000 pagamento adiantado

Fonte: *Pacotilha* (1894; 1895; 1896; 1897; 1904).

Pelo que a fonte nos fornece de informação, a tipografia do jornal foi comandada por dois nomes: Antonio Auger da Silva (1894; 1895; 1896) e Manoel Faustino de M. Silva (1904), não encontrando dados referentes a 1897. A tipografia redação e gerência foi localizada no Largo do Carmo n. 16 (1894; 1895; 1896), mudando-se para o Largo do Carmo, n. 24 em 1897. Em 1904, o mesmo local é descrito como “Praça João Lisboa, n. 24 (Antigo Largo do Carmo)”. Dos anos levantados, a partir de 1897 o jornal *Pacotilha* (1880-1939) afirma utilizar tipografia a vapor, que era “o que havia de moderno na imprensa” (JORGE, 2008, p. 339), possibilitando a impressão de mais de 1.000,00 exemplares por hora.

Figura 3 – Jornal *Pacotilha*: Alterações nos cabeçalhos



Fonte: *Pacotilha* (ed. 127, 1894; ed. 124, 1896; ed. 2, 1904).

²¹ Não é explícito o valor dos anúncios, só é informado apenas que eram contratados pelos “mais módicos preços” (*PACOTILHA*, 1894, ed. 127, p. 1).

De acordo com Matos (2021), o *Pacotilha* (1880-1939) fez parte da grande imprensa caracterizada por ser industrial e estar composta por jornais como “[...] Diário do Maranhão, O Federalista, O Imparcial, O Combate, A Hora, O Jornal, Diário de São Luís. Os demais periódicos tinham natureza mais artesanal, baixas tiragens e geralmente existência efêmera”.

Figura 4 – *Diário do Maranhão* como dispositivo



Fonte: *Diário do Maranhão* (1898, ed. 6228, p. 1).

(MATOS, 2021, p. 404).

Na outra ponta da discussão, mas fazendo parte da grande imprensa, temos o *Diário do Maranhão: Jornal do Commercio, Lavoura e Industria*. Encontramos notícias digitalizadas no site da Biblioteca Nacional de 1855 a 1911. Assim como o *Pacotilha* (1880-1939), o *Diário do Maranhão* (1855-1911) mudou de gestão algumas vezes. De acordo com Sebastião Jorge (2008), foi criado por Torres Cunha, sob a redação de Antônio Rego (1820-1883)²² e Antônio Marques Rodrigues Rego (1826-1873)²³; jornal que se destacou “[...] pelo pioneirismo, na tomada de certas iniciativas de cunho social, trabalhista e

tecnológico” (JORGE, 2008, p. 225). Serra (1883, p. 35) explica que era “[...] dedicado a notícias comerciais, trazendo sempre grande cópia de transcrições estrangeiras”. Na publicação número 8 de 29 de setembro de 1855, observamos alguns dados sobre os valores aplicados: até 3 vezes os anúncios eram gratuitos aos assinantes, anunciantes sem assinatura deveriam pagar 40 rs por linha e 20 rs por publicação repetida. A assinatura custava 12\$000 (ano), 6\$000 (semestre) e 3\$500 (trimestre). (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1855, ed. 8).

Na primeira fase de circulação, de 1855 a 1858, suas publicações eram realizadas 3 vezes por semana, tendo 4 páginas com 3 colunas cada. Composto por anúncios, folhetins,

²² Antônio Rego (1820-1883) foi formado em Medicina e também atuou na política (vereador da Câmara Municipal de São Luís e deputado da Assembleia Provincial do Maranhão, assumindo os cargos nos anos entre 1855 a 1869) e no jornalismo como redator do jornal *O Progresso* (1847) e o *Diário do Maranhão* (de 1855 a 1858). Segundo Joaquim Serra (1883), Rego também trabalhou no *Publicador Maranhense* (1842-1885) sob o pseudônimo *Abondio*, além de suas contribuições na tradução e publicação de obras e capítulos de romances e materiais pedagógicos (MORAES, 2013).

²³ Antônio Marques Rodrigues Rego (1826-1873) foi bacharel em ciências jurídicas e sociais, docente do Liceu Maranhense, deputado provincial, escritor, poeta, jornalista e Inspetor da Instrução Pública. (MEIRELES, 1955).

correspondências, notícias diversas e colunas dedicadas a notas da Província dentre outros temas. Na segunda fase, em 1873, passou a ter frequência diária de publicações (exceto as segundas, dias santos e feriados) (JORGE, 2008, p. 226). De 1894 a 1909 manteve suas publicações em 4 páginas, variando de 3 a 6 colunas, dentre elas, as páginas em que encontramos as notícias sobre o uniforme escolar do Liceu Maranhense: 5 vezes na primeira página, 7 vezes na segunda e apenas 2 vezes na terceira. O valor da assinatura do impresso se manteve, para a capital: 12\$000 anual e 6\$000 semestral; para o interior: 13\$000 e para o exterior: 17\$000; todos com pagamento adiantado.

Fundado por José Maria Correia de Frias (propriedade de Frias Filho & C^a Succs.) teve a gerência e a tipografia comandada por Antonio Joaquim de Barros Lima (1894; 1895; 1898), mudando de tipógrafo em 1909, onde é citado como responsável Raymundo J. D'Oliveira Lima. Localizada na Rua da Palma, n. 6 (1898; 1909) utilizava a tipografia a vapor dos mesmos proprietários, Frias Filho & C^a Succs. (1894; 1895; 1898; 1909).

Na próxima seção apresentamos alguns dados encontrados a partir de 1894 nas duas fontes, expondo suas particularidades, partindo da identificação dos processos de indicação, aprovação, distribuição e uso propostos na problemática e no objetivo geral visando assim a História dos objetos na sua materialidade [como primeiro eixo de análise da História cultural segundo Castellanos (2017; 2020)], que é dividido para sua explanação em forma, frequência, dispositivo e estrutura. Nosso propósito nessa etapa foi organizar as características das notícias sobre a obrigatoriedade do uniforme escolar a partir de como se apresentam nos jornais.

2.2 Da indicação ao uso: processos que acompanham a inserção do uniforme no Liceu Maranhense

Para entender a necessidade do uniforme, precisamos identificar que grupo ou indivíduo fez parte do processo de concretização dessa ideia no Liceu Maranhense e de que formas o fez e/ou fizeram. A identificação das etapas do processo nas notícias é o ponto de partida, é o caminho que nos aproxima da tradução dos sentidos por intermédio das práticas, como propõe Chartier (1988), já que as mesmas possibilitam identificar “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17). Nesse sentido, para ter acesso facilitado ao conjunto de dados levantados, elaboramos dois quadros nesta seção, os quais contêm os processos de indicação,

aprovação, distribuição e uso do uniforme escolar a partir da perspectiva da obrigatoriedade da indumentária.

Quadro 5 – Processos do uniforme escolar no jornal *Pacotilha*

ANO	DATA	ED.	P.	PROCESSOS
1894 ANO XIV	30.05	127	2	→ Indicação
	31.05	128	3	→ Indicação
	11.06	137	3	→ Aprovação de dois modelos: Dois tipos de produção.
	12.06	138	3	→ Distribuição <i>versus</i> uso: consequências da obrigatoriedade
	14.06	140	2	→ Distribuição <i>versus</i> uso: valor do uniforme
	16.06	142	2	→ Distribuição <i>versus</i> uso: consequências da obrigatoriedade
	21.06	146	3	→ Distribuição <i>versus</i> uso: táticas de apropriação
	06.07	159	3	→ Distribuição <i>versus</i> uso: mudança de prazo
	09.07	161	2	→ Indicação: Período de imposição e características da produção
	13.07	165	2 e 3	→ p. 2: Distribuição <i>versus</i> uso: Consequências da obrigatoriedade
				→ p. 3: Distribuição <i>versus</i> uso: consequências da obrigatoriedade
	14.07	166	2	→ Distribuição <i>versus</i> uso: táticas de apropriação
	16.07	167	2	→ Distribuição <i>versus</i> uso: novas regras
	02.08	182	3	→ Uso
22.12	303	2 e 3	→ p. 2 e 3 (continuação): Indicação	
1895 ANO XV	06.08	183	3	→ Uso
1896 ANO XVI	26.05	124	3	→ Uso: Imposição. Obrigatoriedade regimentada
	03.06	131	2	→ Distribuição <i>versus</i> uso: impactos do custo
1897 ANO XVII	10.09	213	3	→ Distribuição: mercado
	11.09	214	1	→ Distribuição: mercado
	13.09	215	1	→ Distribuição: mercado
	14.09	216	1	→ Distribuição: mercado
	15.09	217	1	→ Distribuição: mercado
	16.09	218	1	→ Distribuição: mercado
	17.12	296	3	→ Uso: flexibilidade
1904 ANO XXIV	02.01	2	1	→ Uso: representações sentidas no corpo discente. Contém características da produção do Modelo nº 2.

Fonte: Pacotilha (1894; 1895; 1896; 1897; 1904).

Refletindo sobre a ordem dos processos, entendemos que entre a indicação e o uso há uma série de descontinuidades corroborando com a afirmação de que a história não é linear, explicada pela teoria da História Cultural (PESAVENTO, 2012). Nesse jornal, antes do

uniforme ser publicado como produto disponível no mercado, ele passou por diversas resistências que adiaram a adoção plena. Mallman (2015) explica que esse fator deve ser levado em consideração ao se pensar a obrigatoriedade, onde a importância histórica do objeto se mantém, embora variem os processos. As decisões desde quem indica até quem adquire o uniforme partem não apenas de um desejo; mas também das condições econômicas dos responsáveis e do tempo de curso dos alunos, já que para os que estavam em fase de conclusão, a compra não era vantajosa. Em nível local, em 30 de maio (PACOTILHA, 1894, ed. 127) o *Pacotilha* (1880-1939) informa que a idealização do primeiro modelo, considerado oficial, teria surgido de uma comissão de estudantes e de um professor de desenho.

O primeiro argumento do jornal contra a obrigatoriedade incide no fato de que alguns alunos com menor renda utilizavam roupas alternativas de acordo com os locais em que os pais tinham crédito para compra. Nesse aspecto Lonza (2005) informa que na virada do século XIX para o XX as escolas, mesmo sendo públicas, eram frequentadas por uma maioria de filhos da elite, enquanto os mais pobres trabalhavam desde cedo, se apresentando nas aulas com suas melhores roupas. Nesse sentido, mesmo sem um uniforme definido, era possível existir um padrão de vestimenta adequado às noções de formalidade e higiene da época.

Com a aprovação do vice-governador Casimiro Dias Vieira Junior²⁴ em 11 de junho (PACOTILHA, 1894, ed. 137) foram divulgados dois modelos de uniforme, na tentativa de dar alternativa àqueles que não tivessem condições de adquirir o modelo de custo mais elevado. Quanto à produção, o modelo nº 1 era o mais barato, de brim pardo com alamares e botões amarelos; o modelo nº 2, mais caro, continha uma blusa parda de botões pretos, um *bonet* de aba verniz luzido com um círculo na frente com um livro bordado em ouro, “emblema dos estudiosos”. (PACOTILHA, 1904, ed. 2, p. 1).

Os modelos ficavam disponíveis na Secretaria da Instrução Pública, mas apesar da alternativa criada, entre sua distribuição e aquisição para o uso, ainda existia a barreira do custo e outras resistências encontradas mais à frente. O jornal *Pacotilha* (1880-1939), em 14 de junho de 1894 (ed. 140), discutiu a necessidade da compra de pelo menos 2 uniformes para as atividades escolares: um seria usado enquanto o outro estivesse sendo lavado ou gomado,

²⁴ Casimiro Dias Vieira Júnior (1853-1897): Nasceu em Guimarães (MA). Formou-se em direito em Recife. Foi promotor público (Viana - MA, 1878-1881), filiado ao Partido Liberal e fundou o jornal *O Liberal* em 1886. Eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891) e a vice-governador do Estado do Maranhão (1892-1895) ao lado de Manuel Inácio Belfort Vieira (governador). Foi substituído pelo vice Alfredo da Cunha Martins de 30 de novembro de 1892 a 27 de outubro de 1893 por problemas de saúde. Foi eleito deputado federal, mas faleceu antes de assumir o cargo. (CPDOC, 2013).

duplicando o valor do investimento e tornando-se, de igual modo, inviável para as famílias mais pobres.

Um fator que motivaria a resistência dos alunos quanto à aquisição do vestuário, além da questão financeira, é que a decisão foi tomada em junho (meses após o início do ano letivo); logo, o investimento teria pouca duração de uso para alunos que estivessem no último ano na escola. Nesse contexto, dois discentes, Joaquim de Oliveira Santos e Francisco de Carvalho Filho, solicitaram a sua dispensa, mas tiveram o pedido indeferido (ed. 142); movimento que confirma as hipóteses do jornal, sobre as barreiras que enfrentariam os alunos: a financeira e o curto prazo de custo-benefício/adequação. Dificuldades pelas quais vários estudantes passaram, além dos constrangimentos impostos ao serem retirados de sala de aula por estarem fora dos padrões exigidos.

Nesse período de resistências, o *Pacotilha* (1880-1939) publicou uma nota sobre um suposto adiamento do prazo para a adequação à obrigatoriedade, de 10 de julho de 1894 para janeiro do ano seguinte (ed. 146); contudo, a informação foi negada pelo vice-governador que, por fim, resolveu determinar por intermédio da Inspeção Geral da Instrução Pública que seriam dispensados da compra do uniforme, os alunos que comprovassem estar concluindo o curso em 1894. Os demais teriam um novo prazo para se adequarem (de 13 a 31 de julho de 1894) ainda mantendo o uniforme como elemento obrigatório para frequentar nas aulas. Nessa lógica, encontramos cenários distintos: por um lado, alunos solicitando dispensa; por outro, a notícia sobre um evento fúnebre em homenagem a um colega de classe, destacando o uso da indumentária, o que revela a existência de pelo menos dois grupos distintos no ambiente escolar interagindo na vida social com ferramentas diferenciadas.

De 1895 a 1904 o cenário do uniforme escolar nas notícias oscila até surgirem os primeiros anúncios e um relato de memória descrevendo o fardamento de forma otimista. Essa segunda fase transmite para o leitor a aparência de naturalidade do objeto histórico, que é quando os conflitos dos anos anteriores parecem não terem existido. Por isso se faz necessário o entendimento dos processos na sua historicidade, tendo-se em conta desde a sua idealização até a apropriação, o que pode auxiliar no rompimento com o equívoco da sua naturalização, como propõe Benito (2010). Desnaturalizar os objetos é necessário, pois estão imersos em práticas que são orientadas por valores construídos pelos modos pedagógicos de conceber o ensino em um determinado período.

No Diário do Maranhão (1855-1911) as notícias são mais formais e precisas, pois representam notas da Secretaria da Instrução Pública:

Quadro 6 – Processos do uniforme escolar no jornal Diário do Maranhão

ANO	DATA	ED.	P.	PROCESSOS
1894 ANO XXV	09.06	6228	2	→ Indicação e aprovação
	12.06	6230	3	→ Aprovação de dois modelos
	13.06	6231	2	→ Distribuição e uso: prazo de adequação
	14.06	6232	2	→ Distribuição e uso: prazo de adequação
	16.06	6234	1 e 3	→ p. 1 Distribuição e uso: prazo de adequação
				→ p. 3 Distribuição <i>versus</i> uso: indeferimento de dispensa
	16.07	6258	2	→ Distribuição <i>versus</i> uso: novas datas e novas regras
23.07	6264	1	→ Aprovação de dois modelos	
1895 ANO XXVI	29.01	6420	1	→ Uso: obrigação já indicada no ato da matrícula
	30.01	6421	3	→ Uso: obrigação já indicada no ato da matrícula
	31.01	6422	1	→ Uso: obrigação no Regulamento do Liceu
1898 ANO XXIX	05.01	7302	1	→ Uso: flexibilidade
1909 ANO XL	27.04	10738	2	→ Aprovação: Novos modelos

Fonte: Diário do Maranhão (1894; 1895; 1898; 1909).

A primeira publicação (ed. 6228) informa sobre a decisão da obrigatoriedade, incluindo dois modelos de uniforme: Modelo n. 1 — uniforme pardo e modelo n. 2, (sem descrição material), mais barato. Em seguida a notícia é corrigida (na ed. 6230), ao expor-se que o Modelo n. 1 é brim pardo e o Modelo n. 2 é o de fazenda de maior custo. Nestes primeiros jornais já é possível destacar algumas características da organização do *Diário do Maranhão* (1855-1911). A primeira comumente trata de atos públicos do congresso, do governo e do tesouro do Estado, contendo também o trecho de um folhetim. A segunda possui telegramas, outras notícias do congresso, avisos marítimos e noticiários. A terceira e a quarta páginas são preenchidas por (dentre outras notícias) mais anúncios. Entretanto, é importante sinalizar que essas características variam de acordo com as demandas diárias do jornal, podendo ocorrer que algum item apareça em páginas diferentes das mencionadas.

As notícias das edições 6231 e 6232 são iguais, intituladas *Instrução Pública*, informando-se a formalização da obrigatoriedade do uniforme.

De ordem do ilm. Sr. Dr. Inspetor Geral Interno da instrução pública do Estado, se faz público para os devidos efeitos, que havendo o exmo. sr dr. vice governador, em virtude de representação verbal dos estudantes do “Liceu Maranhense”, resolvido, por ato de 8 do corrente, mandar adotar oficialmente pelos mesmos estudantes o uniforme

pardo constante no modelo n. 1, permitindo, entretanto o uso do uniforme n. 2 aos alunos que por suas posses estiverem em condições de o preparar [...]. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6231, p. 2).

A partir da publicação conseguimos identificar quem faz parte da oficialização, na imprensa e na escola: inspetoria, governo, estudantes e secretaria da Instrução Pública. Destas duas, a que ressaltamos detalhes importantes é da primeira, 6231. Ela aparece na página 2, dividindo espaço com notícias direcionadas ao congresso legislativo, atos oficiais, editais, notas de falecimento e outros. Algo diferente sobre a instrução pública nos chama a atenção nessa configuração: na primeira coluna encontramos a notícia direcionada ao congresso legislativo, um local dedicado as apelações públicas, havendo nesse espaço uma reclamação sobre os vencimentos, principalmente, dos docentes do ensino primário do interior do Estado. Os professores reclamam do baixo salário, dos atrasos e da má distribuição dos pagamentos, além de denunciarem os gastos não remunerados para viabilizar o trabalho, como o aluguel de casas para ofertar as aulas e as viagens para entregar os mapas escolares mensalmente (relatórios) na sede da Comissão escolar localizada no município, São Luís, para obter o direito aos vencimentos pelos trabalhos exercidos.

Oficialmente, o aluguel das casas para as aulas públicas, móveis, livros e demais recursos materiais necessários ao ensino eram de responsabilidade do Estado por meio de verbas adquiridas pelo fundo escolar; contudo, a carência desse fundo financeiro deveria ser reclamada por requisições dos professores dirigidas às comissões ou aos inspetores do ensino (MA. REGULAMENTO, 1894). Na prática, tanto docentes quanto a inspetoria alegam problemas de comunicação dos dados das escolas e a insatisfação profissional como reflexos da indiferença pública às carências das escolas (MA. MENSAGEM, 1894). O uso da coluna de mensagens direcionadas ao Congresso no jornal *Diário do Maranhão* (1855-1911), em 13 de junho de 1894, é uma das ferramentas encontradas pelos professores para notificarem o Estado e, ao mesmo tempo, informarem a população em geral sobre a importância da valorização profissional para além de uma espécie de vocação.

Se a felicidade de um povo depende da instrução, como está o seu desenvolvimento na aquisição de bons professores, bem difícil, senão impossível, com o minguido ordenado, que atualmente percebem estes servidores do Estado, é conseguir-se um pessoal idôneo, que se dedique com afinco a instrução da mocidade, e que, compenetrando-se de alta missão, para que foi destinado, considere o seu magistério, como – num verdadeiro sacerdócio do ensino. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6231, p. 2).

O inspetor Manoel José Ribeiro da Cunha na introdução do seu relatório deixa explícita a inconsistência das informações apresentadas pela atuação insuficiente ou quase nula do Estado no cumprimento das ações necessárias à manutenção da instrução pública, gerando “[...] desapego a causa do ensino, o desprestígio do professorado e o desânimo e desgosto dos funcionários”. (MA. MENSAGEM, 1894, p. 35). A inconsistência dos mapas escolares, logo, do quantitativo de alunos em sala de aula nesse cenário de abandono público é facilmente compreendido pelo fato de que os vencimentos dos docentes estavam diretamente relacionados a essa documentação e a entrega dos atestados de cumprimento das aulas. De acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 1894, escolas primárias masculinas frequentadas por menos de 30 alunos deveriam ser extintas e convertidas em mistas. Nesse processo, poderiam ser questionadas as ausências dos alunos; um dos motivos poderia recair na qualidade trabalho do professor, já socialmente responsabilizado pelas condições de desenvolvimento da escola como observamos no discurso sobre a “vocação”:

Mas infelizmente se dá isto no Maranhão onde o Professorado, cuja classe é por excelência como alguém já o disse “a primeira do mundo” por considerarem os professores “como predestinados, para regenerarem uma parte da espécie humana” são sempre mal remunerados, olhados com indiferença, e cercados das maiores dificuldades, desde a percepção dos seus já resumidos vencimentos, que sempre são pagos, depois de estarem já muitos meses em atraso, devido a deficiência de numerário nas Estações competentes, onde são realizados tais pagamentos, até mesmo nas remessas dos mapas às Comissões da Instrução Pública, para por este meio poderem obter os atestados, que lhes dão direito aos vencimentos. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6231, p. 2).

O próprio inspetor reconhece que, em geral, não há um atendimento adequado ao ensino público principalmente no aspecto material:

A aquisição ou aluguel de prédios, sua conservação, mobília, fornecimento de material técnico, a par da mais rigorosa observância dos preceitos higiênicos, constituem, de certo, importantíssima tarefa. *Ao que acresce que são tão poucos os municípios em condições de preencher o preceito constitucional do inteiro encargo da instrução primária, que maior será exceção do que regra.* (MA. MENSAGEM, 1894, p. 36).

Apesar de tratarem do ensino primário, esse breve relato alerta para os desequilíbrios da distribuição dos recursos financeiros escolares e para como os textos mudam pelos meios e pelos sujeitos. Quando temos acesso aos relatórios da inspetoria ou outros documentos do Estado para compreender as condições do ensino em determinado período, embora citem as reclamações dos agentes da escola, lidamos com grupos que têm um discurso mais distante, mais geral e que contorna detalhes das problemáticas que só a vivência diária pode fornecer.

Pelo veículo da imprensa os professores conseguem expor suas denúncias públicas sem intermediários, eufemismos ou contornos de outras configurações e intencionalidades de discurso. Nesse sentido, ao escreverem para o Congresso Legislativo por intermédio do jornal e não apenas comunicarem diretamente ao Estado, o corpo docente se apresenta como uma classe organizada que sofre de questões similares e recorrentes, denunciando e ao mesmo tempo se defendendo publicamente de qualquer possível acusação de caráter de competência profissional individual. Ao mesmo tempo, se colocam em meio a uma outra configuração documental de alcance amplo, o jornal, composto por ferramentas próprias de divulgação de informação. É nesse ponto que, logo à frente, chegaremos ao Liceu Maranhense.

Após a denúncia dos professores da instrução primária encontramos um anúncio de vinho de uma marca chamada *Quinium Labarraque*. Para um leitor que desconheça a marca ou mesmo para nós, enquanto pesquisadores de outro tempo, a leitura do anúncio pode passar despercebida; todavia, destacamos alguns pontos: “O Quinium Labarraque, única preparação deste gênero aprovada pela Academia de Medicina de Paris [,] é um medicamento enérgico e brando ao mesmo tempo que *convém a todas as pessoas enfraquecidas* pela idade, pela doença, *pelos excessos quer de prazeres quer de trabalho*” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6231, p. 2, grifo nosso). Na mesma página, em um texto intitulado “Origem do Tabaco”, onde são apontados prós e contras do fumo, há um trecho que afirma:

Todos os individuos que precisam esquecer, consolar-se ou resignar-se, recorrem ao tabaco com uma verdadeira paixão. É um bálsamo consolador para os prazeres [...]. Acontece, às vezes, no curso da vida, acharmo-nos em presença de certas dificuldades e complicações, em que precisamos de um conselho para tomar um partido: *há individuos que n'estas ocasiões acendem um charuto, e acham a solução da dificuldade, depois de o terem fumado.* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6231, p. 2, griffo nosso).

Nos dois anúncios, embora sem associação direta à instrução, a bebida e o fumo são itens promovidos como úteis para pessoas fragilizadas física ou mentalmente, que podem ser relacionadas com as dores citadas pelas reclamações dos docentes, como resultado da desvalorização da atuação profissional no Maranhão. Curiosamente, em 15 de junho de 1894, a mesma estratégia é usada do avesso; isto é, como argumentação dos males da desvalorização docente, *Um professor* (pseudônimo utilizado na notícia), destaca como um dos resultados da má remuneração, as dificuldades de consumo dos produtos disponíveis no mercado:

Em consequência da quadra assustadora, calamitosa, mesmo, que atravessamos, pela grande alta dos preços de todas as mercadorias e gêneros de primeira necessidade, têm todos os demais empregados obtido aumento nos seus vencimentos, só os professores

públicos continuam esquecidos e desprestigiados dos poderes públicos [...]. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6233, p. 2, grifo nosso).

Esse movimento de apresentar um problema/ circunstância e propostas comerciais como solução indireta também é visto relacionado ao uniforme escolar do Liceu Maranhense na notícia da ed. 6230 de 12 de junho de 1894. Encontrada na terceira página, a publicação divide espaço com anúncios de promoções de roupas e calçados: “[...] com o fim de dispor do depósito de roupas de riscados, de mestiços, flanela de algodão e camisas brancas de algodão para *homens e meninos, esta fábrica resolveu reduzir sensivelmente seus preços a datar de hoje*” (PACOTILHA, 1894, ed. 6230, p. 3, grifo nosso). Na mesma página, são vendidas roupas feitas de “[...] ditos de Irlanda e brim” (PACOTILHA, 1894, ed. 6230, p. 3). O detalhe recorda a finalidade do jornal, mencionada em seu subtítulo: *Diário do Maranhão - Jornal do Comércio, Lavoura e Indústria*, no qual afirma-se que o público-alvo dessa imprensa é o que esteja interessado no aspecto mercadológico do funcionamento do Estado, atravessando diversas esferas, inclusive a escola. Sendo assim, não podemos esquecer que “[...] a escola permanece com as características gerais de uma instituição de massa, que requer artefatos produzidos em série e em largas quantidades”. (VIDAL; SILVA, 2013, p. 24).

Pela pesquisa, o elitismo do ensino secundário e o público maranhense era reforçado pelo estreitamento das relações dos representantes que atuavam em diversos setores do Estado, assim como na fiscalização e manutenção do ensino. A Secretaria da Instrução Pública assinava os editais e mantinha em sua guarda os modelos de uniforme. Nesse sentido, talvez pela proximidade física e administrativa das instituições, as solicitações eram ouvidas e respondidas com muita mais facilidade se realizadas na capital e pelo Liceu; instituição com propósito de ser modelo de qualidade de formação e vitrine da educação maranhense durante as visitas dos representantes da diversas escolas brasileiras:

[...] em uma cidade civilizada como esta, devemos sentir, não diga só tristeza, mas *vexame*, ter o edifício do Liceu nas condições sem que o nosso se acha! [...] tive ocasião de presenciar o acanhamento que sentiu o inspetor da instrução pública ao receber alguns representantes do Pará, que quiseram visitar o nosso Liceu e Escola Normal. (MA. ANAIS, 1894, p. 71, grifo nosso).

A imposição desta indumentária apresenta rachaduras na imprensa representada pelo *Diário do Maranhão* (1855-1911) a partir de 16 de junho de 1894 (ed. 6234) quando, na coluna de Atos Oficiais, a solicitação de sua dispensa aparece: “Joaquim de Oliveira Santos e Francisco de Carvalho Filho, estudantes do Liceu Maranhense, [estão] requerendo dispensa do uniforme que vão usar os estudantes do mesmo Liceu - Não há que deferir”. (DIÁRIO DO MARANHÃO,

1894, ed. 6234, p. 3). Por outro lado, o jornal *Pacotilha* (1880-1939) na ed. 142 de 16 de junho de 1894, afirma que essa solicitação também fora publicada no jornal *Federalista* (1892-1906) e reforça que [...] como esses peticionários, muitos outros alunos d'aquela estabelecimento não ficaram satisfeitos com a reforma do traje, decretada ultimamente. O efeito produzido por esse ato governamental [era] o pior possível. A censura [era] geral e geral quase a queixa dos pais dos estudantes”. (PACOTILHA, 1894, ed. 142, p. 2).

Na edição 6234 do *Diário do Maranhão* (1855-1911), embora o edital da instrução pública sobre a obrigatoriedade se repita, ele aparece na primeira página enquanto a nota sobre o indeferimento aparece na terceira, misturando-se com requerimentos de outros setores, dentre eles reclamações da instrução primária: o professor de Pedreiras, município maranhense, Julio Buxbam, solicitara o pagamento de seus vencimentos e ajuda de custo; ao qual o Estado responde: “[que seja paga] a taxa de expediente e volte” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6234, p. 3).

A rachadura de ações e opiniões foi um sinal que se ampliou e ganhou força. Na edição 6258, de 16 de junho de 1894, como resultado dos requerimentos em massa de diversos alunos, a imposição foi flexibilizada. Dessa data em diante, alunos que comprovassem estar no último ano de curso foram dispensados do seu uso, os demais teriam o prazo estendido de 8 a 10 de julho para 13 a 31 de julho de 1894 para a sua aquisição. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6258, p. 2).

Estas notícias e avisos não só confirmam a presença desses alunos, como indicam também a probabilidade de que a quantidade de sujeitos não uniformizados não seja restrita a um grupo peculiar nessas condições específicas (discentes em fase final de curso), o que implicara na mudança de prazo de adequação, mas não na anulação da obrigatoriedade para os demais. Sendo assim, a ed. 6264 fecha o ciclo da imposição inicial no *Diário do Maranhão* (1855-1911) recordando a portaria lançada no dia 8 de junho de 1894:

O Vice-Governador do Estado, em virtude da representação verbal que lhe foi dirigida pelos estudantes do Liceu Maranhense, resolve mandar adotar oficialmente pelos mesmos estudantes o uniforme pardo constante do modelo n 1, permitindo o uso do uniforme n. 2 aos alunos que por suas posses estiverem em condições de o preparar. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6264, p. 1).

A partir de 24 de novembro de 1894, o uniforme já consta no art. 96 do capítulo XIV do Regulamento do Liceu Maranhense, seção dedicada às obrigações, proibições e direitos dos alunos:

1.º Apresentar-se com asseio e pontualidade no estabelecimento, nos dias e horas de suas lições, sempre trajando o uniforme mandado usar pela portaria do Governo, de 8 de junho último, a qual subsiste em inteira plenitude, não podendo aluno algum, qualquer que seja o pretexto, apresentar-se de outro modo vestido no estabelecimento. (MA. REGULAMENTO, 1894, p. 65).

O *Diário do Maranhão* (1855-1911) dividiu o Regulamento do Liceu em 3 partes, publicando-as na íntegra por três dias seguidos (de 29 a 31 de janeiro). O trecho da citação anterior foi encontrado na ed. 6422, de 31 de janeiro de 1895. Portanto, de 1895 (ed. 6420; 6421; 6422) em diante, o uniforme escolar passou a ser informado desde o processo de matrícula. Após a notícia onde “[...] faz-se público, outrossim, que subsiste em inteira plenitude a portaria do mesmo Governo, de 8 de Junho de 1894, pela qual mandou adotar oficialmente o uniforme de que devem usar os alunos do Liceu Maranhense” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1895, ed. 6420 p. 1; 6421, p. 3).

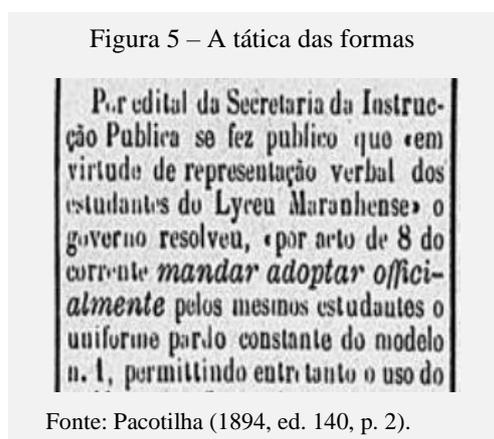
A presença da obrigatoriedade no regulamento marca uma normalização dessas decisões: o uniforme passa a fazer parte daquele sistema de regras, comportamentos e orientações que antecedem a matrícula do aluno no estabelecimento. Sem embargo, em janeiro de 1898, o uniforme se tornou facultativo por Cunha Martins (ed. 7302); ação que já tinha sido sinalizada e elogiada pelo Jornal *Pacotilha* (1880-1939) em dezembro de 1897:

[...] Exigir-se, como estava sendo há uns dois anos, para a entrada no Liceu um vestuário dispendioso, era criar entraves aos pobres para o aproveitamento da instrução ministrada n’esse instituto de ensino. Não fomos atendidos n’esse tempo, quando opinávamos que se tornasse facultativa a medida ordenada, conciliando-se assim a vaidade dos ricos com a deficiência de recurso dos pobres. Hoje vemos triunfante a causa que advogamos que era a causa da razão e do bom senso. O sr. Cunha Martins prestou um bom serviço com a resolução que tomou. (PACOTILHA, 1897, ed. 296, p. 3).

Por fim, em 1909 ed. (10738), “apresentaram-se ontem alguns alunos do Liceu Maranhense vergando o uniforme 1.º, aprovado pelo exm. sr. general Rodrigues de Campos”. Por constar este registro na coluna das notas militares - corpo de bombeiros, supomos que o uniforme seja relacionado a esse setor e não tenha influência no uniforme tradicional aprovado em 1894. Por outro lado, nas notícias do *Diário do Maranhão* (1855-1911) observamos detalhes nas entrelinhas que apontam para as resistências capazes de provocar mudanças nas decisões do Estado. Destarte, é possível acompanhar desde o início da imposição e da inserção nos documentos que orientam o funcionamento da instituição a flexibilidade do seu uso. O que pretendemos responder, nas próximas seções, é como essas mudanças se manifestaram nos discursos e como se apresentaram, quem participou das notícias e o que elas provavelmente refletiram na dinâmica da sociedade maranhense republicana.

2.3 O contexto e os impactos da obrigatoriedade do uniforme segundo a opinião do jornal **Pacotilha**

De acordo com Matos (2021), a partir de 1880 a nova imprensa que acompanhou o movimento de efervescência fabril de São Luís, passou a ser caracterizada por uma maior profissionalização da informação, onde a opinião se apresentava separada da notícia. O jornal passou a ser um produto com *valor industrial*, sendo confirmadas algumas das características



desse valor na garimpagem das fontes. Entender essa postura é fundamental para esta seção, já que após apresentados os dispositivos e as notícias trabalhadas, uma análise mais detalhada sobre a forma, frequência e estrutura das notícias se faz indispensável para extrair o máximo de materiais da fonte. Em outras palavras, não apenas identificar e entender a repetição (frequência), mas compreendermos como ela se manifesta (forma) e quem está por trás e dentro da

notícia (estrutura); aspectos este que podem apontar para a diversificação de estratégias de escrita usadas e suas motivações, tendo em conta um público em específico. Nessa lógica, iniciamos então pela identificação das formas, entendendo que elas “[...] produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade se investe de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura” (CHARTIER, 1991, p. 178). Logo, a imprensa contém uma forma própria que tem poder de influenciar na leitura por meio do uso de diferentes instrumentos de registro; embora, suas “[...] formas de registro não [venham] em primeiro lugar. O que vem sempre em primeiro lugar é o problema” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 38) que, no nosso caso, é a obrigatoriedade do uniforme escolar.

Na figura 5, há um exemplo de apropriação das formas. Nela, ao publicar-se o edital da Secretaria da Instrução Pública, o *Pacotilha* (1880-1939) destaca a frase “mandar adotar oficialmente”. O destaque influencia a leitura à medida em que chama a atenção para um trecho específico do discurso onde é dada relevância à crítica sobre a imposição do governo, grifo não existente na informação original do Estado. Além disso, ao reunirmos todas as notícias observamos uma constância: a frequência dessas formas, isto é, a repetição de uma forma específica no uso de um assunto, tanto nos títulos quanto no conteúdo, permitiu entender

quando o jornal publicava editais ou requerimentos e quando o discurso era mais opinativo. Também nos permitiu notar como, dentro de um discurso oficial, um jornal também pode imprimir sua opinião (Ver Figura 5). Essas análises expõem como a frequência não se limita ao quantitativo; mas também, senão primordialmente, reflete o *quê* e *como* se disserta sobre o objeto no recorte temporal (CASTELLANOS, 2017).

Para entender esse movimento, primeiramente separamos os títulos das notícias em sua forma, frequência e estrutura. No jornal *Pacotilha* (1880-1939) encontramos 5 formas de texto, tomando como base os títulos: 1) Notícias sem título; 2) Título: *Uniforme Casimiro*; 3) Título: *Pacotilha – Uniforme dos estudantes*; A questão do uniforme; Instrução pública; 4) Título: *Despachou*; 5) Título: *Coisas eleitorais*; *Liceu Maranhense*; *O Manduca*. Destes modelos de títulos em uso, se repetem no jornal as mesmas formas de 1 a 5, sendo publicadas mais de uma vez entre 1894 a 1897. Apesar da repetição de títulos, apenas a notícia intitulada *Despachou* repete o discurso, pois se trata de um anúncio. Para detalhar, listamos esses títulos da seguinte forma:

Quadro 7 – Relação forma e frequência das notícias sobre o uniforme escolar

TÍTULO	FREQUÊNCIA	ANO
Notícias sem título	Se repetem	1894, 1895
Uniforme-Casimiro Uniforme “Casimiro” Uniforme Casimiro	Se repetem, com pequenas alterações (hífen e aspas).	1894
PACOTILHA - [subtítulo] Subtítulos: O uniforme <i>dos</i> estudantes O uniforme <i>de</i> estudantes O uniforme <i>d_s</i> estudantes (1897) ²⁵ A questão do uniforme (1894) Instrução Pública (1896)	Título <i>PACOTILHA</i> seguido de diversos subtítulos opinativos	1894, 1896, 1897
Despachou	Se repete diversas vezes	1897
Coisas eleitorais	Publicado apenas uma vez	1894
Liceu maranhense	Publicado apenas uma vez	1896
O manduca	Publicado apenas uma vez	1904

Fonte: *Pacotilha* (1894; 1895; 1896; 1897; 1904).

A. Notícias sem título: características, natureza e função

De maio a agosto de 1894, as notícias sem título encontradas neste dispositivo, tinham a característica de serem mais breves, informando decretos e decisões, expondo críticas ou

²⁵ “O uniforme *d_s* estudantes” (1897) não é acompanhado do título *PACOTILHA*; contudo, por ter um texto semelhante aos outros, optamos por inserir nas formas que se repetem.

informações mais diretas. Detalhamos no quadro a seguir, a frequência dessas repetições e alguns aspectos que as diferenciam, como os processos, as páginas, as colunas e os destaques tipográficos utilizados.

Quadro 8 – O que informam as notícias sem título

Processos	Indicação	Aprovação	Distribuição <i>versus</i> uso				Uso
	Indicação	Dois modelos = Dois tipos de produção	Consequências da obrigatoriedade		Mudança de prazo	Novas regras	Uso
Edição	128	137	138	142	159	167	182
FORMA	Sem título	Sem título	Sem título	Sem título	Sem título	Sem título	Sem título
Data	31.05.1894	11.06.1894	12.06.1894	16.06.1894	06.07.1894	16.07.1894	02.08.1894
Página	3 de 4	3 de 4	3 de 4	2 de 4	3 de 4	2 de 4	3 de 4
Coluna em que aparece	2 e 3 de 6	3 de 6	1 de 6	5 de 6	1 de 6	6 de 6	1 de 6
Destaques tipográficos nos termos	<i>obrigatoriedade</i>	x	x	<i>Federalista</i> (jornal)	x	x	x
Resumo	Especificação da crítica à obrigatoriedade.	Oficialização do uniforme escolar em 2 modelos	Retirada de alunos de sala por inadequação	Crítica ao indeferimento de requerimento de dispensa de 2 alunos	Governo prorroga prazo para adequação ao uso do uniforme até 1º de janeiro	Alunos que comprovarem estar no último ano de curso estão dispensados de adquirir uniforme	Alunos usam uniforme durante evento fúnebre de amigo de classe, Cassio Antonio da Costa Ferreira

Fonte: Pacotilha (1894).

Assim como no jornal *Diário do Maranhão* (1855-1911), no jornal *Pacotilha* (1880-1939) as duas primeiras páginas são comumente dedicadas às notícias e folhetins; na terceira e, principalmente, na quarta, aparecem com maior frequência os anúncios. As notícias sem título aparecem, em sua maioria, na terceira página, exceto em duas ocasiões: uma, quando por intermédio do *Federalista* (1892-1906) o *Pacotilha* (1880-1939) soube da existência de dois alunos que solicitaram dispensa do uniforme e tiveram requerimento recusado (ed. 142); a outra, quando é anunciada a flexibilidade da decisão: alunos do último ano do curso não precisam adquirir o uniforme (ed. 167). As duas notícias estão diretamente relacionadas, aparecerem na mesma página pode ser um indicativo de uma resposta a um problema já anunciado antes. É notável pelos processos que essas informações vão da indicação ao uso, passando pelas resistências encontradas na escola: o uniforme em dois modelos de valores diferentes (demarcando a presença de alunos pertencentes a famílias de desiguais condições

financeiras na escola); a saída de alunos da sala de aula por inadequação à norma (indicativo que, apesar da existência de dois modelos, os prazos e condições não foram favoráveis a todos); a solicitação de dispensa do uniforme; a prorrogação da obrigatoriedade e a flexibilidade para os alunos no último ano, são sinais de como esses movimentos contra a sua imposição remodelam o curso da dinâmica escolar.

Quanto à variação de colunas não podemos dispensar a própria configuração da página, a necessidade de ajuste de conteúdo como explicação para a localização dos dados. Contudo, podemos apontar alguns detalhes importantes encontrados nas duas edições em que as informações se relacionam e aparecem na segunda página do jornal. A página 2 da edição n. 142 de 16 de junho de 1894, contém textos do escritor, jornalista e político brasileiro Virgílio Varzea (1863-1841), do poeta brasileiro Júlio Salusse (1878-1948) e do escritor e jornalista francês René de Pont-Jest (1829-1904). Destes escritos observamos um movimento interessante, o texto de Virgílio Varzea é intitulado “A medalha” e descreve uma batalha entre a vanguarda do exército imperial brasileiro e as tropas argentinas:

[...] cargas e cargas sucediam-se em toda a linha, com uma violência nunca vista. Porém, o ardor, o entusiasmo e a bravura dos nossos soldados, fizeram-nas pagar caro o inimigo, porque nem um só quadrado rompeu-se todo o campo ficou juncado de mortos, de prisioneiros e de feridos. (PACOTILHA, 1894, ed. 142, p. 2).

Em seguida, a poesia do francês Salusse faz elogios controversos a China, citando seus anseios em se casar com uma nobre chinesa por possuir qualidades como “[...] não possuir ideias loucas, ser virtuosa, sensata e paciente como poucas”. (PACOTILHA, 1894, ed. 142, p. 2). Logo após, o *Pacotilha* (1880-1939) lança sua crítica sobre a inclusão de antigos oficiais na guarda nacional sem que eles tenham perdido suas patentes. Nessa estrutura, aparentemente, se usa a literatura como introdução para moldar o pensamento do leitor como sendo favorável à opinião do jornal: o elogio à resiliência da linha de frente do exército, à administração de outro país, seguida da crítica nacional sobre o mesmo tema.

Há uma acusação sobre um suposto acúmulo de verba oriundo da contratação de um professor que se dispôs a reger gratuitamente a aula de química e mineralogia no Liceu e na Escola Normal. No texto do recorte sobre o uniforme, o jornal citado como fonte sobre o indeferimento do pedido de dispensa é o *Federalista* (1892-1906) que aparece em itálico, recurso tipográfico usado no *Pacotilha* (1880-1939) para dar destaque, registrar pseudônimos, palavras ou frases em outros idiomas e, como nesse caso, quando cita o nome de outra imprensa. O *Federalista* (1892-1906) foi um jornal editado por Benedito Leite e Urbano Santos que “[...]”

defendia as ideias [desse] Partido [...] colocando-se ao lado do governo, tanto no âmbito estadual como federal” (JORGE, 2008, p. 343), além de sua proposta provocar e enfrentar a imprensa de oposição desde a sua criação.

[...] o Federalista, assim, veio para combater a Pacotilha, e principalmente o seu chefe, o médico Costa Rodrigues, com quem travou acirradas polêmicas, e o fez, até quando deixou de circular, em 1906. Passou por várias fases. Os dois jornais, *Pacotilha* e *Federalista* se pareciam visualmente, isto é, na disposição do formato: 57 de altura por 37 cm de largura. As primeiras e últimas páginas traziam anúncios, enquanto, a terceira e a quarta, as seguintes matérias: folhetim, literatura, entretenimento, artigo de fundo, noticiário em geral” (JORGE, 2008, p. 345).

A notícia que cita o *Federalista* (1892-1906) como fonte comenta o indeferimento do pedido de dispensa do uniforme por dois estudantes liceístas. Até o momento não existiam exceções para a obrigatoriedade. O acontecimento noticiado acabou servindo como reforço à argumentação contra a obrigatoriedade do *Pacotilha* (1880-1939) e, conseqüentemente, contra o governo, por reafirmar a impotência daqueles que não pertenciam à comissão envolvida em tal imposição: “[...] ufano com o seu ato, que considera, naturalmente, de uma importância transcendental, o sr. Casimiro não se importa com isso: censurem-no a gosto; queixem-se, como quiserem os prejudicados, que o s. exc. com isso não se incomoda”. (PACOTILHA, 1894, ed. 142, p. 2). No fim da mesma coluna, ao comentar uma viagem de Casimiro a um evento religioso em Viana, município maranhense, o *Pacotilha* (1880-1939) almejava “[...] que o milagroso santo o ilumine e faça-o vir mais cheio de ideias aproveitáveis e menos propenso a ideias de uniformes...”. (PACOTILHA, 1894, ed. 142, p. 2).

Outra notícia onde há variação de página e investigamos a escolha das colunas, é a ed. 167 que anunciou o uso facultativo do uniforme para alunos que comprovassem estar no último ano de curso. A decisão pode ter sido resultado do aumento dos requerimentos de dispensa. Esta informação está localizada na sexta coluna da segunda página, a qual contém literatura e opinião. Os autores citados são B. Lopes²⁶, Virgílio Varzea (1863-1841) e Ludovic Halevy (1834-1908), seguidos de uma crítica ao governo. Há duas notícias relacionadas ao ensino nessa página, embora não diretamente relacionadas, existem alguns pontos a serem dissertados a seguir.

Na terceira coluna encontramos a primeira notícia intitulada *Nova Escola* que cita a fundação de uma escola para meninas em Paris, com programa centrado em “[...] higiene geral, higiene da infância, economia doméstica, arte de talhar, costura e cozinha”. (PACOTILHA,

²⁶ Acreditamos que se refira a Bernardino da Costa Lopes ou Bernardino Lopes (1859-1916), um poeta parnasiano brasileiro que produziu durante o século XIX e XX. (LOPES, 2022).

1894, ed. 167, p. 2), no intuito de formar-se meninas para “[...] governar a [...] casa [...] ciência esta que de dia para dia conta menos adeptos e da qual depende, todavia, a felicidade e a paz de família”. (PACOTILHA, 1894, ed. 167, p. 2). Não muito distante, no Regulamento da Escola Normal do Maranhão em 1894, ainda consta entre as disciplinas adotadas a matéria “Trabalhos de agulhas. [exclusivamente] (para o sexo feminino)” (MA. REGULAMENTO, 1894, p. 72), onde deviam-se aprender costura e bordado pelo menos 1 hora por semana durante os três anos de formação (MA. REGULAMENTO, 1894). Nesse viés, tanto para as meninas quanto para as mulheres (futuras docentes em potencial) os saberes domésticos, quer seja na França ou no Maranhão, ainda eram indispensáveis como ferramentas de formação úteis para a sociedade. Se no Liceu Maranhense se discutia a indumentária enquanto idealização e uso, aqui vemos com muito mais proximidade possíveis agentes de produção. Diferente dos meninos maranhenses, que na sexta coluna do jornal são informados sobre agora poderem usufruir da dispensa do uniforme caso confirmassem estar no último ano de curso, na informação sobre a escola parisiense de meninas, localizada no centro da página do jornal, a fundadora da nova escola, Mme Babet, afirmara que:

Mas a ciência está na moda. Venham de lá as mulheres sábias! Mas que ao menos saibam tudo a química, a panela, as causas da Revolução Francesa e a arte de pregar botões. Mulheres assim serão inapreciáveis tesouros e haverá quem as despose sem dote – talvez. [...] Ensinar-lhes-ei bastante higiene para que possa tratar de seu marido e seus filhos e trabalhos de costuras para que saibam, se necessário, for presidir a confecção de um vestido de criança, de talhar um fato para algum pobre que lhes aspire dó. (PACOTILHA, 1894, ed. 167, p. 2).

Nesse cenário de aprovação de exceções para aquisição do uniforme do Liceu Maranhense, aparentemente não há espaço para a crítica, mas também não há destaque para o Estado, estando à beira do fim da página. A informação é dada sem buscar a aceitação do leitor, sem esforços estratégicos visíveis como visto na ed. 142, mas também não foge de estar em uma configuração onde a instrução está relacionada com problemáticas de gênero. De um lado, os meninos liceístas, poderiam sonhar em ser futuros intelectuais, líderes e/ ou chefes de Estado. Do outro, as meninas, se quisessem trilhar caminho parecido cumprindo cargo de docência, não poderiam fazê-lo se isso colocasse em risco o papel primordial para o qual foram concebidas na sociedade republicana: ser esposa e mãe. Essas variações de perspectivas de formação sobre os corpos evidenciam que os objetos escolares, bem como os uniformes, passam por processos particulares, continuidades e descontinuidades que acompanham a trajetória de cada instituição e que também se modelam a expectativas sobre grupos específicos. (MALLMAN, 2015).

Uma cultura que embora contenha traços semelhantes, não é linear, passando por oscilações nem sempre vistas quando já imersas nas práticas comuns dos sujeitos. Cabem aqui algumas questões sobre a produção: quando pensamos no mercado alternativo, onde “[...] muitas vezes é devida a motivos especiais, como a existência de fazenda em certo e determinado estabelecimento, em que os pais tenham crédito, etc. a qualidade da roupa com que se apresentam para ouvir as lições” (PACOTILHA, 1894, ed. 127, p. 2) poderíamos também pensar nessas mulheres habilitadas à costura para serem esposas e mães? Até que ponto pensar essas configurações familiares e essa relação com o mercado escolar é pensar também em sujeitos produtores e consumidores dos seus próprios recursos? Frente a essas possibilidades, quais os benefícios promovidos pela ideia de uniforme e por quê adquiri-lo em um ou dois modelos se tornaria mais viável que permanecer no uso de trajes alternativos, oriundos das malharias, lojas de confecções, comércio em geral ou mesmo das mãos das mães - costureiras?

Pelo estudo de Marcon (2010) e Lonza (2005), observamos que a obrigatoriedade dos uniformes costuma ser justificada pelos critérios de segurança e disciplina, haja vista que possibilitam identificar os alunos antes da entrada e pautar ações segundo as definições da escola. Lonza (2005) explica que a partir da implantação dos uniformes a escola estabeleceu uma relação com os alunos, colocando-se à sua frente, e se responsabilizando por eles desde a matrícula. Ao mesmo tempo têm potencial em interferir nos comportamentos e nas estruturas de sentimentos dos alunos, os quais deveriam “[...] honrar as cores, o nome, a tradição e o símbolo da escola onde estivesse, mesmo na rua”. Nesse sentido, Alves (2016) cita algumas das possíveis vantagens e desvantagens dos uniformes: a) praticidade, formalidade e padronização: inibe o consumismo desenfreado de outros tipos de vestuário diários; b) minimização da vaidade e a economia; c) diminuição/ equilíbrio das diferenças visuais e sociais; d) segurança, disciplina e a formação da noção de responsabilidade. Essas características se associam a “[...] estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. (CHARTIER, 1988, p. 17). Dessa forma são impostos comportamentos correspondentes a projetos específicos que visam padronizar e controlar o funcionamento da escola pela responsabilização do aluno ao cumprimento de expectativas normativas escolares.

No Liceu Maranhense, o argumento dos alunos era garantir a própria segurança nas ruas, pois, a identificação como liceísta reduziria as chances de serem recrutados. Além disso, carregariam consigo símbolos que lhe garantiriam um status social como intelectuais. A

sensação de pertencimento moldava comportamentos e as estruturas de sentimento; por exemplo, quando Manduca se manifesta na escola e *como* o faz entre os amigos

[...] era respeitoso, e tímido, nunca ousando contrapor o menor argumento a mais dura disparidade. Em casa era um reformador e doutrinário, cheio de cálculos, muito admirador das modinhas sentimentais que recitava sempre e das discussões filosofias. Era ali o Cenáculo da Sabedoria, dizia ele, pois devido à sua estudada brandura, quase todos os colegas frequentavam lhe a casa. Abordavam-se os assuntos do dia, a política, o descalabro do país e, cada qual prometia, “se algum dia fosse bacharel e galgasse o poder”, instituir uma reforma radical na administração pública. (PACOTILHA, 1904, ed. 2, p. 1).

Com respeito às desvantagens, por outro lado, segundo Alves (2016), elas incidem principalmente nos aspectos de identidade: a formação e o apagamento das características individuais dos alunos e, ao contrário do que as vantagens preveem, ao invés de equilibrar, pode funcionar como um intensificador das diferenças. No Maranhão, as primeiras desvantagens da obrigatoriedade do uniforme apontadas foram o valor (fator econômico), o período de imposição (no meio do ano letivo) e o curto prazo de adequação (cerca de um mês). As vantagens não são negadas pelo jornal *Pacotilha* (1880-1939), mas fica em evidência a intensificação das diferenças, marcada não apenas pela imposição, mas também pela existência de dois modelos; questão que pode contribuir com o julgamento, entre os alunos, do poder aquisitivo aplicado na compra de um ou outro vestuário. No discurso que narra a história de Manduca é destacado o orgulho da compra do “original-modelo”, comprovando a ideia de que poderia existir um desejo muito mais intenso pelo modelo inicial idealizado pelo professor Ory do que pelo modelo alternativo.

Apesar da criação de um modelo mais barato como alternativa para contemplar o público de menor renda presente na escola, observamos que ainda assim o fator econômico não foi resolvido imediatamente, afinal, um valor mais baixo não anulou a obrigatoriedade da compra (ed. 138). Sobre isso o *Pacotilha* (1880-1939) afirma:

Quando em toda parte se facilita a instrução ao povo, entre nós, criam-se obstáculos d'esta ordem aos desfavorecidos da fortuna. Ainda hoje ouvimos um chefe de família queixar-se da contingência triste a que o submeteu o governo, obrigando-o, com seu ato, a retirar do Liceu a seus filhos que ali estavam matriculados!... (PACOTILHA, 1894, ed. 138, p. 3).

Portanto, há essa via dupla que atravessa a obrigatoriedade do uniforme, cujas vantagens existem; porém, não são alcançadas por todos os alunos. Não basta adquirir o uniforme; mas (de preferência) o modelo original, que dá ao aluno um destaque social inclusive entre os colegas de classe. A sensação de pertencimento e a vivência coletiva na escola diferencia o aluno dentro das famílias, tornando-o um sujeito ativo com voz, opinião e escuta. O pertencimento gera *status* (LONZA, 2005) e é, sem dúvidas, uma das maiores vantagens almejadas pelos alunos de uma das principais escolas públicas de ensino secundário do Estado. Sem embargo, não sabemos afirmar, se como equívoco ou como tática de apropriação da obrigatoriedade para o grupo dos alunos desfavorecidos financeiramente, em 06 de julho de 1894, o *Pacotilha* (1880-1939) é acusado pela Folha Oficial de ter informado uma notícia sem fundamento. A notícia a que se refere, é a que indicava o adiamento da obrigatoriedade para 1895 (ed. 159). Em sua defesa, o jornal afirma que publicou a nota com base em “[...] informações colhidas de pessoa que priva com o governo e de reconhecida influência na atualidade. Nessa lógica, acreditamos, em vista da afirmação do Diário, que o governo mudou de parecer, depois de haver tido a inspiração de adiar para janeiro a efetividade da sua aludida ordem”. (PACOTILHA, 1894, ed. 161, p. 2).

Apesar desse impasse, a presença de alunos requerendo dispensa forçou o governo a mudar de prescrição, optando pela flexibilidade, mesmo que em casos restritos inicialmente (PACOTILHA, 1894, ed. 167, p. 2). No mesmo período, quase como se refletisse uma outra realidade, o jornal publica em agosto de 1894 (PACOTILHA, 1894, ed. 182) um evento fúnebre em que os alunos compareceram uniformizados, já marcando o uso de uniforme em contextos coletivos. Esses dois lados expressam a multiplicidade de grupos em interação no Liceu Maranhense e a diferenciação de práticas, onde, para alguns, o uniforme já era uma realidade, para outros, ainda era um processo, na medida em que a absorção da imposição precisa de um lugar que garanta sua permanência; isto é, embora as regras institucionais dominem os corpos dependentes dela, para que as práticas sejam concretizadas é necessário um equilíbrio das forças em jogo para que os corpos sejam transformados em “[...] tábuas da lei, quadros vivos das regras e dos costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem social” (CERTEAU,

Figura 6 – Saiotes, calções e roupas de meia *versus* uniforme Casimiro

Bem diziamos nós quando foi provida a *cadetra*, que dia viria em que os estudantes terião de ser obrigados a se apresentar de roupa de meia. . . .
Si foi pedido o *saiote* e o *calção* ás moças, necessariamente fez-se aquella exigencia aos rapazes.
E como havia de ser bonito assistir-se a uma lição da aula de *gymnastica* ! . . .

Fonte: Pacotilha (1895, ed. 183).

1998, p. 231); um corpo vestido de símbolos que guarda em suas marcas etapas silenciosas, mediações que promovem a conexão do sujeito com o objeto.

Para Certeau (1998) é a mediação dessas relações que possibilita a escrita de uma lei em um indivíduo; logo, é um processo ativo que envolve as estratégias de imposição da administração escolar, do Estado, ou mesmo de um professor ou grupo de alunos interessados, em contraponto com as táticas de apropriação dos alunos, familiares e/ ou demais envolvidos sem condições de compra ou simplesmente em desacordo com à ideia do uniforme.

Fugindo da característica nos textos breves, em 1895 encontramos um texto mais extenso e sem título, onde é contado um episódio passado, sem data definida, onde um professor de ginástica teria sugerido o uso de uniforme composto por “saiotes, calções e roupas de meia” (PACOTILHA, 1895, ed. 183, p. 3), para as alunas do terceiro ano de curso da Escola Normal. A notícia se relaciona com o Liceu, pois, até o momento, as duas instituições funcionavam juntas. Nesse sentido, o *Pacotilha* (1880-1939) questionara como seriam usadas essas roupas (predominantemente femininas) pelos alunos liceístas e quais condições seriam adotadas sobre a obrigatoriedade do uniforme Casimiro. Logo, a complexidade do vestuário começava a pairar sobre a existência de outras instituições funcionando em conjunto, sobre como as determinações das roupas afetariam as instituições e quais variações de indumentária seriam possíveis, tomando como base o gênero e a disciplina ministrada. Silveira (2016) explica que a produção dos uniformes para aulas de educação física ou ginástica mudavam em forma e cor, considerando a necessidade de uma maior mobilidade e maior exposição a sujeira.

Sobre a questão de gênero, era incomum terem homens na Escola Normal nesse período, bem como meninas no Liceu Maranhense, por isso ao levantar-se a crítica, o redator cita “alunas” da Escola Normal e “rapazes” do Liceu. De acordo com Silveira (2016), os uniformes escolares em modelo único para os dois gêneros só começaram a ser adotados pelas escolas mistas a partir da década de 1970 e 1980, quando o foco saiu do gênero para as necessidades de movimento das atividades escolares.

Quadro 9 – Saiotes, calções e roupas de meia *versus* uniforme Casimiro

Processos	Uso
	Uso
Edição	183
FORMA	Sem título
Data	06.08. 1895
Página	3 de 4

Coluna em que aparece	2 de 6
Destaques tipográficos nos termos	<i>cadeira; una voce; aula</i>
Resumo	O Pacotilha recorda questões sobre a sugestão de uniformes para aulas de ginástica das alunas Escola Normal e questiona se, caso fosse aceito, como ficaria o uso do uniforme Casimiro.

Fonte: Pacotilha (1895, ed. 183).

Nesta edição, as palavras em destaque (letra maior e itálico) são: “*cadeira*”, “*una voce*”²⁷ e “*aula*”; para entender o grifo, é necessário saber que o jornal critica a disciplina e o processo de nomeação de professores. A crítica se direciona principalmente à extensão da disciplina para a Escola Normal; logo, está diretamente associada às diferenças de gênero entre as duas instituições (Liceu e Escola Normal) e como a prática de atividades corporais poderia ser lida socialmente. Karen Campos (2016) em *A Educação do Corpo no Projeto Republicano na Cidade de Vitória (1908-1912)* traz à tona uma diferença histórica na aplicação das disciplinas voltadas para a educação física destinadas a homens e mulheres:

O ensino da ginástica é justamente reproduzir um sentido de feminilidade – calcado na preservação do corpo por meio de atividades de baixo dispêndio energético e de exposição do corpo em ambientes livres – e o sentido de masculinidade – que aponta a produção do corpo forte, atlético e atento aos ditames militares de ordenamento do corpo, do comportamento, de valorização e proteção da “pátria”. (CAMPOS, 2016, p. 169).

Na Escola Normal o curso durava três anos, em cada ano as alunas deveriam receber 1 hora de aula de ginástica semanal; no Liceu Maranhense, durante o curso de 7 anos, os alunos deveriam receber, em cada ano, 3 horas de aulas de ginástica semanais, com acréscimo das aulas de esgrima e evoluções militares no sétimo ano. (MARANHÃO. REGULAMENTO, 1894). As aulas comuns das duas escolas poderiam ser dadas por um mesmo professor, que receberia ao final de cada ano uma gratificação de 6\$000 réis. Os professores eram contratados por concurso, indicação ou entre os formados da Escola Normal, exceto,

[...] homens menores de 21 anos e as mulheres menores de 18 anos [...], pois estas eram as idades mínimas. As pessoas que praticavam atos obscenos ou pervertidos, como os divorciados, adúlteros e os que fossem dispensados do magistério por crime indisciplinar [também] não podiam exercer essa profissão (SILVA, 2011, p. 52).

Na Figura 6 (página 63) recortamos apenas uma amostra da notícia na informação completa desse recorte, observamos que ao criticar a nomeação do professor, o *Pacotilha*

²⁷ Do latim, “una voce” significa “uma voz”.

(1880-1939) evidencia a problemática, ao seu ver, da docência comum para dois públicos distintos, afirmando que:

[...] bem dizíamos nós quando foi provida a tal *cadeira*, que dia viria em que os estudantes teriam de ser obrigados a se apresentar de roupa de meia [...] A culpa, porém, não é do mestre; é de quem nomeou e mais que tudo quem tornou a *aula* extensiva à Escola Normal. As alunas declararam *una voce* que não satisfariam a exigência: preferiam deixar a Escola a se exibirem como dançarinas. (PACOTILHA, 1895, ed. 183, p. 3).

Pelo exposto, nota-se que as discussões direcionadas ao uniforme são um recorte de um discurso mais amplo, que avalia negativamente os processos institucionais internos, denunciando indiretamente uma autoridade superior – “a quem nomeou”, “a quem tornou a aula extensiva”: a Instrução Pública e o Estado. Nesse sentido, pensar a educação física no Brasil, em linhas breves, é pensar também as práticas corporais e culturais como um todo. Sendo assim, podemos recordar a cultura corporal indígena: os atos de caçar, correr, nadar, lutar e dançar em rituais ou cultos próprios; e a herança cultural africana, com a introdução da capoeira como luta, competição, dança, uma importante forma de defesa desses povos (ALVES, 2013).

Como esporte ou ginástica, a educação física chega ao país no século XIX como um mecanismo de controle dos corpos na sociedade, atrelado a um ideal de disciplina, saúde, assepsia, fortalecimento e como forma de moldar comportamentos, sendo um dos principais marcos da sua adoção como disciplina escolar, a Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) do “[...] diplomata, jurista e político brasileiro Rui Barbosa (1849-1923)”. (ALVES, 2013, p. 19). No documento consta que seria “[...] impossível formar uma nação laboriosa e produtiva, sem que a educação higiênica do corpo acompanhe *pari passu*, desde o primeiro ensino até ao limiar do ensino superior, o desenvolvimento do espírito”. (BRASIL, 1889, p. 44). A ideia do projeto republicano era promover um “[...] ideal de civilidade distinto [que] enxergava na educação formal um espaço propício para o molde de novos hábitos e comportamentos. A Educação Física (ou a Gymnastica) se insere neste processo, a reboque das necessidades eugênicas, higiênicas e republicanas”. (ALVES, 2013, p. 21). O documento da reforma assume o objetivo de *desenvolvimento fisiológico e disciplinamento do caráter*. (BRASIL, 1889, p. 46).

De acordo com Alves (2013) as aulas com viés militar tinham como objetivo fortalecer a ideia de “corpo da nação”; isto é, acreditava-se que a organização militar funcionaria como a melhor inspiração para a formação do corpo disciplinado. Contudo, nessa formação dos corpos é necessário fazer a distinção de gênero, presente nos currículos das Escolas Normais e, no caso

maranhense, também entre a Escola Normal e o Liceu que tinham algumas aulas comuns entre si. Essas classificações, enraizadas historicamente, se refletem nos lugares sociais que homens e mulheres podiam acessar e como deveriam se comportar.

Karen Campos em *A Educação do Corpo no Projeto Republicano na Cidade de Vitória (1908-1912)* (2016) faz um comparativo entre as aulas destinadas aos alunos e alunas da Escola Normal do Espírito Santo e constata que a parte de exercícios militares só é destinada ao público masculino. No Maranhão, as aulas de “trabalhos de agulhas” da Escola Normal são direcionadas especificamente para o sexo feminino (MARANHÃO. REGULAMENTO, 1894). Nesse trajeto, embora compartilhassem a disciplina de ginástica, a expectativa sobre os corpos ensinados era diferenciada; logo, embora um mesmo professor trabalhasse a disciplina nas duas instituições, a proposta das aulas, bem como o vestuário dos alunos, deveria se adequar ao ideal de gênero da época. Nas seguintes figuras ilustramos como uma aula de ginástica sueca era vista nas aulas para normalistas do Espírito Santo e alunos do Colégio Pedro II.

Figura 7 – Alunas da Escola Normal em aula de ginástica sueca (ES), 1912



Fonte: Campos (2016).

Figura 8 – Alunos do Colégio Pedro II em aula de ginástica sueca (RJ), 1909



Fonte: Lonza (2005).

Quando o jornal *Pacotilha* (1880-1939) na Figura 6²⁸ critica a disciplina, se scandaliza com a hipótese de que os alunos e alunas se vistam da mesma forma. Essa hipótese surge porque a aula de ginástica seria dada nas duas instituições e para ambas o vestuário não seria o mais adequado. O uso de “saiotes e calções” assemelharia as alunas, chamadas de “moças de família”, a dançarinas e os alunos pareceriam com personagens de circo (termos utilizados de forma pejorativa!); além de constituir-se um gasto a mais, colocando em questão o uso do uniforme obrigatório já estabelecido. (PACOTILHA, 1895, ed. 183).

²⁸ Ver página 63.

Historicamente o pensamento educacional é diferenciado, bem como o tratamento social de homens e mulheres formados. Essas diferenças são muito bem demarcadas, pois correspondem a ideais impostos sobre os corpos, inclusive no meio escolar, onde são reforçados padrões de comportamento, e uma espécie de organização social fixa, onde os sujeitos ocupam lugares limitados, mesmo quando acessam locais de formação elitizados. Sendo assim, Faria Filho (2007, p. 134) insere as mulheres como um dos grupos das chamadas “camadas inferiores da sociedade” ao lado de negros e indígenas. O autor explica que no século XIX a discussão sobre a necessidade de instrução dessas camadas se intensificou por entenderem que a formação em primeiras letras era fundamental para tornar-se um povo governável. Isto sugere que mesmo um corpo uniformizado, um corpo que pertence a algum lugar reconhecido, mantém diferenças historicamente construídas que o excluem, separam e/ ou distanciam.

Carmem Lúcia Soares (2011) ao caracterizar o vestir-se como um *gesto civilizatório singular*, afirma que “[...] cobrir o corpo, seja com roupas, seja com adornos diversos, seja mesmo com pinturas, é um traço fundamental de civilização, de diferenciação do ser humano de outros elementos da natureza, como animais e mesmo plantas [ao mesmo tempo que informa uma] posição social [...], sexo, idade, classe social, cultura, condições sanitárias, costumes, posições político-ideológicas e religiosas” (SOARES, 2011, p. 83). Todos esses critérios norteiam os programas de ensino, permitindo compreender porque, para o corpo feminino e de tantos outros corpos em suas especificidades, a formação também pode ser um mecanismo de fixação de uma posição social. Nesse sentido, ao pensarmos esse corpo masculino estudantil, pensamos também em um ideal de homem civilizado e intelectual maranhense republicano, o que se espera dessa imagem e como a sociedade se movimenta para manter ou romper padrões históricos.

Os processos levantados no Quadro 6²⁹ falam especificamente desse grupo, ao mesmo tempo em que trazem à tona a ausência de outros, cuja formação se limitaria à instrução ou a um modelo que não se dedica a pensar o gênero – os diferentes corpos; mas ao fator financeiro – às diferentes condições sociais dos meninos. Quando postos em conjunto, o funcionamento da Escola Normal e do Liceu Maranhense se misturam; embora, na documentação, nos regulamentos, nas leis e nos decretos, ou mesmo na notícia publicada na ed. 183 de 6 de agosto de 1895, a divisão entre os dois mundos institucionais se manifeste, dentre outros meios, pelo tratamento dado às alunas e aos alunos. Na notícia dessa edição, ao criticar a ideia de uniforme proposta pelo professor de ginástica das duas instituições, o peso moral sobre as normalistas

²⁹ Ver página 48.

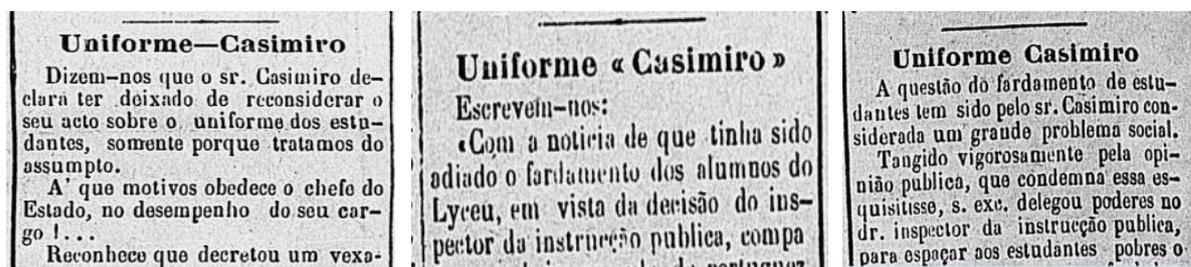
recai por serem “[...] *moças de família*, de saiotas e calções, girando naturalmente em barras fixas e fazendo evoluções em trapézios” (PACOTILHA, 1895, ed. 183, p. 3); já sobre os liceístas [pelo] constrangimento de usarem “[...] trajos só apresentáveis em circos”. (PACOTILHA, 1895, ed. 183, p. 3).

No colégio Pedro II “em 1883, houve uma reviravolta: foram aceitas as matrículas de duas alunas [...], por não haver disposição legal proibitiva” (LONZA, 2005, p. 35), configurando-se estes ingressos uma tática de apropriação, por terem contornado ou burlado um sistema concebido e posto em prática para atender exclusivamente o público masculino. Na tese *O dote é a moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República*, Elisabeth Souza Abrantes (2010) explica que no Maranhão o ensino secundário para meninas foi ofertado inicialmente pelas escolas particulares, sendo a primeira, Nossa Senhora da Glória (1844). Nos “[...] estatutos [...] o objetivo era a cultura e o desenvolvimento das faculdades morais e intelectuais das meninas, por meio do ensino dos preceitos morais e religiosos, das letras e das boas artes.” (ABRANTES, 2010, p. 70). No Liceu Maranhense, começamos a notar a presença feminina em 1915, na seção *Perfis Liceístas* do periódico *O ateniense* (1915-1921). (ABRANTES, 2010). A inserção da mulher (elitizada) nos espaços de formação intelectual acompanha uma mudança de concepção, um abandono dos medos de que a ciência a afastasse do lar e das preocupações com a beleza substituída, na Primeira República, pela noção de que a educação era um elemento fundamental para o desenvolvimento, enfim, para o progresso. (ABRANTES, 2010).

B. Uniforme Casimiro: características, natureza e função

Foram encontradas três notícias publicadas em junho e julho de 1894 com esse título tratando principalmente da distribuição e das limitações do uso do uniforme escolar. A primeira, *Uniforme-Casimiro*, sugere que as alterações nas decisões sobre a obrigatoriedade teriam sido tomadas com base na divergência entre Casimiro e a oposição; o segundo, *Uniforme <<Casimiro>>*, cita uma ocasião em que alunos teriam sido retirados de sala por não estarem com uniforme. Ambas não explicam a origem das informações, iniciando o texto com “Dizem-nos”; “Escrevem-nos”. A última, *Uniforme Casimiro*, trata o assunto como um problema social e avisa que o uniforme se tornou facultativo para os alunos do último ano do curso pela pressão da opinião pública:

Figura 9 – Uniforme Casimiro: os sujeitos do objeto



Fonte: Pacotilha (1894, ed. 146; 165; 166).

A primeira (ed. 146), “Uniforme-Casimiro”, utiliza destaque tipográfico na frase “*errare humanum sed perseverare diabolicum*”³⁰. Como indica Pesavento (2012), um dos tipos de representações é a exposição de imagens, objetos ou performances que são “portadoras de sentidos”. Nesse caso, ao atribuir ao uniforme o caráter de representante do Estado, o jornal *Pacotilha* (1880-1939) estaria sugerindo ao leitor que o fardamento tinha uma função não apenas escolar, mas também política. Caracterizamos essa parte da distribuição *versus* uso como táticas de apropriação, pois entendemos que, embora sem êxito inicial, os alunos utilizaram meios formais (requerimentos) de acesso às decisões escolares para tentar contornar a obrigatoriedade; táticas inventivas, que mesmo legitimadas, entram em conflito numa relação de força, onde há estratégias: “[...] um tipo específico de saber, [...] que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio” (CERTÉAU, 2012, p. 94). Nesse viés o uniforme do Liceu Maranhense também pode ser um importante veículo de informação sobre um novo ideal de ensino secundário republicano, como propaganda da atuação do Estado. Se impõe assim não só a padronização do vestuário, mas uma padronização de ideias, comportamentos, ações e projeções. Na contramão, as táticas de apropriação surgem a partir desse movimento inicial, buscando se favorecer por pontos onde há ausência de poder. Logo, ao mesmo tempo em que o Estado impõe, depende da frequência e da aceitação dos alunos e familiares para a manutenção da escola.

A frase “*errare humanum sed perseverare diabolicum*” acompanha a fase do equívoco noticiado sobre o adiamento do prazo para prorrogação do uniforme. De acordo com o *Pacotilha* (1880-1939), o governo teria mudado de posicionamento por tensões com a imprensa de oposição: o *errar é humano*, se situa intencionalmente, no sentido do erro administrativo ao tentar impor-se um fardamento oficial; todavia, o *persistir é diabólico*, se agregava pela não

³⁰ *Errare humanum sed perseverare diabolicum*, do latim, significa: “errar é humano mas persistir é diabólico”.

flexibilidade do governo às dificuldades dos alunos por questões partidárias; tensões no equilíbrio político, que embasam razões educacionais, pedagógicas e de civilidade, margens de manobras estacionadas entre a cultura da escola e a cultura política instaurada que afetam decisões, mudam trajetórias e comprometem concretizações (CASTELLANOS, 2020).

A segunda notícia (ed. 165), “Uniforme <<Casimiro>>”, usa símbolos << >> com função de aspas. Sabe-se que as aspas funcionam como “[...] sinal gráfico, vírgulas suspensas, às vezes simples (‘...’), às vezes duplas (“...”), para delimitar citações, títulos de obra, etc., ou para destacar certas palavras, gírias, etc” (BECHARA, 2011, p. 299); logo, por uma perspectiva panorâmica dos discursos, é possível que, assim como em outros momentos, o título isole em aspas o nome de Casimiro em tom de ironia. A notícia é uma denúncia anônima sobre a retirada de 30 alunos de uma sala de aula de 34 do Liceu Maranhense, por não estarem uniformizados. O evento acontece após a divulgação de uma informação errada, publicada em 6 de julho de 1894, onde se afirmava: “Consta que vai ser espaçada para 1.º de janeiro a execução da ordem do governo sobre o uniforme dos estudantes do Liceu”. (PACOTILHA, 1894, ed. 159).

Em outras circunstâncias observamos serem invalidadas notícias anônimas publicadas no jornal *Pacotilha* (1880-1939), pelo *Diário do Maranhão* (1855-1911), como no trecho a seguir, sobre uma suposta ocultação de documentos do Tesouro Público:

Apesar disso, porém, um anônimo na *Pacotilha* de ontem procura dar a entender que o pensamento do Governo, deixando de publicar esses documentos, foi acobertar alguma culpa ou crime, cuja publicidade o viesse desmoralizar. Como isto é questão gravíssima, o sr. Vice-Governador do Estado vai mandar chamar a responsabilidade o autor do citado artigo, a fim de infligir-lhe a merecida punição. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6372 p. 1).

Poderia o jornal *Pacotilha* (1880-1939) ter implantado essa notícia sobre o espaçamento do prazo intencionalmente? Pelas constantes declarações do *Diário* (1855-1911) classificando o *Pacotilha* (1880-1939) como oposição, embora não tenhamos dados que confirmem essa hipótese, o uso do recurso do anonimato e o pouco detalhismo sobre uma notícia tão cobrada e esperada pela imprensa, acreditamos que seja uma possibilidade a se considerar. O próprio *Pacotilha* afirma que foi acusado pela *Folha Oficial* de que a notícia sobre o adiamento não tinha fundamento. (PACOTILHA, 1894, ed. 161, p. 2). Diversos jornais se intitulam como *Folha Oficial*, mas poucos podem ser acessados no período da problemática para verificação, seja por terem parado de circular ou por perda das fontes. Nesse contexto de debates, em 1895 encontramos um trecho no jornal *Diário do Maranhão* (1855-1911), onde consta que o *Pacotilha* (1880-1939) utiliza o termo associado a essa imprensa:

[...] chamando-nos de "Folha Oficial", quis a "Pacotilha" na sua edição de ontem taxar de suspeitas as justas palavras que escrevemos sobre administração ou governo do sr. Casimiro Junior, palavras que traduzem a verdade e a opinião. Confirmou isso o colega a oposição sistemática que sempre faz, não levou a bem que dissemos haver o ilustre jornalista mantido "os mais democráticos princípios, obedecendo a sã doutrina que o sistema republicano plantou". (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1895, ed. 6428, p. 2).

Quanto a questão do uniforme, a notícia dita “sem fundamento” do *Pacotilha* (1880-1939) foi publicada em 6 de julho de 1894 neste jornal e, infelizmente, os números do intervalo de 1 a 9 de julho do *Diário* não estavam disponíveis até o momento desta busca, inviabilizando cruzar dados e estabelecer mediações mais efetivas sobre o posicionamento daquela que seria a *Folha Oficial*. O que conseguimos afirmar é que esse jogo de anonimato, pseudônimos e discussões entre os dois jornais são comuns, fazendo com que duas opiniões possam, muitas vezes, ser postas em perspectiva distintas e que ambos estejam utilizando ferramentas particulares de convencimento e consenso para seu público-alvo.

Em relação à saída de diversos alunos de sala, é válido destacar que apesar de toda uma organização de grade curricular, sabe-se que a efetivação das aulas depende da presença de alunos e docentes habilitados, pesando também sobre a docência a frequência e o desenvolvimento moral e intelectual dos alunos que implicam na imagem da escola. Pelo regulamento publicado em 24 de novembro de 1894,

Art. 90 O lente para cuja cadeira não estiver matriculado aluno algum ao tempo em que deve funcionar no curso a referida cadeira, perderá a gratificação; mas percebê-la há se aceitar a designação do Conselho julgar conveniente dar-lhe como adjunto de uma das cadeiras do Liceu. (MA. REGULAMENTO, 1894, p. 64).

Logo, a possibilidade de perder 34 alunos matriculados ou inscritos poderia afetar diretamente na cadeira e, por consequência, no trabalho do professor. Nos anais é notável a responsabilidade da docência sobre a permanência dos alunos nas aulas, como é descrito pelo senador Benedito Leite³¹:

[...] se chegarmos [à] convicção de que os professores do Liceu apenas são frequentadores da folha, se chegarmos [à] triste convicção de que no Liceu nada se ensina, que os pais são obrigados a chamar professores particulares para seus filhos e se não houver meio de corrigir esses abusos, neste caso nossa obrigação restrita mandarmos fechar aquele estabelecimento e aplicarmos melhor o dinheiro que o povo está pagando. (MA. ANAIS, 1897, p. 68-69).

³¹ Benedito Pereira Leite (1857-1909): Nascido em Rosário – MA, magistrado e político. No Maranhão, assinou a Constituição maranhense (1891), fez parte da junta governamental (1891-1892), deputado federal (1892-1896), senador (1896-1906) e governador (1906-1908). (CPDOC, 2013).

A terceira notícia (PACOTILHA, 1894, ed. 166), intitulada Uniforme Casimiro, é o primeiro sinal da flexibilização da obrigatoriedade, já que nela é informado que a indumentária seria facultativa aos alunos que comprovassem cursar no último ano. Das três formas de título analisadas aqui, é esta a única que não se utiliza nenhum elemento de conexão ou isolamento entre os termos além deles próprios. Para entender a importância dessa decisão, é essencial recortar alguns detalhes sobre prazos. O primeiro, publicado pela portaria de 8 de junho na imprensa, definiu o 10 de julho de 1894, como data limite para adequação. Se em 13 de julho uma parcela tão pequena de alunos (4 de uma aula de 34) tinha conseguido comprá-lo, seria um sinal da ausência de condições de compra ou também táticas dos familiares, de demonstrarem uma recusa ao objeto por não terem sido avisados desde a matrícula? Além disso, o uniforme poderia não ser tão vantajoso para alunos que em alguns meses sairiam da instituição; possivelmente, um motivo extra para se intensificarem os requerimentos que pressionaram a instrução pública a repensar a portaria.

A notícia se inicia com “[...] a questão do fardamento de estudantes [ter] sido pelo sr. Casimiro considerada um grande problema social” (PACOTILHA, 1894, ed. 166, p. 2) e informa as condições para seu uso facultativo. Sem embargo, o discurso se encerra em tom de crítica, quando se sugere ao mentor que: “[...] deix[as]se de teimosias [...] e revogu[ass]e essa extravagância. Não priv[ando] os pobres de poderem se instruir” (PACOTILHA, 1894, ed. 166, p. 2). Nessa perspectiva de oposição, o valor financeiro do objeto é posto como um elemento demarcador das diferenças sociais da escola, capaz de definir quem pode ou não se instruir independente da matrícula. Na contramão dessa crítica, vêm as representações do Liceu Maranhense para a sociedade republicana se refletindo no vestuário e agregando valor simbólico ao artefato. Entende-se como símbolo “[...] aquilo que, por convenção, representa ou substitui outra coisa” (BECHARA, 2011, p. 1048); logo, ao vestir o uniforme o estudante concorda e comunica para a sociedade que ele pertence a uma instituição, segue regras e tem ou está adquirindo princípios que determinada escola se propõe a seguir, dessa forma, a roupa passa a exercer um importante papel de controle do comportamento desses corpos, como explica Dussel:

[...] a leitura de um símbolo uniforme fornece uma garantia tranquilizadora de que todos os corpos são administráveis e controláveis. Também parece ser percebido como um sinal de que os corpos se tornaram dóceis. De muitas maneiras paradoxais, os uniformes parecem agir como Alison Lurie disse: como formas de diluir a individualidade, colocando os sujeitos em uma grade disciplinar que doma sua natureza. (DUSSEL, 2016, p. 80, tradução nossa).

Há uma leitura diferenciada dos corpos quando um discente pode ser lido enquanto estudante do ensino secundário, até então, predominantemente elitizado. Ao mesmo tempo, Corazza (2003) questiona o que chama de *paradoxo do uniforme*: de um lado, é inegável que o uniforme escolar promova a sensação de pertencimento, tenha um bom custo-benefício, gere segurança e identificação; por outro, oferece a falsa ideia de igualdade: falsa, pois, para ela “[...] sempre estarão em movimento as forças atuantes do dessemelhante e do heterogêneo, do não análogo e do não idêntico, dos devires ilimitados – mesmo que sejam imperceptíveis”. (CORAZZA, 2003, p. 2).

Nos editais publicados no jornal *Diário do Maranhão* (1855-1911), Casimiro Vieira aparece em segundo plano, no primeiro plano é reforçado com frequência a responsabilidade dos alunos pela decisão de ter um uniforme. A “representação verbal dos alunos” é repetida tantas vezes que soa como um registro formal, anexo aos modelos sugeridos pelo professor de desenho. Contudo, o que acreditamos ser o primeiro uniforme oficial do Liceu, carrega a gestão de Casimiro no seu contexto histórico enquanto representante político do período que, em nome da Secretaria da Instrução Pública, aprovou a ideia dos discentes. Do outro lado da discussão, o conflito de interesses com um membro do mesmo partido (liberal) que aponta para um outro caminho, o de questões sociais, diferenças que podem implicar na saída de outros alunos da instituição.

José Barreto Costa Rodrigues, redator chefe do *Pacotilha* (1880-1939), era sobrinho de Manuel Bernardino da Costa Rodrigues, deputado estadual na época das notícias (1891-1896). Além disso “[...] após a Proclamação da República, elegeu-se deputado estadual no Maranhão e foi chefe da oposição ao Partido Nacional, liderado por Benedito Pereira Leite”. (CPDOC, 2013, não paginado, grifo nosso). Em 1894 Benedito Leite foi eleito deputado federal, posição que permaneceu até 1896, quando foi eleito senador. Nesse período editou o jornal *Federalista* (1892-1906) e foi responsável por uma das notícias levantadas nas pesquisas (ed. 142 de 16 de junho de 1894, sobre o indeferimento do pedido de dispensa do uniforme dos alunos).

Outros gestores em atuação eram o presidente Manuel Inácio Belfort Vieira³², o vice Casimiro Dias Vieira Junior e o segundo vice Alfredo da Cunha Martins³³. Nos chama atenção a crítica ser direcionada a Casimiro Dias, especificamente. De acordo com a notícia publicada em 22 de dezembro de 1894 no *Pacotilha* (1880-1939), as eleições entre republicanos e governistas de Santa Helena foram desiguais pela ausência de republicanos que estavam presos ou foragidos, censurando, talvez, os que ainda estivessem livres. Dessa forma, *Dom Fuas* (pseudônimo de quem assina a notícia) ironiza a popularidade da administração de Casimiro:

Não há memória de termos tido ainda um governo tão popular como esse de seu Casimiro, que já tem dado o seu nome ao fardamento dos meninos do liceu, aos cheques do tesouro que por aí correm e agora, finalmente, ao pleito eleitoral *fin de siècle* de 15 de Dezembro. *Dom Fuas*. (PACOTILHA, 1894, ed. 303, p. 3).

Alguns detalhes dessas tensões ainda nos fogem à mão, como a relação de ambos e os interesses mais precisos de cada um. O que sabemos, até o momento, é que ambos, Casimiro e Costa Rodrigues, disputavam um lugar na vida pública utilizando a imprensa como palco e a escola como uma de suas armas para convencer familiares, alunos e, por que não dizer, possíveis eleitores. Nesse sentido, pensar a família e os alunos nesses discursos é pensar em estratégias de sensibilização e convencimento de um público que é descrito ou como detentores de poder (alunos que podem solicitar e definir modelos de uniforme, que; podem requerer dispensa); ou como um grupo submisso a um poder: requerimentos de alunos indeferidos; proibição dos vestuários alternativos comprados pelos pais; custo, período e prazo de adequação inadequados.

Para Bourdieu (1989, p. 12), “o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção”, isto é, a concretização do uso é fruto de intensas lutas entre a imposição

³² Manuel Inácio Belfort Vieira (1854-1913): Maranhense, foi engenheiro geógrafo (RJ), atuou na Marinha (1871-1879). Na política, assumiu cargo de presidente do Maranhão em 25 de julho em 1890 e de deputado constituinte do Amazonas em 1891. Retornou a gestão do governo do Maranhão em 1892, mas no mesmo ano foi substituído por Alfredo da Cunha Martins. Em 1895 reassume o cargo. Foi eleito senador do Maranhão em 1897, e reeleito em 1900 (1900-1909). A partir de 1911 suas últimas atividades se concentraram na Marinha, onde foi contra-almirante, ministro e recebeu diversas condecorações. (CPDOC, 2013, não paginado).

³³ Alfredo da Cunha Martins (1842-1916): Maranhense, foi formado em direito (PE, 1866). No Maranhão atuou como promotor público em Caxias e Brejo (MA, 1868-1872), como juiz municipal de Barreirinhas (MA, [entre 1873-1877]), como juiz de direito de Grajaú (1877), transferido para Cametá (PA, 1883). Retornou para São Bento (MA, [entre 1885-1889]), quando seria transferido em seguida para Corumbá (MT), mas aposentou-se. Na política, foi deputado provincial do Maranhão (1874-1875) pelo partido Conservador. Na República foi eleito deputado estadual; depois, segundo vice-presidente do Ma. (1892-1893). Retornou ao governo em 1895; 1897; 1898, com pausas nestes anos. Atuou como deputado federal do Ma. de 1898 a 1902. (CPDOC, 2013, não paginado).

do Estado e a apropriação dos alunos e respectivos familiares. Lutas estas que ocorrem dentro da escola e se expandem para a imprensa e para outros setores de produção, a partir das novas necessidades criadas, das questões levantadas ou até mesmo da negação, que retorna a quem impõe, também, um posicionamento válido.

Na luta dos grupos exteriores, da imprensa e do Estado, *Dom Fuas* acusa Casimiro de inserir seu nome em cheques, ao pleito eleitoral e ao uniforme dos liceístas, razão pela qual alguns títulos de notícia seguem a forma “Uniforme Casimiro”:

Quadro 10 – O uniforme em três relações com Casimiro

Processos	Distribuição <i>versus</i> uso		
	Táticas de apropriação	Consequências da obrigatoriedade	Táticas de apropriação
Edição	146	165	166
FORMA	Uniforme-Casimiro	Uniforme <<Casimiro>>	Uniforme Casimiro
Data	21.06.1894	13.07.1894	14.07.1894
Página	3 de 4	3 de 4	2 de 4
Coluna em que aparece	1 de 6	2 de 6	6 de 6
Destaques tipográficos nos termos	<i>errare humanium sed perseverare diabolicum</i>	x	x
Resumo	Requerimento para dispensa do uniforme negado	De 34 alunos, 30 são retirados de sala por não usarem o uniforme	Uniforme se torna facultativo alunos que comprovarem estar no último ano de curso

Fonte: Pacotilha (1894).

As três notícias (Quadro 10) encontradas dentro da descrição *Uniforme Casimiro* são divididas em táticas de apropriação e em consequências da obrigatoriedade. Significa que a partir da negação dos alunos à adoção dos uniformes, há uma movimentação nas regras, uma tensão que modifica o curso da decisão. Primeiro, os requerimentos são lançados e viram alvo de disputa na imprensa:

Dizem-nos que o sr. Casimiro declara ter deixado de reconsiderar o seu ato sobre o uniforme dos estudantes, somente porque tratamos do assunto. A que motivos obedece ao chefe do Estado, no desempenho do seu cargo! Reconhece que decretou um vexame e uma extravagância; entretanto deixa de corrigir o que fez, porque a oposição não lhe teceu loas! É o caso de dizer-se - *errare humanium sed perseverare diabolicum*. (PACOTILHA, 1894, ed. 146, p. 3).

Em seguida, cita-se uma circunstância em que 30 alunos teriam sido expulsos de sala como consequência da inadequação à norma imposta. Um número significativo que ameaçaria a permanência da aula de português; afinal, só se concretiza a aula na presença de alunos. Tomando essa turma como amostra, de 34 alunos, apenas 4 fariam parte ou concordaram com a dita comissão que solicitou o uniforme. Esses efeitos revelam a força das táticas de apropriação na função de reconhecer ou não um dado imposto, uma vez que, não sendo reconhecido não se materializa ou se mantém (BOURDIEU, 1989). O uniforme ter existido em dois modelos e em seguida ter se tornado facultativo (PACOTILHA, 1894, ed. 166), expressa que “[...] o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, reconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Essas movimentações, quer seja a criação de um modelo alternativo de menor custo, quer seja a dispensa da obrigatoriedade para alunos no fim do curso, expõem a força de dois grupos atuantes na escola, para os quais outros critérios estão em questão, como a condição de adquiri-lo e o tempo de uso. Sendo assim, a importância se dá pelo sentido, individual ou coletivo, atribuído ao objeto. Logo, as estratégias de imposição estão diretamente relacionadas com as táticas de apropriação em um jogo de interdependência, onde o simbólico só se efetiva a partir da recepção. (BORDIEU, 1989).

C. Pacotilha – Uniforme dos estudantes: características, natureza e função

De caráter opinativo, nos momentos em que esse título e/ ou subtítulo aparecem, o jornal se coloca à frente do discurso, dando espaço para discorrer sobre seu posicionamento diante das decisões do Estado, assumindo a crítica pessoal aos processos de imposição:

Figura 10 – Informação e opinião em debate



Fonte: Pacotilha (1894, ed. 127; 140; 296).

Nesses discursos observamos um outro recurso tipográfico utilizado que pode influenciar no olhar do leitor: o espaçamento entre palavras e linhas. O espaçamento no corpo do texto favorece e destaca a leitura em relação a outros textos da página. Ele é notado na primeira notícia desse formato (PACOTILHA, 1894, ed. 127), que também é a notícia que abre a discussão sobre o uniforme no *Pacotilha*, datada de 30 de maio de 1894. Nela esta indumentária ainda é uma hipótese ou ideia, mas já é questionada e criticada pelas suas possíveis consequências na frequência dos alunos, apoiando-se no argumento inicial de que as condições financeiras dos responsáveis pelos discentes não permitiriam adquiri-la no meio do ano letivo. Quando o subtítulo é o “uniforme *dos* estudantes”, o discurso cita como responsáveis pela sua idealização um docente e a comissão de alunos, entendendo-se que, apesar das críticas, a ideia de seu estabelecimento como objeto da cultura material escolar teria partido desse grupo.

A segunda notícia é de 14 de junho de 1894 (PACOTILHA, 1894, ed. 140) e tem 4 termos do corpo do discurso em destaque: *mandar adoptar oficialmente; não podendo; Diário (jornal) e reforma*. O destaque tipográfico é importante, pois denota uma tática da imprensa quanto a forma de divulgação da informação: ao mesmo tempo em que reproduz a nota oficial do Diário sobre o uniforme; edita as palavras com a pretensão de chamar a atenção para a obrigatoriedade e para o fato de ser uma reforma; uma alteração nas diretrizes escolares não acertada entre pais e administração no ato da matrícula. Por outro lado, também critica o valor, que mesmo reduzido em um dos modelos, deve ser considerado como duplicado, tornando-se igualmente dispendioso. Nesse sentido, embora apresente os dois lados dos impactos do uniforme escolar, o jornal pesa mais para a parte que lhe favorece, não estando associada apenas ao objeto, mas a sua representação enquanto produto oriundo de ações políticas.

É possível que o desejo de dar visibilidade a uma ação governamental ou a um empreendimento privado se sobreponha, em muitos momentos, à intenção de oferecer oportunidades iguais e minimizar diferenças que estariam mais expostas sem o uso de tal fardamento. Porém, se entendemos que a materialidade não é desinteressada, mas que ela também educa, devemos manter atenção e agregar outros elementos à reflexão a fim de favorecer a construção de uma compreensão mais acurada da presença desses artefatos, sejam eles vestimentas ou acessórios que compõem uma estética escolar. (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 587).

Essas influências apontadas pelas autoras permitem compreender algumas características fundamentais da instrução pública como uma das inúmeras ramificações do Estado que também funcionam como vitrine de atuação de representantes políticos e não foge dessas relações. Não há um produto “desinteressado” na ação pública; isto é, o uniforme escolar contém dentro dos seus símbolos e leituras, um projeto político que é o alvo das disputas na

imprensa maranhense. Não apenas o objeto, mas também quem ele representa para além dos portões da escola. Nessa lógica, Ribeiro e Silva (2012) explicam que, mesmo no século XX, quando já instaurada a República, a questão custo da indumentária ainda era um problema; ainda assim, é inegável a sua importância como recurso padronizador, que favorece a disciplina e dá visibilidade à escola enquanto instituição. Logo, o objeto permeia esses dois polos que não se anulam.

No Liceu Maranhense, principalmente durante o século XIX, observamos que as vantagens apresentadas pelos registros onde há traços da manifestação favorável dos alunos à obrigatoriedade do uniforme, estavam pautadas na identificação, no reconhecimento e na sensação de pertencimento. Em 31 de maio de 1894 (PACOTILHA, 1894, ed. 128) afirma-se que na proposta verbal dos alunos, o argumento para a urgência do uniforme era evitar os constrangimentos provocados pelo recrutamento por intermédio da identificação deles como alunos da instituição. Além da padronização, disciplina e visibilidade, a identificação e a segurança são algumas das principais funções indicadas por Luanda Alves (2016); aspectos estes que podemos considerar como vantagens do uniforme mediante as circunstâncias da sociedade maranhense republicana, segundo os discentes.

Ao mesmo tempo vê-se como desvantagem o custo e o período em que o objeto é imposto. O valor é um problema que envolve tanto a família quanto o Estado (RIBEIRO; SILVA, 2012). Entra como ponto negativo o prazo em que o artefato é imposto; isto é, uma materialidade que se impõe alheia ao planejamento escolar não preparando discente/ família para lidar a exigência desde a matrícula resultando na baixa adoção e na posterior flexibilização da decisão. Portanto, entendemos que a dinâmica da escola se impõe dentro de uma expectativa prévia: o aluno e a família aceitam suas regras, noções, instrumentos, métodos e demais exigências a partir de uma lógica que envolva trocas de interesses. É como a escola quer ser vista, como o aluno espera ser reconhecido a partir da sua inserção na instituição, de como a família quer que seus membros sejam descritos enquanto estudantes de um espaço com determinados posicionamentos e de como o Estado projeta seus investimentos em instrução pública.

Essa relação de interesses e forças impactam as decisões, pois estão diretamente conectadas. Por isso, em 1897, com a mudança de representante no governo, Cunha Martins, seu uso se tornou facultativo (PACOTILHA, 1897, ed. 296). Nesta edição há um detalhe importante no título, a ausência das vocais “e” ou “o”, justamente no local em que, em 1894, se diferenciavam as edições 127 (com um “dos”) e a 140 (com um “de”) — Ver Quadro 11. Se

antes a questão era se o uniforme era *dos* ou *de* estudantes, induzindo este recurso a certo nível de pertença, aqui a letra desaparece, apagando-se também a atribuição obrigatória do *faz parte de*. A princípio, podemos inferir que seja uma falha de impressão ou de escrita, mas considerando as notícias anteriores, entendemos que a falta possa ser um mecanismo proposital, que tenha como ideia abrir espaço para a dúvida do leitor ou do próprio redator, com respeito a sua pertença como objeto obrigatório da cultura escolar ou como artefato que transmite ao mesmo tempo certa identidade que marca a diferenciação e a inclusão de um grupo seletivo em função das desigualdades das práticas (CASTELLANOS, 2020):

Quadro 11 – O que informam as colunas de opinião

Processos	Indicação	Distribuição <i>versus</i> uso	Uso
	Indicação	Valor do uniforme	Flexibilidade
Edição	127	140	296
FORMA	PACOTILHA – O uniforme <i>dos</i> estudantes	PACOTILHA - Uniforme <i>de</i> estudantes	O uniforme <i>d_s</i> estudantes
Data	30.05.1894	14.06.1894	17.12.1897
Página	2 de 4	3 de 4	3 de 4
Coluna em que aparece	2 e 3 de 6	2 de 6	1 de 6
Destques tipográficos nos termos	Sem destaque em termos específicos, porém, letras mais espaçadas.	<i>mandar adoptar oficialmente; não podendo; Diário</i> (jornal); <i>reforma</i> ³⁴	Destaque apenas no título, letras grandes e mais espaçadas
Resumo	O uniforme como uma ideia, possíveis efeitos: prejudicar famílias pobres que usam meios variados de adequar os filhos para a escola. Argumento: Liceu não é internato.	Publica nota oficial do Diário, dando destaque tipográfico aos termos: <i>mandar adotar oficialmente; não podendo, Diario</i> (jornal) e <i>reforma</i> (em letra maior e itálico). Crítica ao valor do uniforme, supondo custar 35\$000 rs o mais barato, que viria a ser 70\$000 rs considerando a necessidade de no mínimo dois para alternar entre as aulas. Argumento: Haverá diminuição da frequência de alunos.	Cunha Martins, vice-governador, torna facultativo o uso do uniforme escolar.

Fonte: Pacotilha (1894; 1897).

C.C. Pacotilha – A questão do uniforme: características, natureza e função

Em “A questão do uniforme” a coluna segue sendo de opinião. A discussão em pauta permite observar como a crítica se confunde com a informação e pode influenciar o leitor. Na primeira (ed. 161) destaca-se o nome do jornal *Diário*, pois por meio de suas publicações

³⁴ *Ipsis litteris*.

entendeu que a decisão sobre a prorrogação do prazo teria sido alterada por fatores políticos; já na segunda (ed. 165), embora o foco aponte na discussão do prazo, questiona também a responsabilidade pela definição de datas, sugerindo-se que o uniforme se torne facultativo, ao ironizar seu custo pelo adjetivo *modesto*.

Figura 11 – Os efeitos da opinião sobre a informação



Fonte: Pacotilha (1894, ed. 161; 165).

No Quadro 11 separamos alguns detalhes dos discursos que possibilitam entender as ferramentas em uso pelo jornal para se favorecer, mesmo em meio às críticas da imprensa e do Estado, sobre a publicação errônea de adiamento do prazo de aquisição do uniforme; afinal, “[...] a informação transmitida pelos jornais [...], mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sob a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos” (BARROS, 2019, p. 183). Com o estudo das fontes, nota-se:

1) Que o espaçamento entre as linhas favorece a leitura e destaca o texto frente a outros assuntos na página;

2) O adjetivo *modesto* atribuído ao uniforme, é uma provocação ao Estado, pois acredita que o modelo considerado mais barato pela instrução pública continua acima do poder aquisitivo dos liceístas, o que não resolve as dificuldades de compra denunciadas desde o início pelo *Pacotilha* (1880-1939) e registra que o jornal não só revela manter sua opinião apesar das críticas, como também direciona o leitor para o debate em questão: “Convença-se o governo de que o seu ato é prejudicial aos meninos pobres e transija, ao menos uma vez, com a opinião pública” (PACOTILHA, 1894, ed. 161, p. 2);

3) Manter iguais o título e subtítulo dá continuidade ao debate e explicita que o uniforme ainda é uma questão com pontos abertos, onde são apresentadas sugestões de resolução;

4) A edição 165 o cita em dois momentos: o primeiro, (na página 2 – ver Quadro 11) onde questiona a responsabilidade sobre o prazo e sugere tornar o seu uso facultativo devido à

redução significativa de alunos das aulas por inadequação à norma; o segundo, na página 3, intitulado “Uniforme Casimiro” (Quadro 10), uma denúncia anônima de alunos retirados de sala por inadequação à regra, reduzindo significativamente a quantidade de presentes é exposta. Nessa estrutura, o jornal apresenta a questão a ser tratada e seguidamente os seus impactos:

Quadro 12 – Estratégias de informação e efeitos sobre o corpo escolar

Processos	Indicação	Distribuição <i>versus</i> uso
	Período de imposição e características da produção	Consequências da obrigatoriedade
Edição	161	165
FORMA	PACOTILHA - A questão do uniforme	PACOTILHA - A questão do uniforme
Data	09.07.1894	13.07.1894
Página	2 de 4	2 de 4
Coluna em que aparece	3 de 6	1 e 2 de 6
Destaques tipográficos nos termos	Letras mais espaçadas. <i>Diário</i> (jornal)	Letras mais espaçadas. <i>Modesto</i> (adjetivo atribuído ironicamente ao uniforme)
Resumo	Folha Oficial nega a prorrogação de prazo publicada pelo Pacotilha.	Questiona a responsabilidade sobre o prazo e sugere tornar facultativo o uso do uniforme devido a redução significativa de alunos das aulas por inadequação à norma.

Fonte: Pacotilha (1894).

C.C.C. Pacotilha - Instrução pública: características, natureza e função

Por último, o jornal *Pacotilha* (1896, ed. 131), tenta tornar o uso do uniforme facultativo mais uma vez, apoiando-se no argumento de que a obrigatoriedade ameaçava a frequência dos alunos e teria como consequência o abandono das aulas. Além disso, apela para que o governo não impeça os mais pobres de se matricularem nas aulas, uma vez que, a soma da matrícula e do vestuário tornaria a inserção do discente um processo excessivamente caro. O texto da notícia segue o mesmo padrão das colunas de opinião que se baseia em um discurso livre, onde a imprensa expõe seu posicionamento,

Figura 12 – Pacotilha, opinião sob a instrução pública



Fonte: Pacotilha (1896, ed. 131, p. 2).

hipóteses e críticas. Textos que costumam ter linhas mais espaçadas, formato que não só facilita a leitura como também contribui para que o texto tenha certo destaque na página:

Quadro 13 – Pacotilha, opinião sob a instrução pública

Processos	Distribuição <i>versus</i> uso
	Impactos do custo
Edição	131
FORMA	PACOTILHA - Instrução Pública
Data	03.06.1896
Página	2 de 4
Coluna em que aparece	2 a 4 de 6
Destaques tipográficos nos termos	Letras mais espaçadas, destaque apenas no título (caixa alta, negrito)
Resumo	Recordação sobre os embates na imprensa sobre os impactos dos primeiros meses de imposição, argumentando que seria importante repensar a decisão tornando o uso facultativo.

Fonte: Pacotilha (1896).

O início do texto aponta que a discussão acerca do tema já durava dois anos e que as forças da imprensa contra a imposição surtiram efeito contrário; teriam reforçado ainda mais o uso da escola como moeda de disputa política. Nesse sentido, o acréscimo dos efeitos da imposição do uniforme escolar durante esse período teria sofrido uma redução de inscritos, o que significa que mesmo estando presente desde a matrícula, esse artefato escolar como item obrigatório, continuava sendo uma barreira para o acesso às aulas.

Desde que o Estado mantém o Liceu para a instrução da mocidade, deve haver a maior facilidade compatível com a decência, na admissão dos alunos e sua frequência nas aulas que cursão. Embaraçar essa admissão e obrigar, de alguma sorte, a faltas, os alunos pobres, enquanto o seu traje oficial estiver submetido a ação do asseio, é proceder contraditoriamente com o fim para que foi estabelecido aquela casa de instrução. (PACOTILHA, 1896, ed. 131, p. 2).

A recordação que a publicação faz sobre o caso, apela para que Manuel Inácio Belfort Vieira, governador do Estado (ano-ano), revise o ato realizado durante sua ausência administrativa, na tentativa de garantir a permanência de alunos matriculados. Belfort Vieira (1854-1913) tinha deixado o governo em 30 de novembro de 1892 e voltou a assumi-lo em fevereiro de 1895 (CPDOC, 2013). Embora reconheça que enquanto esteve à frente da administração pública não tenha sido o melhor dos governantes, a relação do jornal *Pacotilha*

(1880-1939) com Belfort Vieira é nitidamente distinta da estabelecida com Casimiro Vieira. No seu retorno, o jornal publica as boas-vindas em 2 de fevereiro de 1895 e assume seu desejo de retirar do posto aqueles que antes o ocupavam:

o nosso fim é outro: temos em vista apenas dar-lhe as boas vindas, e com tanta sinceridade quanto **era intenso o nosso desejo de nos vermos livres dos seus substitutos constituintes** [...]. Feitas as modificações que o caso exige, pois, s. exc. não fez um bom governo quando aqui esteve em 1891 e, portanto, não pode ser considerado um bom administrador, é o caso de aplicar-se-lhe o conceito, agora, que volta e que já passamos pelas forcas caudinas³⁵ dos governos dos srs. Cunha Martins e Casimiro. Justos, como somos, reconhecemos que s. exc. foi, não diremos - melhor, porém menos mal do que os dois vice-governadores, que nos tem administrado de 1892 em diante. (PACOTILHA, 1895, ed. 28, p. 2, grifo nosso).³⁶

Nessas condições, manter a sugestão de tornar o uniforme facultativo após a mudança de gestores políticos pode indicar que a crítica permanece; mas, muda a forma como se manifesta nesses momentos iniciais de abordagem ao governador. Essa mudança de gestores não durou muito tempo. Em 13 agosto de 1895, Belfort Vieira passou o cargo novamente para Casimiro Dias que permaneceu em exercício até março de 1897, ano de seu falecimento.

D. Despachou: características, natureza e função

Em 1897, começamos a acompanhar os anúncios e as mudanças (**ed. 213 a 218**), não sabendo se essa abertura comercial aos itens relacionados ao uniforme liceísta, deu-se em razão

Figura 13 – A venda dos *bonets* para o Liceu



Despachou
A Chapellaria Allemã um lindo sortimento de chapéus de palha para homens, meninos e senhoras, bonets de palha preto e de cores.
No mesmo estabelecimento ha sempre um grande sortimento de botões para farda do exercito, marinha, alfandega e correio, galões, cordões, suta-xe de ouro e de lã.

Fonte: Pacotilha (ed. 213, 1897).

do falecimento do oponente mais direto dessa imprensa, Casimiro; o fato é que a alternância administrativa entre os seus representantes (Casimiro Dias; Belfort Vieira e Cunha Martins) foram alvo das discussões do *Pacotilha* (1880-1939). Por exemplo, na notícia Chapelaria Alemã, dentre outros artigos, encontramos a venda do *bonet* citado como parte do uniforme na descrição da publicação da ed. 2 de 1904, já que os anúncios ou notícias encomendadas, costumam conter uma numeração decrescente que pode demarcar a quantidade de vezes que a publicação foi paga para ser

³⁵ *Ipsis litteris*.

³⁶ PACOTILHA: jornal da tarde. Pacotilha - Seja bem-vindo. Publicado em 2 de fevereiro de 1895. Ano, XV, ed. 28, p. 2. Maranhão: Typografia da Pacotilha, 1895. 4 p.

divulgada, constituindo-se esta uma pista fundamental, pois caracteriza e diferencia esse tipo de discurso dos demais; algo presente no jornal, mas por pedido de terceiros.

A seguir exibimos um quadro detalhado dos anúncios que permitem identificar essa constância dos anúncios.

Quadro 14 – A venda dos *bonets* para o Liceu

Processos	Distribuição					
	Mercado					
Edição	213	214	215	216	217	218
N. do anúncio	3074-6	3074-5	3074-4	3074-3	3074-2	3074-1
FORMA	Despachou	Despachou	Despachou	Despachou	Despachou	Despachou
Data	10.09.1897	11.09.1897	13.09.1897	14.09.1897	15.09.1897	16.09.1897
Página	3 de 4	1 de 4	1 de 4	1 de 4	1 de 4	1 de 4
Coluna em que aparece	6 de 6	3 de 6	2 de 6	3 de 6	3 de 6	5 de 6
Destaques tipográficos nos termos	Apenas letras da empresa em caixa alta no fim do texto: BERNHARD BLUM & C					
Resumo	Anúncio da Chapellaria Alemã sobre venda bonets para (dentre outros sujeitos) alunos do Liceu.					

Fonte: Pacotilha (1897).

A Chapellaria Alemã era de propriedade de Bernhard Blum ou Bernard Bluhm junto com dois irmãos, por isso o destaque tipográfico aos donos. De acordo com os estudos de Sousa (2012), Bernard Blum teria protagonizado alguns dos embates ocorridos durante a introdução do cinema no Maranhão, pois seria o precursor desse processo se o projetor Cinematógrafo Alemão não tivesse tido problemas mecânicos ao chegar aqui em março de 1902. Situação que o fez perder para José Fillippi que tomou a frente com o Bioscópio Inglês. Atuando no setor mercantil e industrial, anúncios da Chapellaria Alemã podem ser encontrados em diversos números publicados, tanto no jornal *Pacotilha* (1880-1939) quanto no *Diário do Maranhão* (1855-1911). Os irmãos vendiam itens de vestuário masculino e feminino (camisas, vestidos, espartilhos), espelhos, leques e fardamento para Guarda Nacional, Exército, Marinha, Corpo de Polícia, Urbanos, etc. (PACOTILHA, 1888, ed. 25, p. 4)³⁷.

³⁷ PACOTILHA: jornal da tarde. Publicado em 26 de janeiro de 1888. Ano, VIII, ed. 25, p. 4. Maranhão: Typografia a vapor da Pacotilha, 1888. 4 p.

No mesmo estabelecimento há sempre um grande sortimento de botões para farda do exército, marinha, alfandega e correio, galões, cordões, sutache de ouro e de lã. Apronta-se qualquer qualidade de bonets para militares, e outras corporações como alfandega, correio, telégrafo, seminário, liceu. Tem sempre em depósito chapéus de pelo e clacks de sua fabricação. Conserta-se com prontidão qualquer qualidade de chapéus para cabeça. BERNHARD BLUM & C. Rua 28 de Julho n. 23. 3074-6. (PACOTILHA, 1897, ed. 213, p. 3).

Os *bonets* vendidos para o Liceu possuíam uma aba verniz luzido com um círculo onde, no centro, havia um livro bordado em ouro. (PACOTILHA, 1894, ed. 2). O trecho que detalha o significado desse símbolo no *bonet* é uma das notícias que separamos como parte das que não se repetem em termos de título; contudo, o conteúdo crítico ao governo vigente e as reproduções das informações da Secretaria da Instrução Pública permanecem em 1894 (ed. 303) e 1896 (ed. 124).

E; F; G. Título: *Coisas eleitorais; Liceu Maranhense; O Manduca* – características, natureza e função

A seguir, dissertaremos sobre os títulos que não se repetem, suas diferenças e o que apontam sobre o uniforme escolar do Liceu em quadro e imagens, respectivamente:

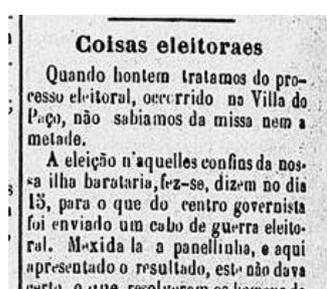
Quadro 15 – Formas de título que não se repetem

Processos	Indicação	Indicação	Uso
	Indicação	Imposição. obrigatoriedade regimentada	Representações sentidas no corpo discente. Contém características da produção do Modelo nº 2.
Edição	303	124	2
FORMA	Coisas eleitorais	Liceu Maranhense	O Manduca
Data	22.12.1894	26.05.1896	02.01.1904
Página	2 e 3 de 4	3 de 4	1
Coluna em que aparece	p. 2: 6 de 6 e p. 3: 1 de 6	2 de 6	3 de 6
Destaques tipográficos nos termos	X	X	<i>phosporo; calouro; uma roda de cascudos; bonet; troças; espicha; sabedoria, alemã, coisinhas; copo de cerveja; hurrah; alemão; futuro interprete de Goëthe; Papagaio; seja propheta na sua terra; Francisco Serra (assinatura)</i>
Resumo	Crítica ao representante do Estado ironizando ter dado seu nome ao uniforme.	O uniforme passou a ser exigido desde a matrícula pelo regimento de 24 de novembro de 1894, n. 1 do art. 96.	Breve biografia de Manduca, aluno negro que usava com orgulho o uniforme. Descrição do Modelo nº 2: blusa parda de botões pretos; “[...] bonet de aba verniz luzido; onde, na frente e num circo, rutilava em ouro bordado um livro, emblema dos estudiosos”.

Fonte: Pacotilha (1894; 1896; 1904).

No Quadro 15 apresentamos três notícias que foram publicadas em 1894 (303); 1896 (124); e 1904 (2). Essa organização é importante para entender a localização da informação na fonte e suas características particulares. A partir dos discursos classificamos os processos, *indicação* por tratar da idealização: supõe que Casimiro tenha proposto o uniforme como uma estratégia política (303) e por ser relacionada a uma formalização da obrigatoriedade desde a matrícula (124). A última a classificamos como *uso* por estar relacionada aos sentidos atribuídos ao uniforme por um aluno que o adquiriu, reunindo-se os três discursos na Figura 14 para visualizarmos as formas descritas:

Figura 14 – O que dizem os títulos que não se repetem



Publicado em: 22.12.1894
Fonte: Pacotilha (ed. 303, 1894).



Publicado em: 26.05.1896
Fonte: Pacotilha (ed. 124, 1896).



Publicado em: 02.01.1904
Fonte: Pacotilha (ed. 2, 1904).

A notícia intitulada “Coisas eleitorais” (ed. 303), cita o uniforme como parte da argumentação crítica a Casimiro Dias. Essa é uma coluna escrita em 19 de dezembro de 1894 (ed. 300), assinada por *Dom Fuas* (pseudônimo sem autoria real identificada), utilizado provavelmente como recurso de segurança devido ao conteúdo político de suas denúncias. Nesse sentido, Haniery Santos (2013) em *Viva a República: os discursos republicanos nos jornais maranhenses 1889-1890*, comenta que

o século XIX foi um período em que a política permeou o escrito dos redatores, havendo uma batalha das palavras, sendo muitas vezes esse recurso substituído pela violência, com o governo determinando medidas arbitrárias contra os adversários. Geralmente o jornal ou até mesmo o redator sofria retaliações violentas. (SANTOS, 2013, p. 33).

Para a autora, inicialmente, produzir discursos na imprensa era uma prática realizada entre as elites nacionais; apenas grupos de representantes letrados dominavam esse lugar de influência (SANTOS, 2013). Além disso, de acordo com Pereira (2006), o público leitor maranhense na década de 1880 também era restrito, “[...] uma vez que o analfabetismo era um dado estrutural” (PEREIRA, 2006, p. 107). Logo, entende-se que os jornais também

funcionavam como palco de disputa política entre grupos que tinham acesso à formação e, conseqüentemente, à produção de informação. Com a Proclamação da República, o sistema político foi modificado; contudo, o período de 1889 a 1898 é visto como a fase de consolidação dessa nova organização marcada “[...] por conflitos e crises econômicas e políticas, não só no Maranhão, mas em todo o país, representando a fase de ajustamento das estruturas brasileiras aos novos mecanismos de controle da economia e de adaptação à nova ordem do poder, ainda mal assimilada”. (ANDRADE, 1984, p. 29–30).

Nessa nova ordem estabelecida, entrou em vigor a Política dos Estados ou Política dos Governadores, que consistia em alianças entre o poder central do presidente da República e os líderes estatais que garantiriam o controle do poder político por meio do que Mourão (2008) chama de “consórcio de oligarquias regionais”.

Desse modo, os governadores instalaram com facilidade em seus estados um sólido aparelho oligárquico, mantido pela fraude, pela violência, pelo suborno e por todas as formas da prepotência. *Aos velhos republicanos honrados e limpos restava apenas denunciar que aquela não era a República de seus sonhos.* (MOURÃO, 2008, p. 54, grifo nosso).

São essas as condições que a notícia publicada em 22 de dezembro de 1894 (PACOTILHA, 1894, ed. 303) denuncia. Nela, informa-se que nas eleições de Santa Helena a chapa governista obteve 246 votos para 6 candidatos (quase 100% de aprovação); porém o resultado seria fruto da ausência de 11 eleitores sem justificativa e de outros 10 por estarem pronunciados³⁸, presos ou foragidos. Dos presentes, apenas 3 eram fernandistas³⁹ e federalistas⁴⁰. Sendo assim, “[...] os governadores, através do fisco, da polícia [e] do poder cartorial do estado, exerciam uma espécie de coação irresistível sobre o processo eleitoral, com o voto estendido a toda a cidadania, mas pronunciado a descoberto e registrado a bico de pena”. (MOURÃO, 2008, p. 54). Por essa razão *Dom Fuas* ironiza a *popularidade* de Casimiro, que teria dado seu nome “[...] ao fardamento dos meninos do liceu, aos cheques do tesouro que por aí correm e agora, finalmente, ao pleito eleitoral”. (PACOTILHA, 1894, ed. 303, p. 2-3, grifo do autor). A suposta popularidade seria, ao seu ver, apenas reflexo de imposições violentas e diversas formas de censurar a oposição, como acontecia em diversas partes do país.

³⁸ Nesse contexto, acreditamos que os pronunciados eram os políticos indiciados.

³⁹ Fernadista: aparentemente está relacionado a um movimento político espanhol, contudo, até a finalização desta dissertação, não conseguimos informações o suficiente para confirmar nem dar mais detalhes a respeito.

⁴⁰ Federalista: Adepto ao Federalismo, “[...] sistema político que consiste na associação de vários Estados numa federação soberana, cada um conservando sua autonomia”. (BECHARA, 2011, p. 634).

Em 26 de maio de 1896 (ed. 124) observamos a tentativa de inserir o uniforme na rotina da instituição, em conjunto com os anseios e pontualidade, previsto nas prescrições para matrícula estabelecidas no art. 92 do regulamento de 24 de novembro de 1894 que prevê: “[...] apresentar-se com asseio e pontualidade ao estabelecimento nos dias e horas de suas lições” (MA. REGULAMENTO, 1894, p. 292). Seguindo a documentação, por intermédio da obra *Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889* de César Castro (2009) a reforma da instrução pública (Lei n. 920 de 21 de julho de 1870) estabeleceu que o Liceu seria convertido em internato; contudo, não sabemos se essa decisão foi efetivada e, em caso afirmativo, como se deu a sua operacionalização. Não entanto, a possibilidade de conversão e aproximação dos critérios do Colégio Pedro II é, sem dúvidas, um elemento fundamental na prescrição do uniforme, não apenas como uma regra local, mas como uma tentativa de se adequar aos modelos nacionais.

Nos anos seguintes, o uniforme passa a ser lembrado de forma positiva, cumprindo a sua função de identificar ao alunos da massa populacional, promovendo assim a sensação de pertencimento, como encontramos nas experiências escolares de Manduca, na notícia de 02 de janeiro de 1904 (ed. 2): ex-aluno liceísta que carregava com prazer cada item do vestuário escolar, dando-se destaque a dois pontos principais: o detalhamento sobre as características do uniforme e o prazer do aluno em vestir o fardamento:

Desde o dia da portaria que impôs tal condição aos estudantes, muitos dos quais abandonaram o Liceu pelo enorme dispêndio dela, ninguém mais encontrou o Manduca que não fosse com a sua blusa parda de botões pretos e o seu *bonet* de aba verniz luzido, onde, na frente e num círculo, rutilava em ouro bordado um livro, emblema dos estudiosos. Com que prazer conferiu o Manduca o seu fardamento com o original-modelo que executara o Ory que fora colocado na Secretaria! Foi-lhe uma delícia, isso! (PACOTILHA, 1894, ed. 2, p. 1, grifo do autor).

Pela notícia entendemos que Manduca adquiriu o uniforme n. 2, considerado como o “original-modelo” que continha “blusa parda de botões pretos; *bonet* de aba verniz luzido, onde, na frente e num círculo, rutilava em ouro bordado um livro” (PACOTILHA, 1894, ed. 2, p. 1). Das palavras em itálico, identificamos: *fósforo; calouro; uma roda de cascudos; bonet; troças; espicha; sabedoria, allemã e alemão; coisinhas; copo de cerveja; hurrah; futuro interprete de Goëthe; Papagaio; seja propheta na sua terra; Francisco Serra (assinatura)*. O uso desses recursos de destaque é realizado em elementos associados à escola, ao uniforme, ao aprendizado de Manduca (alemão), às comemorações e felicitações da formação e, por fim, a quem registra o relato. Alguns aspectos fundamentais desse relato revelam a posição de Manduca na sociedade enquanto jovem negro letrado e suas aspirações futuras prometidas pela formação

secundarista. O discurso expõe o contexto problemático da escola: o prédio que era moradia de uma antiga família escravocrata é descrito como sombrio pela sua herança histórica, que só se iluminava quando todos se reuniam no recreio e como um *fósforo*⁴¹ protagonizavam novas ideias diárias.

Contudo, as ideias não eram as melhores. No dia da chegada de Manduca, a recepção do *calouro* foi constrangedora; como uma espécie de tribunal, os alunos resolveram condená-lo a *uma roda de cascudos*⁴². Nada disso anulou a admiração de Manduca pelos colegas de classe, pois para mudar aquele espaço seria necessário, primeiro, permanecer nele. Desse ponto se justifica o prazer particular em vestir o uniforme; o famoso *bonet* produzido pela Chapelaria Alemã. Para ele, pertencer a um grupo de intelectuais reconhecidos socialmente poderia representar um avanço frente aos anos anteriores que marcaram aquele mesmo casarão, com um histórico de exploração e sofrimento. Para esse aluno, vestir o uniforme, mais do que uma obrigação, era um desejo, uma realização individual e coletiva, familiar. O orgulho de estar em uma instituição como o Liceu Maranhense lhe fazia interpretar o constrangimento sofrido como *troça*; brincadeira de boas-vindas nos modos dos veteranos: “[...] Manduca dizia aos pais do mérito dos colegas, dos costumes, das troças, incuntindo-se-lhe sempre como um exemplo. O pai fazia-lhe elogios em todas as ocasiões e, como era estimado pela sua velhice, ninguém o contrariava”. (PACOTILHA, 1894, ed. 2, p. 1). Em dezembro de 1894, tal qual a origem do seu *bonet*, Manduca tinha o alemão como idioma para os seus exames finais. Frente a frente com um ex-aluno que passou a fazer parte da mesa examinadora, foi inundado de perguntas *espichadas*, diz-se que, desnecessariamente:

Mas como o examinador [ex-aluno] apenas o quisera reduzir à sua insignificância, concordaram os colegas em tal resultado. O Manduca propalou então a sua sabedoria alemã, fazendo crer que o outro, apesar de haver decorado *coisinhas* para desbancá-lo, não o conseguira, tão vigoroso era o seu saber. Em casa foi um contentamento geral. (PACOTILHA, 1894, ed. 2, p. 1, grifo do autor).

A aprovação do aluno foi comemorada com *hurras* e *copos de cerveja*. Era o cumprimento de um ciclo, a conquista de um diploma que lhe permitiria estar mais perto de uma atuação tão importante quanto o de um “intérprete de Goethe” - Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832) foi um célebre escritor, cientista e filósofo alemão, representante do Romantismo europeu que ganhou destaque entre os séculos XVIII e XIX.

⁴¹ Itálico é a forma como aparece no texto original.

⁴² Círculo de alunos onde são dadas pancadas com os nós dos dedos na cabeça de outra pessoa. São práticas comuns em escolas, naturalizadas no decorrer dos anos, em que trocas de agressões físicas (cascudos) ou verbais são traduzidas como brincadeiras, ainda que alguém, como Manduca, não tenha escolhido participar do processo.

A notícia afirma que o diploma acendeu os sonhos de Manduca e de seu pai: “Nessa ocasião [,] o pai de Manduca, comovido, em lágrimas, assegurou que o Brasil seria governado pelos negros, quer os brancos quisessem ou não”. (PACOTILHA, 1894, ed. 2, p. 1). Nesse sentido, o uniforme compõe uma parte significativa de uma nova perspectiva social que se projeta, onde grupos historicamente marginalizados começam a ver-se em novos espaços, com recursos que lhes foram privados, adquirindo novos papéis e lugares. Logo, essa representação atravessa gerações, conquistando o seio familiar pela expectativa de um futuro promissor.

Manduca, que sonhava em ser da marinha, logo descobriu que o domínio das letras ainda não era suficiente para driblar as marcas da escravidão. A notícia afirma que, na época, acreditava-se que pessoas negras não eram bem-vistas na marinha, um espaço ainda dominado pelo preconceito. E esse foi apenas o início de uma série de frustrações que acompanharam todo o percurso do rapaz que tentou desde os cargos militares aos empregos públicos. Conseguiu uma vaga como professor de primeiras letras em Manaus, onde não se manteve muito tempo na função, voltando para sua terra de origem (Maranhão) para trabalhar como distribuidor do jornal, o *Papagaio*, que circulou em 1898. Dessa frustração com as barreiras que o preconceito lhe causou, sua descrença nas profecias que acreditava e investira enquanto aluno do Liceu.

Francisco Serra é quem narra a história de *Manduca*; um dos intelectuais que obteve destaque no período em que as produções literárias maranhenses lhe garantiram à província o título de Atenas Brasileira (CRUZ, 2016). O texto que Serra escreve contém marcas do próprio narrador, o qual, à medida em que escreva sobre si, descreve um outro que deseja representar como sendo fruto da instituição e, de como sua formação intelectual e profissional, se deu dentro e fora da escola. O autor dá ênfase à questão racial expondo como a instrução, a dedicação aos estudos e a adaptação às regras das quais o uniforme faz parte, não foram suficientes para conduzir *Manduca* a uma mudança de vida significativa, como o estudante planejara a partir do que se via pela trajetória de outros intelectuais oriundos do Liceu Maranhense. Se de um lado sua história mostra resiliência em relação aos preconceitos enfrentados no Liceu; do outro, após formado, *Manduca* percebe que o problema social em que estava mergulhado ainda permanecia, de certa forma, intacto. Nas palavras de Francisco Serra (1904, p. 1), aquele jovem negro que sonhava em ir para a Marinha perdeu os ânimos progressivamente no decorrer dos anos, tornando-se triste e “convencidíssimo da sua desorte” (PACOTILHA, 1904, p. 1).

O tema racial não surge no vazio. A história narrada entra em acordo com o artigo de Mariléia Cruz (2016). A autora informa que intelectuais formados no século XIX-XX como

José do Nascimento Moraes⁴³ tentaram transpor as barreiras da discriminação pela escola; mas, logo compreenderam que este caminho não era suficiente para resolver a problemática. Em *O Manduca*, mais do que a história de um ex liceísta, conta-se a história dos negros que se depararam com a frustração pós formação. Nesse ponto, observa-se como o uniforme por si só, assim como a própria escola, não foi nem é capaz de homogeneizar as relações, embora sua proposta seja essa; essa imprensa exerce um papel importante na descrição dos eventos que poderiam representar um grupo desfavorecido historicamente por outros meios de comunicação e pelo reconhecimento da produção intelectual e profissional. O caso de *Manduca* é um exemplo de como, mesmo adquirindo as ferramentas exigidas para produzir sua história, muitos sujeitos continuaram sofrendo os efeitos da exploração, do silenciamento e do apagamento social.

2.4 Os contornos comerciais do Diário do Maranhão sobre o uniforme do Liceu

Nas notícias anteriores estudamos a perspectiva opinativa do *Pacotilha* (1880-1939), como jornal de oposição. Aqui, veremos como o Estado informava à sociedade maranhense republicana sobre os eventos relacionados à obrigatoriedade do uniforme, quais as prescrições e os editais, quais as estratégias de imposição e os sinais das táticas de apropriação por meio do *Diário do Maranhão* (1855-1911). Muitas das críticas comentadas na seção passada faziam referência a publicações do *Diário do Maranhão* (1855-1911), por esse motivo, é comum que partes do texto lembrem discursos já debatidos sob o olhar dos críticos.

Levando em consideração o subtítulo do periódico: *Jornal do comércio, lavoura e indústria*, Pereira (2006) acredita que o Diário tenha sido um dos jornais que propagava as perspectivas das classes dominantes locais, classificado como noticioso pelo Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2007). Considerar essas informações é fundamental para compreender a formalidade das notícias e a sensação da quase imparcialidade ou neutralidade em relação aos eventos denunciados pelo *Pacotilha* (1880-1939), pois, “[...] a ‘intencionalidade’ de um texto – este gesto de escrever com o propósito de

⁴³ José do Nascimento Moraes (1882-1958): natural de São Luís, o ex liceísta foi escritor, professor e jornalista. Enquanto escritor produziu obras como *Vencidos e degenerados* (2000/ 4. ed.); *Neurose do medo* (1923/ 2. ed.); *Contos de Valério Santiago* (1972/ 1 ed.). Na imprensa também utilizava os pseudônimos *Um Maranhense* (no Jornal *O Maranhão*) ou *Valério Santiago* (no *Jornal Correio da Tarde*). Um de seus artigos mais comentados é a coluna *Puxos e repuxos*, no jornal *Correio da Tarde* (1910) espaço em que fazia críticas a Antonio Lobo. Como professor ofertou aula de Geografia para o Liceu Maranhense; Aritmética, álgebra e Geometria para Escola Normal e chegou a contribuir com a direção do Colégio Atheneu Amanoenze (em Manaus, 1904). Também trabalhou dando aulas particulares preparatórias para o ensino secundário. (CRUZ, 2016).

ser lido de uma certa maneira – traz implicações decisivas relacionadas à posição ideológica, intelectual ou afetiva de seus autores [...], e também relativa a inúmeros outros aspectos”. (BARROS, 2019, p. 40). No resumo elaborado pela BPBL afirma-se que o *Diário do Maranhão* (1855-1911) “[...] em suas folhas, pretendia a discussão de princípios e dizia ser imparcial nas questões públicas e particulares” (MARANHÃO, 2007, p. 33), embora em algumas passagens seja possível identificar trocas de acusações entre esses dois jornais, como por exemplo, na Seção Oficial publicada em 30 de novembro de 1894, sobre a acusação de estar ocultando informações sobre o Tesouro Público:

Apesar disso, porém, um anônimo na ‘Pacotilha’ de ontem procura dar a entender que o pensamento do Governo deixando de publicar esses documentos, foi acobertar culpa ou crime, cuja publicidade o viesse desmoralizar. Como isto é questão gravíssima, o sr. Vice Governador do Estado vai mandar chamar à responsabilidade o autor do citado artigo afim de inflingir-lhe a merecida punição. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6372, p. 1).

Quanto ao uniforme, na disputa de representações entre os dois jornais, não encontramos nas páginas do *Diário do Maranhão* (1855-1911) uma exposição particular da opinião dos redatores como acontece nas notícias do *Pacotilha* (1880-1939). Também não é visível um embate direto, uma resposta às acusações da oposição em relação à materialidade do Liceu Maranhense, como já visto em outras discussões políticas, tais quais na informação em registro na Seção Oficial de novembro de 1894; entretanto, a medida em que os editais são alterados é possível inferir que há uma movimentação nas decisões e que até mesmo a obrigatoriedade ainda é dependente de uma aceitação coletiva para ser concretizada.

O uso da imprensa como veículo de divulgação das decisões sobre a instrução pública era previsto legalmente, como indicado pelo Art. 18, Capítulo 7 do Regulamento da Instrução Pública de 1894: “Mandar fazer pela imprensa todas as publicações de que tratar o presente regulamento e estampar no quadro de honra do Liceu as notas mensais obtidas pelos alunos” (MARANHÃO. REGULAMENTO, 1894, p. 271). Além de outras atribuições, como publicar os exames do Liceu na imprensa, a ação consta como responsabilidade do Inspetor Geral da Instrução Pública no regulamento, o que justifica a sua presença em todos os discursos que impõem o uniforme escolar no *Diário do Maranhão* (1855-1911) e no jornal *Pacotilha* (1880-1939).

As publicações relacionadas à obrigatoriedade do uniforme escolar no *Diário* (1855-1911) aparecem nas colunas de Atos oficiais, Seção oficial, do Congresso do Estado, dos Editais, Noticiário, das Notas militares e no Regulamento do Liceu; logo, essas formas são

entendidas como publicações de decisões diretas da Secretaria da Instrução Pública, diferenciando-se do *Pacotilha* (1880-1939) que tinha maior incidência de notícias opinativas. Pereira (2006) dissertando sob os primeiros anos do *Pacotilha* (1880-1939) afirma que “[...] seus articulistas eram contrários à tradição do jornalismo periódico comprometido com interesses político-partidários e a permanência da escravidão” (PEREIRA, 2006, p. 13). De certa forma, entende-se que mesmo a posição contrária ao periódico comprometido com interesses político-partidários também é um posicionamento político. A presença da oposição às decisões escolares revela a uma presença. Na luta de representações sobre o uniforme, nos discursos dos jornais, entra em questão aquilo que se quer que seja lido sobre o uniforme escolar, a partir do local onde se situam esses representantes. Portanto, ao se constituir a representação da obrigatoriedade, uma “[...] construção feita a partir” (PESAVENTO, 2012, p. 3) da imposição do uniforme, buscamos de onde parte o impulso para falar sobre essa indumentária no *Diário do Maranhão* (1855-1911), já que expusemos como a oposição o recebe.

Assim no quadro seguinte, apresentamos a frequência de cada título e a estrutura que essa forma, fundamentalmente oficial, se manifesta na fonte.

Quadro 16 – Relação forma e frequência das notícias sobre o uniforme escolar do *Diário do Maranhão*

TÍTULO		FREQUÊNCIA	ANO
✂	A ✂ Atos oficiais	Se repetem.	1894
✂	B ✂ EDITAIS. Instrução pública	Se repetem	1894; 1895
	C Seção oficial - [subtítulo] Subtítulos: ✂ Governo do Estado - EXPEDIENTE - Do dia 8 de Junho de 1894. Portarias (1894) ✂ Ofícios (1898)	Se repete	1894; 1898
✂	D ✂ Congresso do Estado	Não se repete	1894
	E Noticiário	Não se repete	1894
✂	F ✂ Notas Militares - Companhia de bombeiros - Serviço para o dia 28	Não se repete	1909

Fonte: Diário do Maranhão (1894; 1895; 1898; 1909).

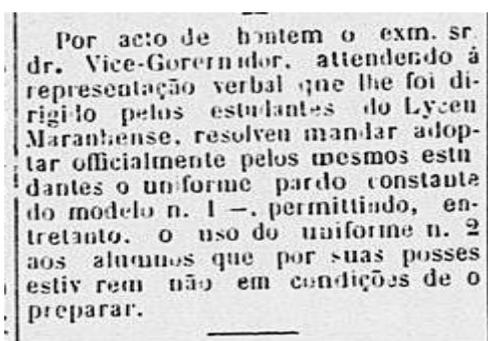
No caso do *Diário do Maranhão* (1855-1911) a frequência se justifica não pelo assunto – uniforme escolar do Liceu Maranhense, mas pelo fato de que as colunas oficiais são fixas; ou seja, mesmo quando a temática aparece apenas uma vez, a coluna se mantém em todos os

números diários. Apesar disso, a importância das notícias informadas tem um peso tão relevante quanto às do jornal *Pacotilha* (1880-1939) e são tratadas na sua especificidade a seguir.

A. Coluna dos Atos Oficiais: características, natureza e função

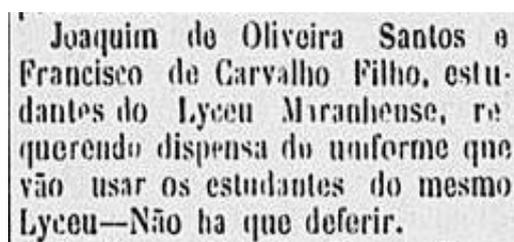
A coluna dos Atos Oficiais é composta por nomeações, remoções de cadeiras públicas, despachos (requerimentos e resoluções diversas), dentre outras solicitações ou decisões. O primeiro ato oficial é resultado da Portaria de 8 de junho de 1894⁴⁴. Encontramos o contraste entre a imposição e as dificuldades de apropriação dos alunos, ignoradas pelo Estado em um primeiro momento, mas que já sinalizam para uma movimentação contrária à imposição dentro da instituição:

Figura 15 – A imposição do uniforme nos Atos Oficiais



Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO (1894, ed. 6228, p. 2).

Figura 16 – A negação dos requerimentos de dispensa do uniforme



Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO (1894, ed. 6234, p. 3).

De um lado (Figura 17), o vice-governador, apoiado na representação verbal dos estudantes, impõe uma vestimenta oficial para o Liceu em 2 modelos. Essa notícia sofreu uma pequena correção posteriormente, em 12 de junho de 1894, onde foi explicado que

[...] para o uso e distintivo dos estudantes do Liceu foram aprovadas pelo governo do Estado duas espécies de uniforme de acordo com as posses de cada um, sendo o 1º de brim pardo e o 2º para aqueles que puderem usar fazenda de maior custo. **Fica assim bem explicada a notícia dada no sábado, pela qual parece que o 2º modelo é o de fazenda mais barata.** (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6230, p. 3, grifo nosso).

⁴⁴ A portaria foi publicada no Diário do Maranhão em 23 de julho de 1894 (ed. 6264, p. 1).

Por um lado, a existência dos dois modelos expõe a presença de alunos de diferentes condições econômicas apesar de ser um espaço predominantemente elitizado; do outro (Figura 16), Joaquim de Oliveira Santos e Francisco de Carvalho Filho tem o requerimento de dispensa do uniforme negada. Um fator interessante é que na primeira página da ed. 6234 há a publicação do Edital da Instrução Pública que, assim como o ato da ed. 6228, informa a obrigatoriedade do uniforme, reforçando a sua imposição antes de expor a negação aos requerimentos. Além disso, no discurso, alguns apontamentos induzem a pensar que a aceitação é geral e que, por consequência, o caso dos rapazes é uma exceção: “[...] *atendendo* à representação verbal que lhe foi dirigido pelos estudantes do Liceu Maranhense, resolveu *mandar adotar oficialmente pelos mesmos estudantes* [...]” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6228, p. 2, grifo nosso); assim como no texto do indeferimento, onde consta que os alunos estão “[...] requerendo dispensa do uniforme *que vão usar* os mesmos estudantes do Liceu” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6234, p. 3, grifo nosso).

Lonza (2005) explica que o *status* promovido pelo uniforme favorecia a sua adoção no século XIX pela sensação de pertencimento à instituição, pela tradição e pelo histórico de intelectuais renomados que espalhavam a boa imagem dos seus egressos; contudo, nos questionamos: a criação de dois modelos seria suficiente para favorecer a comunidade escolar como um todo? A diferença de materiais pode ter sido um fator que acentuara a diferenciação entre os alunos apontando desigualdades ao invés de homogeneizar essas relações, como seria em tese uma das ideias basilares desse objeto? O contexto da imposição pode ter influenciado nos processos entre a idealização e o uso?

Sandra Corazza em *O paradoxo do uniforme* (2003), defende a teoria de que a uniformização é ilusória; isto é, a necessidade de produzir a sensação de igualdade parte justamente de uma raiz fincada na existência das diferenças, logo, “[...] não é a uniformização que vem primeiro no mundo e na vida, e que, contra ela ou num movimento de resistência a ela, é que são produzidas a multiplicidade e a singularidade”. (CORAZZA, 2003, p. 2). As notícias das Figuras 17 e 18 confirmam a presença da diferença que precede o uniforme, como explica Corazza (2003); logo, só há necessidade de padronizar o que não é, por essência, igual. Já na correção publicada em 12 de junho de 1894 (ed. 6230) o texto declara que o uniforme em dois modelos, de acordo com as condições financeiras dos discentes, é para “[...] o uso e distintivo dos estudantes do Liceu” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6230, p. 3). Considerando essa afirmação, podemos entender que a ideia era atender as diferenças, sem a preocupação em reduzi-la, como seria possível se o modelo mais barato fosse destinado a todo

o corpo escolar. A existência de dois modelos, sendo um *de fazenda mais barata*, intencionalmente ou não, evidenciara a diferença pelo material de produção.

Compreendemos que o uniforme entra no bojo das materialidades que compõem a imagem de qualidade da instituição; logo, o modelo mais barato era uma alternativa, não o modelo de referência. Desse modo, a instituição se isenta da responsabilidade da produção e transfere para o aluno/ família, a escolha da imagem pessoal que pretende ou pode transmitir. Na passagem que cita a história de Manduca é citado o prazer de usar o “original-modelo”⁴⁵. Se este termo está ligado à presença de um modelo alternativo mais barato, isso nos induz a crer que também havia um peso diferenciado no uso do uniforme a partir do custo. Esses dados revelam que, embora não seja um fator determinante, a produção influencia a apropriação, quer seja da imposição, quer seja do objeto. Não tivemos acesso às motivações de Joaquim de Oliveira Santos⁴⁶ e Francisco de Carvalho Filho, mas podemos traçar algumas hipóteses: a) como já citamos na seção 2.2, os discentes poderiam estar concluindo o curso, logo, teriam pouco tempo de uso (custo-benefício); b) não terem condições de adquirir nenhum dos dois modelos; c) não concordarem com o processo de idealização ou com a imposição dos modelos escolhidos; d) não quererem fazer parte do fortalecimento da distinção entre os outros alunos. Essas possibilidades de resposta partem da noção de que na relação de forças entre quem impõe e quem se apropria, também há poder em quem decide aceitar ou resistir a ordem que lhes é apresentada (CHARTIER, 1991), pelos mais diversos argumentos.

O paradoxo do uniforme incide no fato de que, por um lado, nota-se a carência e o prazer da sensação de pertencimento, a economia (se pensarmos na variedade de roupas usadas diariamente) e no tempo (na escolha do vestuário) e a confiança na segurança gerada pela identificação; por outro, para a autora não é possível eliminar a diferença, seja pelo objeto: materiais de produção (fios, linhas, tecido), modo de costura de uma costureira específica; seja pelas práticas de vestir: “[...] modos de trajar, abotoar,

Figura 17 – Primeira flexibilização da obrigatoriedade do uniforme do Liceu

Que aos alumnos que provarem concluir este anno o curso d'aquelle estabelecimento, fica concedida a dispensa do alludido uniforme:
Que aos outros alumnos que ainda não se acham uniformisados fica marcado o prazo improrogavel de 13 a 31 do corrente mez, para o cumprimento da ordem contida n'aquella portaria; não podendo mais, portanto, de 1º de agosto em diante ser admittido no estabelecimento alumnos algum, qualquer que seja o pretexto allegado, sem estar devidamente uniformisado, salvo os acima exceptuados.

Fonte: Diário do Maranhão (1894, ed. 6258, p. 2).

⁴⁵ Composto por uma blusa parda de botões pretos e um *bonet* de aba verniz luzido, onde, na frente e num círculo, rutilava em ouro bordado um livro. (PACOTILHA, 1904, ed. 2).

⁴⁶ Existe uma possibilidade de que Joaquim de Oliveira Santos, citado nesta notícia, tenha sido um funcionário público que se tornou professor de matemática da Escola normal e viveu de 1871 a 1930. Partes da história desse professor são contadas na tese de Tavares (2018).

amarrar os uniformes- fardamentos” (CORAZZA, 2003, p. 2). Na sua perspectiva, “[...] sempre estarão em movimento as forças atuantes do dessemelhante e do heterogêneo, do não análogo e do não idêntico, dos devires ilimitados – mesmo que sejam imperceptíveis” (CORAZZA, 2003, p. 2).

Roger Chartier (1991), explica que *dispositivos formais (textuais ou materiais)* produzem suas representações com base em um público específico, almejando uma recepção. Nesse sentido, os jornais criam suas versões baseadas em objetivos particulares. Os discursos dependem da leitura e da aceitação de discentes, pais ou demais responsáveis e a sociedade maranhense em geral; porém não é possível controlar a recepção, as múltiplas interpretações, a “[...] *pluralidade de apropriações*”. (CHARTIER, 1991, p. 186, grifo nosso). Nesse mesmo raciocínio, é válido o contexto político, social ou econômico ou até mesmo o histórico institucional, já que podem contribuir com a aceitação de uma materialidade específica. Abordaremos mais sobre esse ponto utilizando as seções do Governo do Estado, onde também encontramos um movimento semelhante ao observado nas notícias anteriores.

A seguir, expomos uma coluna que não repete notícias sobre o uniforme escola; mas, também é fixa no jornal, assim como os atos e seções oficiais, na qual abordamos alguns dos efeitos oriundos dos requerimentos de dispensa.

B. Noticiário: características, natureza e função

Os dois alunos citados foram representantes de outros inúmeros requerimentos recebidos, como assume o texto da Inspeção Geral da Inspeção Pública, ao afirmar que alterava a decisão “[...] em virtude do despacho do governo do Estado, *lançado nos requerimentos de diversos alunos do Liceu Maranhense [...]*” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6258, p. 2, grifo nosso). A flexibilização para alunos que comprovassem estar concluindo o curso, está de acordo com uma das nossas hipóteses sobre as justificativas para as reclamações. Apesar de ser a primeira e única exceção até o momento, o prazo para os outros alunos também foi alterado, e se a alteração existe é porque, até 16 de julho, não foi alcançado o resultado esperado! O primeiro prazo para a adequação da obrigatoriedade lançado foi de 8 de junho a 10 de julho, passando, a partir da flexibilização para o período de 13 a 31 de julho que atingiu o resto do corpo discente fora da exceção autorizada. A notícia aparece na segunda página do jornal composta por notícias do Tesouro Público do Estado e da Capitania do Porto, da Alfândega e da Companhia de Navegação e vapor do Maranhão, em que anúncios de

medicamentos, roupas para senhoras e crianças, lençóis e toalhas, dentre outros, são recorrentes.

O que chama a atenção nesse número em especial (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6258), lançado em 16 de julho de 1894, é que na primeira página consta a Lei n. 68 de 12 de julho de 1894, que “autoriza[ra] o Governo a mandar proceder os consertos de que precisa[va] o Liceu Maranhense” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6258, p. 1). Nos anais de 1894, o Monsenhor Mourão (1842-1904)⁴⁷ registra como críticas as condições físicas do prédio do Liceu; professor que ao nomeado do Liceu e da Escola Normal, resolve “[...] economizar o dinheiro público e evitar despesas supérfluas; mas esta é imprescindível, não só para conservar um próprio do Estado, como para ter um estabelecimento decente, onde possa ser ministrada a instrução superior”. (MA. ANAIS, 1894, p. 71). É muito amplo pensar no que seriam despesas supérfluas para o Estado na Primeira República, e afirmar com certeza se nessa classificação entra o uniforme como uma preocupação secundária. O que entendemos dessa mensagem e dessas ações, *a priori*, é que o Liceu, tendo funcionado por pelo menos 50 anos de forma adaptada no Convento do Carmo.

Funari e Zarankin (2005, p. 135) iniciam seu artigo *cultura material escolar: o papel da arquitetura* citando que “ao pensar em uma escola, a primeira imagem que vem à nossa cabeça, provavelmente, é a de um edifício”; para eles, o edifício é considerado um *artefato fixo* e todos os outros artefatos que compõem a escola dentro desse espaço (lousas, giz, retroprojetores, brinquedos, etc.) são *artefatos móveis* (FUNARI; ZARANKIN, 2005). Isso explica porque o prédio do Liceu Maranhense ainda é uma preocupação, sendo necessário estabelecer uma imagem e, principalmente, uma imagem positiva sobre a estrutura da escola. Mourão (1894) acreditava que quanto melhor e mais organizado fosse o prédio, mais fácil seria conquistar o respeito e o convencimento de alunos e professores; do contrário, só poderiam ser inspirados ao “[...] desgosto e [à] repugnância” (MA. ANAIS, 1894, p. 71). Faz sentido crer, a partir dessa noção, que havia uma expectativa de que todas as outras medidas impostas, assim como a obrigatoriedade do uniforme escolar, (*artefato móvel*), seguindo a classificação de Funari e Zarankin (2005), seriam acatadas como consequência desta primeira, ainda em andamento.

⁴⁷ João Tolentino Guedelha Mourão ou Monsenhor Mourão (1842-1904): Nasceu no Maranhão e se formou na Universidade de Roma. Foi Monsenhor, Reitor do Seminário de Padres e Bispo, chegando a substituir o cargo de Antônio Cândido de Alvarenga (fev. a out. de 1899). Na imprensa colaborou com periódico Boa Nova (PA) e fundou o Jornal Civilização (MA, 1880). Chegou a ser correspondente Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor de italiano no Liceu Maranhense. Na política maranhense, filiou-se ao Partido Católico, que mais tarde se fundiria com Partido Nacional e Republicano Constitucional. Foi Deputado Estadual Constituinte e signatário da Constituição maranhense (1892) e Deputado Federal do Maranhão (1897; 1900; 1903-1904). (CPDOC, 2013).

Na última página da mesma edição (ed. 6258), encontramos um anúncio da própria tipografia do *Diário do Maranhão* (1855-1911): a Tipografia a vapor de Frias filho & C. Succs, que procurava aprendizes internos. Lugar onde seriam oferecidos, provavelmente como pagamento: casa, alimentação, roupa, instrução primária e tratamento médico se necessário (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6258, p. 4). O Estado, por meio desse aviso sobre o mercado tipográfico, revela o aspecto funcional da instrução primária e uma ideia assistencialista, onde cabe garantir, ou no mínimo convencer, o fornecimento das condições mínimas de subsistência (moradia, alimentação, vestuário e saúde) em troca de trabalho. Logo, a “[...] instrução como mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também *evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado*”. (FARIA FILHO, 2007, p. 137, grifo nosso). Na esteira destes sinais, seria válido considerar, a partir dessa perspectiva sobre os menores aprendizes, que alunos sem condições de adquirir um uniforme em uma escola elitizada de ensino secundário são exceções, um povo que “se desviou do caminho traçado” ou ainda, que sofre o benefício da negação [à] regra imposta por outros *desvios*, seja da carência de regulamentação do uniforme desde a matrícula dos meses iniciais de 1894, seja pelas más condições do prédio que *não lhes inspira acatamento* (MA. ANAIS, 1894), seja pela pura e simples negação à padronização ou ao modelo.

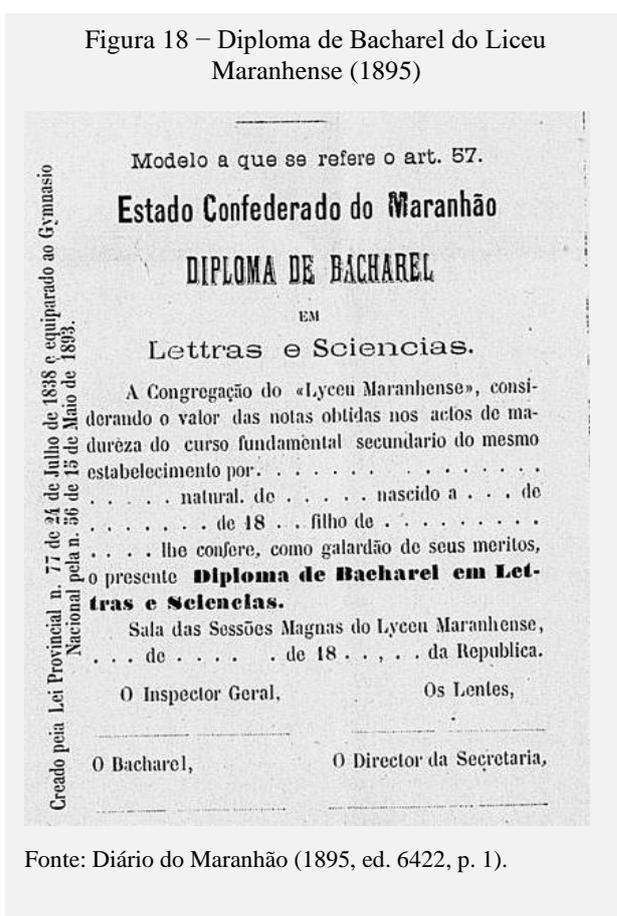
C. Seção Oficial: características, natureza e função

Na seção oficial são publicados os expedientes do Governo do Estado: ofícios, portarias e notas da secretaria sobre a Segurança Pública de diversas regiões do Estado do Maranhão. A notícia sobre o uniforme é a portaria de 8 de junho de 1894, citada nos requerimentos e em outras edições. Não muito diferente de outros textos comentados, ela informa:

O Vice-Governador do Estado, em virtude da representação verbal que lhe foi dirigida pelos estudantes do Liceu Maranhense, resolve mandar adoptar oficialmente pelos mesmos estudantes o uniforme pardo constante do modelo n 1, permitindo no entretanto o uso do uniforme n. 2 aos alunos que por suas posses estiverem em condições de o preparar. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6264, p. 1).

A notícia divide espaço na página com a coluna de Editais, da Secretaria do Governo e o XVII Folhetim intitulado “O segredo do Preceptor”. O romance de Victor Cherbuliez (1829-1899), escritor de origem suíça e francesa, conta a história de um casal e sua família após acreditarem ter passado por uma misteriosa invasão a sua casa. No trecho desta edição há uma

parte que cita: “[...] tinha-me por escrito recentemente para me recomendar um de seus sobrinhos, que tinha *disposição* para as pesquisas de erudição e *acabava de entrar na École des Chartes*⁴⁸. Tinha-me interessado por esse mancebo estudioso, e tinha tido ocasião de *fazer alguma coisa por ele*”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6264, p. 1, grifo nosso). O romance, propositalmente ou não, qualifica esse jovem estudioso e fala de suas conquistas, induzindo a crer que são características, do indivíduo para o meio e não do meio para o indivíduo, que lhes proporcionaram recomendações e o consequente interesse externo em



oferecer ajuda no desenvolvimento intelectual. O Estado do Maranhão entra como essa mão que auxilia os estudantes oferecendo um segundo modelo, mais barato, embora não considere que seja, essencialmente, sua função garantir o vestuário nesse nível de ensino, pois de uma forma ou de outra, haverá custo.

Em 31 de janeiro de 1895, o *Diário do Maranhão* (1855-1911) protagoniza outra publicação de extrema relevância sobre a história do uniforme escolar do Liceu Maranhense. Nesta data, na primeira página da edição número 6422, foi divulgada a parte do Regulamento da Instrução Pública referente ao Liceu Maranhense, onde encontramos o uniforme no Capítulo XIV:

obrigações, proibições e direitos dos alunos. A partir do Regulamento o uniforme é previsto como uma das obrigações do aluno:

Art. 96. Ficam sujeitos ao estrito cumprimento do Regulamento presente todos os alunos do Liceu Maranhense, **cujas obrigações** são as seguintes: 1.º Apresentar-se com asseio e pontualidade no estabelecimento, nos dias e horas de suas lições, **sempre trajando o uniforme** mandado usar pela portaria do Governo, de 8 de junho último, a qual subsiste em inteira plenitude, **não podendo aluno algum, qualquer que seja o pretexto, apresentar-se de outro modo vestido no estabelecimento.** (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1895, ed. 6422, p. 1).

⁴⁸ A École de Chartes é uma faculdade francesa especializada em ciências históricas, criada em 1821 e que funciona até os dias atuais em Paris. É possível acessar dados sobre a escola em: <https://www.chartes.psl.eu/>.

No fim do Regulamento encontramos o modelo do diploma de Bacharel em Letras e Ciências (Figura 18), que seria fornecido aos alunos aprovados. Na lateral esquerda do diploma há um trecho que indica: “Criado pela Lei Provincial n. 77 de 24 de Julho de 1838 e equiparado ao Ginásio Nacional pela n. 56 de 15 de Maio de 1893” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1895, ed. 6422, p. 1).

A autora Rosa Fátima de Souza (2013), no texto *A escola modelar da República e a escolarização da infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional* afirma que, de acordo com a Constituição Republicana de 1891, a administração do ensino primário e secundário seria de responsabilidade dos governos estaduais devendo, teoricamente, funcionar de forma descentralizada (SOUZA, 2013). Entretanto, como explica Ribeiro (2006),

[...] essa medida não se verifica na prática, visto que os saberes exigidos para fundamentar o currículo deste nível de ensino eram impostos pelo poder central, enquanto critério institucional de equiparação curricular, com a escola modelo, Liceu da Corte posteriormente denominada de Pedro II. (RIBEIRO, 2006, p. 42).

Nesse sentido, apesar de todas as suas dificuldades internas, pela legislação e pelos regulamentos, o Liceu Maranhense ainda buscava uma adaptação ao modelo central; o Ginásio Nacional – antigo Colégio Pedro II. Busca essa que, segundo Ribeiro (2006), também era fruto de ordens de um poder central. Essa padronização pode ser compreendida como uma das formas de tentar garantir que a formação dos bacharéis no Estado fornecesse os benefícios da validação nacional do diploma dos egressos da instituição.

Na lateral do Modelo do diploma (Figura 18), é possível analisar um aspecto fundamental que é a equiparação. O Liceu Maranhense foi criado em 1838 e equiparado ao Ginásio Nacional, oficialmente, em 1893. Entre a criação e a equiparação, o Liceu funcionou de forma adaptada no Convento do Carmo, até ser transferido para um prédio localizado na Rua Formosa em 1890, por um aluguel anual no valor de 900\$000. Em 23 de agosto de 1893, o prédio foi comprado por 22:000\$000 (TEIXEIRA, 1899). Portanto, apenas poucos meses antes da equiparação, este estabelecimento passa a ocupar definitivamente um prédio que ainda assim necessitava de reparos urgentes, denunciados pelo Monsenhor Mourão em 1894 (MA. ANAIS, 1894), estando ainda em fase de ajustes, mesmo depois de 55 anos (1838-1893) de ser institucionalizado. Essas alterações repentinas, tendo como uma das medidas a obrigatoriedade do uniforme após a equiparação, dependem de inúmeros fatores para serem assimilados e de suas particularidades, pois vão se inserindo em práticas em curso. A quebra de um sistema que

já está estabelecido, por menor que seja, se lançada sem os devidos meios para adaptação, abre espaço para a crítica tão reforçada nas páginas do *Pacotilha* (1880-1939): o uniforme oficial limita pais pobres que utilizam outros meios (estabelecimentos em que têm crédito) de adequarem o vestuário dos filhos para as aulas; o prazo é curto e o valor é alto, o que pode desencadear uma série de desistências; o Liceu não é internato, onde o uniforme é imprescindível. (PACOTILHA, 1894, ed. 127). Esse choque ocorre, pois, a recepção de um objeto varia de acordo com as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada grupo “[...] não como a tradução de divisões estáticas e imóveis, mas como o efeito de processos dinâmicos”. (CHARTIER, 1991, p. 86).

Figura 19 – Ofícios de 9 de dezembro de 1898

—Ao Sr. Dr. Inspector Geral da Instrução Publica. - Tendo resolvido que seja facultativo aos estudantes do Lyceu Maranhense o uso do uniforme mandado adoptar no referido estabelecimento por portaria de 8 de Junho de 1894, assim vol-o faço constar para os fins convenientes.

Fonte: DIÁRIO DO MARANHÃO (1898, ed. 7302, p.1).

A última notícia publicada na seção oficial, em 05 de janeiro de 1898 (ed. 7302) está relacionada ao expediente do dia 9 de dezembro de 1897, que cita o uso facultativo do uniforme sem mencionar-se os critérios específicos que foram usados para essa flexibilidade, como ocorreu anteriormente; fato que nos permite acreditar que dita decisão se estendera a todo corpo discente. De esta forma, consideramos esta notícia como um marco que fecha o primeiro ciclo da sua imposição no Liceu Maranhense, por

identificarmos quatro momentos primordiais: 1º) a portaria de 8 de junho de 1894, que oficializa a sua obrigatoriedade; 2º) a flexibilização de seu uso para os alunos que comprovassem estar concluindo o curso no ano vigente, em 16 de julho de 1894⁴⁹; 3º) a sua regulamentação desde a matrícula, publicado em 31 de janeiro de 1895; e 4º) o uso facultativo para todos os alunos.

Nos anos posteriores, mais especificamente, em 1904 e 1909, o uniforme já é citado como parte do relato de memória de um aluno⁵⁰ e como parte das homenagens póstumas a Benedito Leite (1857-1909); membro do partido federalista⁵¹, que morreu dia 6 de março de 1909, na França. Membros do governo, alunas da Escola Normal e Modelo, amigos e comunidade em geral, foram convidados para o funeral do dia 26 de abril de 1909, não sendo possível no jornal encontrar convites do governo do Estado e do Partido Republicano para o evento.

⁴⁹ Apesar de publicada nessa data, a decisão foi tomada em 13 de junho de 1894.

⁵⁰ A história de Manduca, no jornal *Pacotilha* (1904, ed. 2, p. 1).

⁵¹ De acordo com o *Diário do Maranhão* (1909, ed. 10736, p. 1) o partido federalista surgiu da junção de três grupos políticos: Partido Conservador, Partido Constitucional e Partido Católico.

A notícia da ed.10738, de 27 de abril de 1909, informa: “apresentaram-se ontem alguns alunos do Liceu Maranhense vergando o uniforme 1.º, aprovado pelo Exm. Sr. General Rodrigues de Campos” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1909, ed. 10738, p. 2). Pelo contexto da notícia (estar na coluna das Notas militares – Companhia de Bombeiros), acreditamos que não se trate do uniforme do Liceu Maranhense que se abordara entre 1894-1898; mas de algum modelo igual ou semelhante ao dos oficiais, pois o termo Uniforme 1.º, 2.º, 3.º e outros é comum aparecerem na seção dos militares para definir seu fardamento. Dentre os itens do Uniforme 1.º constam alamares dourados sobre dólma, capacete de cortiça, penacho e polainas brancas (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1903, ed. 9056, p. 2). Apesar de não ser diretamente relacionado ao uniforme do Liceu Maranhense, a circunstância traz na prática o questionamento do *Pacotilha* (1880-1939):

O fardamento acessível aos pobres é o pardo, com alamares, botões amarelos etc. e o outro dos ricos, também não é preto, segunda consta. Suponha o governo o caso de luto. Como o estudante pobre ou rico que perdeu um parente e está de luto pode frequentar o Liceu? Despirá a roupa de luto no corredor, para tomar a outra, a oficial? O sr. Casimiro há de convir que isso não é sério. Apesar de tudo, porém, de amanhã em diante começa a vigorar o uniforme. (PACOTILHA, 1894, ed. 161, p. 2).

Aqui no luto como argumentação, embora acrescente “O Sr. Casimiro [que] há de convir que isso não [seja] sério” (PACOTILHA, 1894, ed. 161, p. 2), é interessante observar que, nessa circunstância podem de fato existir outros modos de vestir dentro ou fora dos padrões da escola, mantendo-se a representatividade e a identificação dos discentes mesmo que em grupos mais diversificados.

D. Editais. Instrução Pública: características, natureza e função

A coluna de editais contém informações do Tesouro Público do Estado, da Intendência Municipal e da Alfândega do Maranhão, além da Instrução Pública, foco de nosso estudo. Os editais relacionados ao uniforme foram publicados apenas em dois textos diferentes. O primeiro edital foi publicado 3 vezes em 13 de junho (1894, ed. 6231), 14 (1894, ed. 6232) e 16 de junho (1894, ed. 6234) e previa a obrigatoriedade do uniforme no primeiro prazo estabelecido: de 8 de junho a 10 de julho de 1894, ao comunicar-se a disponibilidade dos dois modelos na Secretaria da Instrução Pública, que funcionava no mesmo prédio e no mesmo horário de expediente do Liceu Maranhense, das 9:00 da manhã às 14:00 da tarde. O segundo (ed. 6420, 1895) foi publicado em 29 de janeiro, informando sobre a decisão, após ofício encaminhando

pelo Diretor Inspetor Geral da Instrução Pública, de prorrogar as matrículas até 31 de janeiro, mantendo a obrigatoriedade imposta na Portaria de 8 de Junho de 1894.

No primeiro contexto:

De ordem do Ilm. Sr. Dr. Inspetor geral interno da instrução pública do Estado, se faz público para os devidos efeitos, que havendo o Exmo. Sr. Dr. Vice governador, em virtude de representação verbal dos estudantes do “Liceu Maranhense”, resolvido, por ato de 8 do corrente, mandar adotar oficialmente pelos mesmos estudantes o uniforme pardo constante no modelo n. 1, permitindo, entretanto o uso do uniforme n. 2 aos alunos que por suas posses estiverem em condições de o preparar. - modelos que se acham a disposição n'esta secretaria; fica aos mesmos estudantes marcado o dia 10 de julho vindouro para execução daquela ordem, não podendo mais os mesmos alunos, daquela data em diante, apresentar-se ao estabelecimento, sem ser trajando o uniforme aludido. Secretaria da instrução pública do Maranhão, 11 de junho de 1894. O diretor. S, A. Neves (307-3). (DIÁRIO DO MA, 1894, ed. 6231, p. 2).

O texto do edital permanece sem alterações, o que nos interessa então, na análise das formas, é entender a postagem dentro das configurações de cada número dos impressos. Os dois primeiros editais (DIÁRIO DO MA, 1894, ed. 6231 e 6232) aparecem na segunda página do jornal, ambos na segunda coluna de seis. Já tratamos sobre a edição 6231 na seção 2.2 desta dissertação, onde identificamos que na página, embora sem relação direta com o uniforme escolar, há dados sobre problemas da instrução pública, em maior evidência a primária, onde professores reclamaram do baixo salário, que concorria com um anúncio de vinho indicado para pessoas prejudicadas por idade, doença ou excessos de prazer ou trabalho.

Nesse local de denúncia *versus* anúncio, observamos que o propósito traçado pelo *Diário do Maranhão* (1855-1911) de atender ao comércio, à lavoura e à indústria pode ser compreendido de várias maneiras, incluindo-se o desvio do foco dos problemas sociais, para as soluções comerciais; embora, não seja explicitamente exposto. Alcântara (2021) em seu estudo sobre a cultura material escolar e o comércio de São Paulo (1894-1902) afirma que ao investigar a história da educação no século XIX é necessário considerar tanto a movimentação do comércio quanto da instrução pública com fins na expansão, se ambos, cujos interesses não se limitavam às fronteiras nacionais, nem aos interesses puramente pedagógicos. Dessa forma, o uniforme ocupa diversas áreas sociais simultaneamente, como uma peça da escola que responde a “[...] demandas de ordem econômica, cultural, social e científica”. (ALCÂNTARA, 2021, p. 3). Esse fator fica ainda mais claro pela coluna do jornal, cujas características já foram citadas na introdução desta seção. A instrução divide espaço com os editais do tesouro e da alfândega, podendo ser interpretada como um dos variados produtos do Estado que devem funcionar em favor desse sistema.

O segundo edital da instrução pública relacionado ao uniforme e que também aparece na segunda página, também tem assuntos importantes a serem destacados a partir de sua configuração:

Figura 20 – Fábrica Santa Isabel, situado no atual Canto da Fabril em São Luís



Fonte: Teixeira (1899).

Por esta Secretaria se faz público que o Governo do Estado, atendendo ao que, em ofício de 19 do corrente, lhe expôs o Dr. Inspetor Geral da Instrução Pública resolveu, por ato de 21, prorrogar até o até 31 d'este mês as matriculas do Liceu e da Escola Normal e marcar o dia 4 de Fevereiro vindouro para a abertura das respectivas aulas. Faz se público, outrossim, que subsiste em inteira plenitude a portaria do mesmo Governo, de 8 de Junho de 1894, pela qual mandou adotar oficialmente o uniforme de que devem usar os alunos do Liceu Maranhense (238-2). Secretaria da Instrução Pública do Maranhão, 23 de Janeiro de 1895. O diretor, Sebastião d'A. Neves. (DIÁRIO DO MA, 1895, ed. 6420, p. 1).

Em primeiro lugar, encontramos a Ata da Assembleia Geral da Companhia Fabril Maranhense para a eleição da Comissão Fiscal e prestação de

contas da Diretoria. Pela Ata constatamos que em 1894 existiam 26 acionistas que somavam um total de 9.075 ações investidas no setor. Nessa configuração, a Companhia Fabril era responsável pela Fábrica Santa Isabel⁵² que foi inaugurada em 1893 “[...] tendo como Diretor Gerente Cândido Ribeiro [;] inclusive[,] ele próprio supervisionou a montagem dos maquinismos da fábrica, que eram os maiores do Maranhão e de maior capacidade de produção, na época (1893)” (GUIMARÃES, 2010, p. 47-48), podendo ser considerada uma das maiores fábricas têxteis do Estado, com “[...] capital realizado de 1.700 contos, 450 teares, 600 operários, produzindo riscado e domésticos de algodão” (DOURADO, 2008, p. 41).

Segundo Dourado (2008), o Maranhão foi um dos principais produtores e exportadores de algodão do Brasil (séc. XVIII) e o produto foi o centro da economia do Estado até o terceiro decênio do século XIX, apesar da crise de 1888, causada em tese pela extinção da escravatura e a consequente necessidade de repensar as formas de produção e comercialização de produtos em decadência, já que

[...] novas ideias passam à ordem do dia com a 1ª República. A alteração da forma de governo conduz ao poder nova classe política A ‘aristocracia’ rural, latifundista e agropastoril – responsável pela cunhagem da frase ‘o Brasil é um país essencialmente agrícola’, que imobilizou o país e retardou o seu desenvolvimento capitalista – foi

⁵² Uma curiosidade: Segundo Oliveira (2010, p. 92), a alta quantidade de operários empregados na fábrica (600 a 900 funcionários) “[...] fez emergir, naturalmente, numerosas habitações nas suas proximidades, tanto que o bairro circunvizinho ficou conhecido como Canto da Fabril”.

substituída por um grupo heterogêneo de pessoas mais vinculadas à classe média urbana e aos militares. (ITAPARY, 1995, p. 20).

Nesse cenário de investimentos e de transformações políticas, econômicas e sociais no ramo têxtil, o uniforme se impõe. Na mesma página também encontramos aspectos que revelam a imagem da escola para o Estado: primeiro, no canto inferior esquerdo da página, uma nota que afirma que o cidadão Sousândrade: “[...] fará gratuitamente a classe da Odisseia na Quinta Victoria, a começar de Julho, aos estudantes que o foram cumprimentar pela *sua nomeação*; que nenhum modo deixe Troia de ter o presente dos Gregos”. Sousândrade, Joaquim de Sousa Andrade (1832-1902), foi escritor, poeta e professor de grego do Liceu Maranhense, considerado um defensor da abolição e da República. A Quinta da Vitória ou Quinta “Vitória” era o local onde se retirava e se dedicava aos estudos, sendo colocada à venda em 1897 por 70 contos de réis (PACOTILHA, 1897, ed. 84, p. 3)⁵³. Dita quinta, funciona atualmente no local a SOAMAR – Sociedade dos Amigos da Marinha do Maranhão, no bairro da Camboa em São Luís. Considerando a passagem de 22 de dezembro de 1894 (ed. 303) do *Pacotilha*, sobre as eleições os republicanos, fica claro que não eram muito bem-visto pelos governistas com quem concorriam, o que pode explicar o porquê a notícia se encerrara: “[...] de modo nenhum deixe Troia de ter o presente dos Gregos”; expressão que representara, popularmente, um presente com fundo desagradável, inesperado e ruim.

Do outro canto da página, na sexta coluna à direita, o professor Claudio Serra de Moraes Rego⁵⁴ renuncia à nomeação que fora lhe concedida pela Portaria de 14 de junho de 1894 (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1894, ed. 6266, p. 1) como lente de química e mineralogia do Liceu Maranhense e da Escola Normal, após Afonso Saulnier de Pierrelevée⁵⁵ se oferecer para dar a aula de forma gratuita durante seu impedimento como membro do Congresso Estadual. Uma situação semelhante aconteceu em outro momento, com Francisco Antonio Brandão, (membro do Congresso) quando se ofereceu para reger a disciplina gratuitamente e foi prontamente aceito pelo governo; mesmo com a nomeação de Claudio Serra de Moraes Rego, segundo o jornal *Pacotilha* (1880-1939). Porém, nesse último caso, Claudio Rego, via ofício direcionado à Casimiro, contestou dita ação “[...] livrando-o da dificuldade” (PACOTILHA,

⁵³ PACOTILHA: jornal da tarde. Publicado em 9 de abril de 1897. Ano XVIII, ed. 83, Maranhão: Tipografia a vapor da Pacotilha, 1897. 4 p.

⁵⁴ Claudio Serra de Moraes Rego (1863-1909): Médico; inspetor de higiene; médico da polícia; lente interino de latim e física do Liceu Maranhense; Médico da Escola de Aprendizes marinheiros, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia e Comissário Fiscal do governo federal junto ao Liceu Maranhense. Informações disponíveis em: PACOTILHA (1909, ed. 270, p. 1) e em Cerqueira (2017).

⁵⁵ Afonso Saulnier de Pierrelevée (1830-1909): Médico cirurgião, foi um importante integrante da Santa Casa de Misericórdia. (PACOTILHA, 1909, ed. 26). Atuou também como inspetor geral interino da instrução pública, de acordo com a publicação do Diário do Maranhão (DIÁRIO DO MA. 1894, ed. 6367, p. 1).

1894, ed. 142, p. 2). Na perspectiva do Pacotilha (1894, ed. 142, p. 2) o Estado se valia da ausência de leis que impedissem esse tipo de decisão para beneficiar-se pelo acúmulo de verba oriundo da presença de um profissional gratuito. Todavia, o próprio Cláudio Rego trabalhou gratuitamente como médico da Escola de Aprendizes Marinheiros até atuar de forma remunerada (PACOTILHA, 1909, ed. 270, p. 1); logo, é válido crer as ocupações gratuitas temporárias podem ter aberto espaços para futuras contratações. A aceitação de Cláudio Rego de renunciar à cadeira para Pierrelevée pode ser justificado pelo fato de ambos atuarem juntos, possivelmente no mesmo setor, tanto na instrução pública quanto na Medicina.

Enfim, nos parece que as publicações sobre a obrigatoriedade do uniforme escolar no *Diário do Maranhão* (1855-1911), surge com a equiparação do Liceu Maranhense ao Ginásio Nacional e também num contexto em que a indústria têxtil no Maranhão estava recebendo muitos investimentos. Essa configuração, somada à determinação de publicar na imprensa as decisões da Instrução Pública, permitem compreender os discursos desse jornal comprometido com informações administrativas e comerciais. No *Diário* (1855-1911) as respostas estão nos intervalos, nos vazios, nos fragmentos. A presença de grupos de alunos economicamente diferenciados é marcada pela existência de dois modelos de valores distintos; a resistência dos discentes pode ser observada pelos requerimentos, pela flexibilização e pelo uso facultativo do uniforme, já que os movimentos são apreendidos pelas mudanças no decorrer do tempo e como essas notícias se manifestam no jornal.

3 O QUE É SER ALUNO DO LICEU MARANHENSE: as representações da escola para a política, o mercado e a sociedade maranhense republicana

Durante o século XIX o ensino público no Brasil voltou a ocupar lugar de destaque nas discussões sobre a função da instrução no desenvolvimento dos diversos setores que formavam a sociedade local. Além da questão da instrução indígena, historicamente marcada por uma forte influência religiosa e que, a partir do novo século, deveria ser orientada por outros meios e métodos, a reflexão sobre a pertinência da instrução de negros (livres, libertos ou escravizados) e mulheres, entra em pauta; porém, há uma larga distância no acesso aos diferentes níveis de ensino. Não muito diferente do projeto jesuítico, as ideias iniciais de organização de uma instrução pública nacional eram centradas na instrução primária, entendida como ensino de primeiras letras: ler, escrever e contar, tendo como objetivo central a criação de condições favoráveis à implantação e manutenção de decisões governamentais (FARIA FILHO, 2007).

Focados na formação da cultura básica das elites representadas por “[...] brancos e proprietários de escrav[izados] e terras [...]” (LONZA, 2005, p. 34), o ensino secundário seria composto por um currículo mais amplo, contendo disciplinas como “[...] línguas latina, grega, francesa e inglesa; retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia [e] zoologia; [assim como] mineralogia, botânica, química [e] física; [ao igual que] aritmética, álgebra, geometria e astronomia”. (BRASIL, 1837)⁵⁶. Nessa esteira de disciplinas, o aluno, depois de ter concluído o curso, receberia o diploma de Bacharel em Letras; ou seja, explicando em termos de conceito,

O termo *secundário* tem assim sua origem na classe denominada de *segunda*, de estudos de *humanidades* e de sentido *intermediário* e propedêutico aos estudos superiores de retórica. Justifica-se por isso mesmo a designação de *estudos menores* utilizada para caracterizar esse curso *preparatório* aos estudos maiores. [...] As noções de nível “intermediário” e “preparatório”, serviram para caracterizar o posicionamento de tais estudos na estrutura educacional que estava sendo construída. (GASPARELLO, 2004, p. 55, grifo da autora).

Portanto, pensar um ensino secundário e superior no século XIX, é pensar em um currículo mais amplo que contemplava um público mais restrito (as classes dominantes) (FARIA FILHO, 2007) e que tinha como objetivo promover a entrada no ensino superior. O

⁵⁶ BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1861. (Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1837. Parte II.).

decreto de 2 de dezembro de 1837, que converte o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária – Colégio Pedro II, limitava a matrícula de alunos não pagantes “[...] até onze [...] internos e dezoito externos”. (BRASIL, 1837, p. 60). Essa determinação legal sugere que poderiam existir na instituição grupos de classes sociais nos dois tipos de matrícula disponíveis (internos e externos), apesar de um número bastante inferior, não somente pelas vagas, mas também pelos pré-requisitos gerais e específicos exigidos, como serem: “[...] órfãos pobres, filhos de professores com 10 anos de serviços no magistério, alunos pobres que se destacaram no ensino primário e, posteriormente, filhos de militares mortos na Guerra do Paraguai” (CEDOM, 2020, não paginado), e pelas condições necessárias para manter a frequência nas aulas.

O Colégio Pedro II, primeiro colégio de ensino secundário do Brasil, foi aberto em 25 de março de 1838 (LONZA, 2005). A instituição serviu de modelo nacional de ensino desse nível, influenciando nas decisões do Liceu Maranhense desde a sua criação em 1838 e permanecendo nos discursos dos documentos regionais sobre a instrução pública no período de análise da nossa pesquisa (1894-1909). Pelo caráter de inovação e referência, Pessanha e Brito (2014, p. 239) apontam que “[...] a definição do que seria o ensino secundário, então, se confundiria com a própria história da citada instituição”. Apesar disso, é válido lembrar que em razão do Ato Adicional de 1834, a administração da instrução pública (exceto do ensino superior) foi descentralizada, fator que pode ter intensificado algumas diferenças nas ações maranhenses, dada a autonomia garantida às províncias pelo poder central.

Em um estudo conceitual a partir da legislação, Pessanha e Brito (2014, p. 241) observaram que o termo *colégio* referia-se a

[...] uma modalidade específica de instrução secundária, a saber, aquela que correspondia à organização do trabalho didático da instituição modelar, ou seja, do Imperial Colégio de Pedro II. Tal fato não excluía as aulas públicas avulsas, que ainda se mantinham mesmo no Município da Corte, e foram enquadradas, pela legislação, como uma modalidade de instrução secundária. (PESSANHA; BRITO, 2014, p. 241).

Para compreender o conceito de modalidade, nos debruçamos sobre os estudos de Souza (2013). Segundo a autora a forma escolar é uma configuração histórica, um sistema com características que permitem identificar um ou outro modo de resolver problemáticas sociais distintas; especificamente, as relacionadas à escola. A forma, nesse sentido, permanece; enquanto as instituições mudam a partir desta estrutura pré-existente criando diferentes modalidades de ensino (SOUZA, 2013), como o caso do Colégio Pedro II. Nessa lógica, o fato de que o ensino secundário já fosse ofertado nas redes particulares, nos leva a refletir que,

mesmo não sendo público, uma nova forma de ensino já poderia estar em curso antes da sua consolidação e reconhecimento social por um espaço específico (PESSANHA; BRITO, 2014).

Outros diferenciais da modalidade de ensino apresentada pelos Colégios é a presença da figura de um só diretor, de professores de várias disciplinas e de alunos internos, externos e meio pensionistas (GASPARELLO, 2004). Por um lado, no Colégio Pedro II o internato passou a estabelecer uma rotina para regular as práticas escolares diárias, incluindo as saídas e entradas no estabelecimento, por isso o art. 64 enfatizara que “[...] tanto fora do Colégio, como no interior dele, os alunos não pode[ria]m desp[er] o vestuário de uniforme” (BRASIL, 1838, p. 72)⁵⁷. Por outro, o externato, mais distante do convívio em tempo integral com o aluno, visava controlar a circulação de livros e periódicos (não permitindo obras alheias às selecionadas para as aulas), as faltas e a saúde, assim como, estavam determinadas no art. 78: “[...] [que] os discípulos externos anda[ssem] vestidos decentemente” (BRASIL, 1838, p. 73).

Essas características se associam à discussão entre instrução e educação como ideais e práticas distintas; à medida em que os alunos externos receberiam apenas lições, uma instrução no sentido restrito do termo; os internos, considerando-se sua participação intensiva no colégio, também deveriam receber uma formação moral e mais geral, neste caso uma educação. (GASPARELLO, 2004). Desse modo, enquanto os alunos internos, nessa configuração de práticas muito bem definidas, se misturavam à dinâmica da escola, a ponto de torná-los mais uma peça ou um grupo representante integral desta instituição, o corpo dos externos está mais difuso em outras dinâmicas sociais diárias, estabelecendo-se uma relação menos estreita com a cultura escolar e com as regras sobre a uniformização, ainda que compartilhem todos do mesmo espaço independentemente da configuração estabelecida.

O corpo discente, principalmente dos alunos internos, tal qual o corpo militar, passa a dever ao Estado uma postura que respondesse às expectativas atribuídas ao sujeito pelo privilégio da sua ascensão imagética social, bem como a um conjunto de critérios necessários à “[...] ordem, seja ela moral, teológica, militar, também reflete objetivos da escola” (RIBEIRO, 2006, p. 105). Por esse motivo, a identificação das influências projetadas na cultura escolar e no ensino secundário do período republicano contribui para a compreensão da história do uniforme de forma mais panorâmica, buscando os segmentos sociais que, dentro das suas especificidades, montam o cenário político, cultural, e econômico e histórico que reconhecemos aqui como *escola*; afinal, “[...] o [seu] funcionamento interno, apesar de apresentar uma cultura que lhe é particular, em função das variadas práticas dos sujeitos que ocupam esses espaços,

⁵⁷ BRASIL. Regulamento n. 8 de 31 de Janeiro de 1838. Contêm os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1861. (Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1838. Parte 2).

articula-se com outras práticas culturais da sociedade” (RIBEIRO, 2012, p. 15). Por exemplo, a obrigatoriedade do uniforme escolar dentro deste espaço pode surtir efeitos que marcam a diferenciação, já que cada indivíduo ou grupo de indivíduos possuem condições e interesses particulares que atribuem ao vestuário um significado e relevância também específicos; pois, “[...] esta estratégia uniformizadora não se aplica por igual a todos os corpos [...]”. (DUSSEL, 2016, p. 81, tradução nossa).

A análise dos conflitos dos jornais selecionados para a investigação dos aspectos políticos, ficaram em evidência e foram divididos entre *argumento social e mercadológico*. Apesar disso, vale ressaltar que questões culturais e históricas são indissociáveis nesse jogo de representações, e evidentemente estão inseridas nos discursos. O *argumento social* era a ferramenta que o jornal *Pacotilha* (1880-1939) utilizava para afirmar que, embora o uniforme escolar fosse importante, sua obrigatoriedade poderia gerar uma série de problemas: 1) a anulação do direito à formação pelas famílias de baixa renda, em razão do alto custo do material; 2) ir contra à proposta do funcionamento de um externato, cujo único critério de vestir-se, ao seu ver, seria respeitar a *decência* e; 3) a diminuição da frequência dos alunos matriculados. Classificamos o argumento do *Diário do Maranhão* (1855-1911) como *mercadológico* pela sua caracterização geral, já que se declara ser dedicado ao *comércio, à lavoura e à indústria*; como também pela análise da sua estrutura. Diferente do *Pacotilha* (1880-1939), o foco não era a opinião, apesar de que em diversas passagens seja possível encontrar respostas que apontam para trocas de acusações entre jornalistas, afinal,

[...] os jornais são instrumentos e campos de lutas, [...] [com] interesses políticos e sociais que podem ser desvelados através da análise do seu discurso [...]. Não há nada de neutro na mais simples escolha encaminhada pelo jornal acerca do *que* informar, de *quando* informar, de *como* informar. (BARROS, 2019, p. 189).

O *Diário do Maranhão* (1855-1911) era um periódico onde se cumpria uma das obrigações da inspetoria: tornar públicas as decisões sobre o ensino, incluindo o uniforme. Por isso todas as informações sobre esse artefato cultural são editais, respostas a requerimentos, portarias e afins (MA. REGULAMENTO, 1894, p. 271). Por outro lado, as informações dividiam espaço com diversas propagandas de lojas de confecção, sapatarias e outras. Como explica Barros (2019, p. 183): “[...] a informação transmitida pelos jornais [...] mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos”. Por essa razão o viés de mercado se torna tão marcante, mesmo quando não há ligação explícita

entre as publicações. Sua proposta era informar e vender; logo, as soluções para problemas sociais e políticos complexos partiam, muitas vezes, da oferta para o consumo.

Neste âmbito, a escola faz parte do mercado como uma consumidora em massa de recursos que podem contribuir com a aplicação de um modelo de educação e práticas organizacionais fundamentais para que o aprendizado acontecera da melhor forma possível dentro das limitações e necessidades de um período histórico e das condições específicas da instituição, já que as discussões sobre investimentos na instrução pública, notadamente na instrução primária no século XIX, tinham como objetivo tornar a população mais favorável à governabilidade (VIDAL; SILVA, 2013; FARIA FILHO, 2007).

Para isso foram tomadas medidas que incidiram na

[...] obrigatoriedade escolar, na normatização da profissão docente e na regulamentação do cotidiano escolar; e indiretamente na associação com a Medicina, na padronização da conduta higiênica. Adicionou-se, ainda, o interesse capitalista que viu na disseminação da instituição escolar um novo nicho aberto à produção industrial. (VIDAL; SILVA, 2013, p. 22).

Para as autoras, a obrigatoriedade da educação está relacionada com as categorias “indústria escolar” e “escola como mercado”, pois a imposição de um modelo para formação de massas implicaria na “[...] aquisição de materiais escolares produzidos em série; um atraente mercado à indústria, especialmente porque respaldado por um comprador de lastro (o Estado)”. (VIDAL; SILVA, 2013, p. 22-23). Dessa forma, as condições de funcionamento de uma escola, um modelo, compõem um sistema que também é capaz de produzir novas necessidades a serem atendidas pelo comércio, com a homogeneização em larga escala de novos artefatos, como o uniforme. (VIDAL; SILVA, 2013).

Nesse sentido, explicaremos nesta seção, informações obtidas sobre a instrução pública maranhense descritas em outras fontes que ajudaram a compreender a dinâmica do seu uso perante fragmentos de representações deixadas pelos jornais sobre sua organização, problemas e sujeitos.

3.1 Se foi pedido o saiote e o calção às moças, necessariamente fez-se aquela exigência aos rapazes: contrastes do vestuário entre Liceu e Escola Normal

Alguns dos pontos que nos chamaram atenção nas notícias acerca do significado do uniforme impactam os diferentes corpos de formas singulares. Anteriormente, comentamos sobre Manduca que valorizara a indumentária mediante seu significado: a conquista de espaço,

a esperança ecoada nas palavras do seu pai, quando diz que: “o Brasil seria governado pelos negros, quer os brancos quisessem ou não”. (PACOTILHA, 1894, ed. 2, p. 1). Nesta seção, abordaremos outro aspecto cujo fragmento quase passara despercebido nas primeiras análises e que se expandiu à medida em que revelara questões importantes sobre o funcionamento da escola: as questões de gênero nas representações do uniforme liceísta.

A notícia publicada em 6 de agosto de 1895, que criticara a sugestão de criar-se um uniforme “[...] para [que] as alunas da Escola Normal [o] usa[ss]em nas suas aulas, [foi] feita por um professor de ginástica⁵⁸. (PACOTILHA, 1895, ed. 183, p. 3). Nesta notícia destaca-se que a aula era extensiva aos alunos do Liceu; logo, que as exigências do professor valeriam para ambos. Nessa perspectiva, a partir das constantes denúncias do jornal *Pacotilha* (1880-1939) sobre o mau funcionamento do Liceu Maranhense e da ambiguidade do novo uso desta indumentária, segundo o gênero e a nova prática disciplinar/ escolar, buscamos nos Anais do Congresso Legislativo do Estado, mais detalhes sobre esse externato e suas relações com outros departamentos. Os contrastes entre Liceu e Escola Normal também alertaram para nos questionarmos sobre o processo de abertura de matrículas para as alunas liceístas e sobre as características específicas do vestuário enquanto aplicação a partir da distinção de gênero; discussão que atravessa momentos marcantes da educação feminina no Brasil.

A princípio, é válido recordar o histórico do Liceu até o momento destes novos conflitos, no intuito de compreendermos as suas representações e identificarmos os valores atribuídos a esta instituição, e por consequência, aos sujeitos que dela fizeram parte. Este espaço escolar foi criado pela Lei n. 77, de 24 de julho de 1838 (CASTRO, 2009) e funcionava no pavimento térreo do Convento do Carmo. Nesse período, o presidente de Província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo declarou considerar em relatório, a falta de centralização da inspeção da instrução pública como um dos principais problemas do setor, apesar de que o Liceu por se constituir o único polo de instrução pública secundária na época, a sua fiscalização deveria efetivar-se. Nos anos posteriores a junção dessas atividades se projetou em permissões e complicações oriundas da própria configuração administrativa.

Em 1851, por exemplo, a instituição foi anexada à Biblioteca Provincial, contudo

[...] esta anexação não lhe trouxe benefícios; o descaso apenas ampliou-se e todas as pesquisas concernentes à anexação ao Liceu demonstram sua decadência e abandono. Joaquim Serra interessa-se por ela e a recupera, encaminhando projeto para o Conselho da Província, propondo a sua vinculação ao Instituto Literário Maranhense

⁵⁸ Como a notícia se inicia com a frase: “há lembranças que parecem o esquecimento”, não conseguimos identificar com precisão a data, nem o nome do professor de ginástica mencionado.

em 1866. Logo, é aceito o pedido e anexada a este Instituto, promotor da educação, criado em 1865. (PEREIRA; CASTRO; RAMOS, 2016, p. 68).

Em 1890 o Liceu foi transferido para um prédio alugado na Rua Formosa, n. 26. A compra do prédio foi realizada em 1893, como tentativa de se fixar a escola e lidar com problemáticas estruturais e organizacionais. O professor de desenho Luiz Ory⁵⁹, o mesmo que idealizou o uniforme com os alunos, foi escolhido para gerenciar o orçamento e o preparo do edifício para as aulas. (TEIXEIRA, 1899). A compra do imóvel é um marco na história institucional dessa escola, porque acompanha uma fase de grande conflito entre expectativas e frustrações que são resultantes das carências de investimentos na Instrução Pública em sentido geral, ainda que este ambiente escolar representasse um dos principais pontos de recolhimento de materiais e recursos. Nesse período, governantes em atuação como o Monsenhor Mourão, declararam estar constrangidos com as suas condições precárias e com o prejudicial que poderia ser para o bom desempenho dos alunos, uma vez que: “[...] compreende-se que entrando moços em um edifício que se ache bem organizado, decente [e] preparado, sintam certo estímulo [e] demonstrem certo acatamento [;] mas[,] um edifício esburacado só pode inspirar aos lentes e alunos desgostos e repugnância”. (MA. ANAIS, 1894, p. 71).

As más condições estruturais eram alvo de reclamações constantes, como um retrato do descaso com a instrução primária e secundária (MENDES, 2017). Um risco para a imagem das instituições públicas pelo caráter político intrínseco a esses setores. Como evidenciou Mourão, garantir uma boa imagem era (e podemos afirmar que ainda é), fundamental para viabilizar a boa recepção de imposições; logo, as representações contribuem para “[...] legitimar um projeto reformador ou para justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. (CHARTIER, 1988, p. 17). Para o Liceu Maranhense, especificamente, essa legitimação tornou-se ainda mais necessária em 1893, após ser equiparado ao plano de estudos do Ginásio Nacional, durante a gestão de Cunha Martins (SILVA, 2017). Conforme afirma Silva (2017), se Cunha Martins esteve à frente da criação do Conselho Superior de Instrução Pública, do fundo escolar e da equiparação do currículo do Liceu ao do Ginásio; Castro (2017), em seu estudo sobre a legislação produzida em relação à instrução primária, complementa que:

[...] a criação do Fundo Escolar, gerenciado pelo *Tesouro Público Maranhense*, [foi] instituído pela Lei nº. 58 de 17 de maio de 1893. O Fundo era formado pelas verbas especiais, votadas pelo Congresso Legislativo do Estado; composto de multas, emissão de documentos escolares, donativos ou legados. Essas arrecadações deveriam ser empregadas nas melhorias das escolas [...]. No entanto, encontramos fortes

⁵⁹ Naturalizado Maranhense, foi professor de desenho e diretor do Liceu. Faleceu em 11 de setembro de 1932 aos 75 anos. (O IMPARCIAL, 1932, ed. 4009).

indícios que comprovam a má aplicação desses recursos, pois, no final do século XIX e durante as primeiras décadas republicanas, faltava quase tudo nas escolas estaduais: carteiras, lousa, professores habilitados, prédios próprios. (CASTRO, 2017, p. 38, grifo do autor).

Aqui não encontramos nas leis, menção sobre a inclusão do uniforme escolar do Liceu neste fundo; apesar de que, considerando as investigações de Castro (2017), possamos deduzir que ainda que a indumentária fizesse parte dos investimentos, poderia ter sofrido as consequências da má distribuição, como acontece com outros materiais ou objetos escolares listados. Castellanos (2020) no artigo *A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista*, afirma que a ausência dos uniformes e livros na documentação são sinais das carências tanto na capital quanto no interior das províncias. No período imperial, descrições de escolas primárias mal arejadas, sujas, sem materiais básicos para as aulas como mesas, compêndios e demais utensílios; além de alunos “esfarrapados e imundos”, segundo o relatório do inspetor Casemiro Sarmiento (1840) são encontradas (CASTELLANOS, 2020). As condições do Liceu Maranhense são bem diferentes às do ensino primário, por constituir-se um espaço escolar elitizado que centralizara o ensino secundário público e servir como vitrine das ações governamentais locais na formação dos intelectuais maranhenses. Apesar disso, Furtado (2016) afirma que nos jornais estudantis da Primeira República, liceístas reclamavam das necessidades materiais na escola; mesmo com a abertura de créditos pelo Estado, já que eram suficientes para atender todas as pendências da instituição.

Os primeiros anos de República (1889-1898) representam “[...] a fase de ajustamento das antigas estruturas, aos novos mecanismos de controle da economia e à nova ordem do poder”. (CASTELLANOS, 2006, p. 7). Nessas condições a instrução pública permanece em segundo plano, uma vez que “[...] o sistema educacional adquire uma dinâmica própria que o torna mais aberto às influências externas, mas não menos vulnerável aos interesses da classe dominante”. (ANDRADE, 1984, p. 50). Nessa linha de raciocínio, observamos como o Regulamento da Instrução Pública de 1893 informara que o ensino era “[...] livre em todos os seus graus e o primário gratuito” (MA. REGULAMENTO, 1893, p. 4); ou seja, o fato de ser gratuito apenas o primário, entra em conflito com o Regulamento do Liceu Maranhense, do mesmo ano, o qual objetivara “[...] proporcionar *gratuitamente* a cultura intelectual precisa para a matrícula nos cursos superiores da República e dar a educação e instrução integrais, necessárias ao cidadão”. (MA. REGULAMENTO, 1893, p. 43, grifo nosso). Nesse período (1894), o curso do Liceu tinha duração de 7 anos e era dividido em 17 disciplinas de ciências e 21 de letras e artes. Os menores de 21 anos, só poderiam se matricular mediante requerimento dos responsáveis, contemplando-se como idade mínima os 11 anos completos. Com respeito

aos livros, todos os exemplares trabalhados seguiam as prescrições e as obras adotadas pelo Ginásio Nacional, havendo ao curso 3 séries de exames: 1) os de suficiência (sobre aquelas matérias estudadas no ano que deveriam ter continuidade no seguinte); 2) os finais (aqueles referentes às matérias concluídas no ano) e; 3) os de madureza (o exame geral no fim do curso integral). Os exames de madureza poderiam ser feitos por pessoas externas ao Liceu, mediante o pagamento de 10 mil réis e o requerimento com certificação de algum professor ou colégio particular que atestara sua aptidão para as provas; quantia que deveria ser convertida em fundo escolar.

Embora, não tenhamos conseguido identificar qual fora o sentido atribuído à expressão “proporcionar gratuitamente”, tendo em vista que a matrícula era no valor de 5\$000 réis anuais por cada aula cursada, considerando-se cara, mesmo para os padrões elitistas da época; este valor corrobora a afirmação de Lonza (2005), quando indica que as aulas no Colégio Pedro II[,] apesar de que fossem públicas, não eram gratuitas para todos “[...] só [aplicando-se] para [os] necessitados, sempre em menor número que os pagantes”. Por outro lado, nos Anais do Congresso de 1895, consta a existência de uma petição de diversos alunos da instituição que reclamaram sobre o alto custo da matrícula e solicitando que a taxa se tornasse anual, independentemente da quantidade de disciplinas que se desejasse cursar. (MA. ANAIS, 1895). A petição teve resultado. No mesmo ano, dia 8 de abril de 1895, se publicara na lei n. 102⁶⁰, que se expandiam os direitos dos alunos: mesmo que a taxa fosse mantida; o discente passara a ser livre para se matricular em quantas disciplinas quisesse. (MA. LEI N. 102, 1895).

Neste sentido, acreditamos que o aspecto público e “gratuito” se refere ao fato de contarem com os investimentos do Estado, tendo os custos reduzidos se comparados aos benefícios cobertos pelas matrículas nas escolas secundárias particulares; privilégios que foram intensificados após a equiparação ao Ginásio Nacional, o local onde a matrícula de alunos externos em 1890 custava 24\$000 réis (SANTOS; ANDRADE, 2016). Para ter uma noção comparativa entre o Liceu e o ensino particular maranhense, trouxemos como exemplo dois anunciantes: o Colégio S. Luiz e o professor Marianno Leda. O Colégio S. Luiz prometia fornecer educação (baseada na moral cristã) e a instrução primária e secundária pautando a matrícula em diferentes valores: um aluno secundário interno custava 35\$000 réis; o semi-interno 30\$000 e; o externo 5\$000 cada aula, para os custavam 12\$000 que custavam as aulas

⁶⁰ MARANHÃO. Coleção de Leis do Estado do Maranhão de 1895. Lei n. 102 de 8 de abril de 1895. Estabelece a taxa de cinco mil réis anuais para cada matrícula ou inscrição no Liceu Maranhense. Maranhão: [s. n]: 1895. p. 14. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150831144040.pdf. Acesso em 05 jul. 2022.

avulsas que cobria os custos do almoço⁶¹. Nessa lógica, o professor Marianno Leda oferecia aulas particulares no valor de 5\$000 réis⁶²; logo, os alunos externos da rede privada pagavam em média o valor cobrado no Liceu Maranhense, lhe acrescentando os custos de outros materiais necessários para as aulas.

O diferencial vendido no ensino secundário público era de ser um curso integral de letras e ciências baseado no Plano do Ginásio Nacional, um corpo docente composto por “[...] intelectuais, militares, juristas, médicos e outros” (MENDES, 2017, p. 47); como premiação ganhada, a promessa sedutora de vislumbrar em seus alunos, futuros cargos públicos que desejassem disputar como prioridade e/ ou uma carreira acadêmica promissora no país ou no exterior. Para Oliveira (2010, p. 297-298) “[...] ao longo de sua história, o Liceu Maranhense sempre se destacou frente a outros colégios; pois, além do rígido sistema disciplinar oferecia aos alunos uma invejável grade curricular”. Enfim, esse rígido sistema pode ter contribuído com o *status* dos alunos, pois intensificava-se a credibilidade sobre os conhecimentos adquiridos por seus formandos; embora também fosse um campo de trabalho desejado pelos docentes na visão de Silva (2011, p. 98):

Com a desvalorização do magistério primário, muitos homens preferiam exercer suas atividades de docência nas escolas de nível secundário, como o Liceu Maranhense, porque pagavam melhores salários, ofereciam condições satisfatórias de trabalho e maior reconhecimento perante à sociedade, além da possibilidade de concorrer às vagas de professores nas escolas particulares.

Portanto, a chance de fazer parte da elite intelectual maranhense inspirava a professores em atuação e à juventude e suas respectivas famílias a dedicarem todos os esforços possíveis para investir na instituição específica. Além do alto custo da matrícula, o fato de ser a única escola pública de ensino secundário tornava seus alunos um grupo ainda mais restrito (MENDES, 2017). Para Ribeiro (2006) a instituição seguia padrões educacionais distantes da realidade maranhense e sem conexão com a formação primária. Essas diferenças entre o primário e o secundário marcam bem o lugar social esperado de cada um. Se com a virada da República era necessário dotar o povo das habilidades mínimas (ler, escrever e contar no ensino primário) para a boa aceitação das novas imposições requeridas pela pátria, para garantir o quantitativo de votos e por intermédio da submissão às autoridades (SILVA, 2011); por outro lado, o ensino secundário ocupava o papel de formar as novas autoridades (em sua maioria das elites) para manter a ordem seja pela imprensa (jornalistas) e pelo Estado (políticos), seja pela

⁶¹ PACOTILHA: Jornal da Tarde. 6 de jan. de 1893, ed. 5. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1893. 4 p.

⁶² PACOTILHA: Jornal da Tarde. de jun. de 1893, ed. 133. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1893. 4 p.

educação (docentes, diretores e demais funcionários) ou por quaisquer outros ambientes de influência onde os novos intelectuais em formação escolhessem atuar.

Destarte, Faria Filho (2007) explica que no século XIX a instrução primária buscava:

[...] generalizar os rudimentos do saber, ler, escrever e contar, não se imaginando, por outro lado, uma relação estreita dessa escola com outros níveis de instrução: o secundário e o superior. Nessa perspectiva, pode-se afirmar, como muitos faziam à época, que, para a elite brasileira, a escola para os pobres, mesmo em se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras. (FARIA FILHO, 2007, p. 136).

No Maranhão a obrigatoriedade do ensino primário representa a preocupação em garantir a ordem e o bom funcionamento de outras instituições, como o Liceu:

Grande é o nosso atraso nesta matéria donde depende o progresso real do povo, e parece mesmo que o Maranhão vai retrogradando no ensino público. Nos tempos coloniais havia grande número de escolas e colégios florescentes, e atualmente nos achamos reduzidos a escolas primárias mal servidas e a um Liceu que precisa de animação [...]. De nada valeria a criação de Liceus e Academias, onde o ensino primário não fosse realidade (MA, ANAIS. 1895, p. 101).

Na prática o discurso e as decisões tomadas não se estabilizavam dadas as condições socioeconômicas do Estado e outras problemáticas que impediam a continuidade das ações: “[...] a crise econômica que se abateu sobre o Estado, repercut[ui] sobre o sistema educacional prejudicando a sua consolidação e dificultando ainda mais a sua expansão”. (ANDRADE, 1984, p. 53). Em fevereiro de 1895, o Congresso do Estado do Maranhão discutiu a necessidade de melhorias na instrução pública, haja vista a carência de resultados, a falta de incentivos aos professores normalistas e enfatizou-se sobre a obrigatoriedade do ensino primário. De acordo com os estudos de Silva (2015) as ações fizeram parte de um período em que pelo menos 5 leis do ensino primário foram editadas (1890-1900):

Quadro 17 – Oscilações da obrigatoriedade no ensino primário

Reforma José Tomaz de Porciúncula (1890)	Gratuidade, facultatividade e liberdade do ensino; dividido em primário, secundário, técnico ou profissional.
Reforma Lourenço de Sá (1891)	Ensino primário livre, laico, gratuito e obrigatório .
Reforma Cunha Martins (1893)	Ensino primário facultativo .
Reforma Benedito Leite (1895)	Ensino primário obrigatório , exceto para pessoas com doenças contagiosas, deficientes ou indígenas.
Regulamento da Instrução Pública (1896)	Dispositivo legal para auxiliar no cumprimento da Reforma Benedito Leite (1895).

Fonte: Silva (2015, p. 46).

Ao que parece as oscilações decisórias tinham como objetivo fixar as reformas anteriores ou novas e representavam o início de uma tentativa de sistematização do Ensino Público Primário Maranhense (SILVA, 2011). Assim, conseguimos inferir pelas declarações dos autores que abordam a instrução primária no Império e na República⁶³, que variações entre obrigatoriedade e facultatividade do ensino são reflexos das tentativas de implantação de uma regularidade entrando em conflito com a precariedade do ensino no Estado e com a instabilidade da gestão pública, visível desde o nome das reformas, que mudam a medida em que mudavam seus representantes. O mesmo ocorre em relação ao ensino secundário. Diferente do ensino primário, a obrigatoriedade analisada no Liceu Maranhense é exclusivamente sobre o uniforme; afinal, o ensino secundário não era obrigatório. Ainda assim, a instabilidade do artefato tem direta relação com a matrícula e as condições que os alunos precisavam garantir para se manter nas aulas. Nessa dinâmica, muitas respostas foram encontradas a partir da compreensão da diferença entre ambos os níveis de ensino; oscilações que também acontecem com a obrigatoriedade da indumentária liceísta e marcam um período de instabilidade em diversos setores do ensino público.

Nos discursos da Assembleia encontramos opiniões divergentes em relação ao dever pela formação dos alunos primários. Seria função do Estado ou da família? De um lado, apoiadores da obrigatoriedade como Virgílio Domingues (2º secretário), defendiam a ideia de que a educação era benéfica ao Estado e tinha que ser entendida como direito do cidadão; logo, era dever do Estado assegurar o acesso à educação moral e intelectual por intermédio de lei obrigatória, para que o indivíduo tivesse as mínimas condições de subsistência pela formação para o trabalho. Ideia que condiz com a instrução primária vista como estratégia civilizatória fundamental para a existência do Estado e da Nação (FARIA FILHO, 2007). Do outro o Monsenhor Mourão defendera que a responsabilidade do ensino era, em primeiro lugar, papel da família; logo, entraria em vigor a aplicação da liberdade ou do *ensino livre* citado no Regulamento de 1893. Na opinião de Mourão, os pais deveriam ser livres para decidirem a escola mais adequada para os filhos ou, caso preferissem, as aulas seriam dadas pela própria família. Somente em casos de negligência da atuação destes, seria dever do Estado interferir:

⁶³ Ver: *As casas de ensino do Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912)* e *A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)* de Silva (2017; 2011, respectivamente); *A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista* de Castellanos (2020); *A cultura administrativa e a sua influência na instrução pública primária no Maranhão império (1843-1870)* de Farias (2020); e *Childhood of the artificer apprentices in Maranhão Empire (1841-/1889)* na *Paedagogica Historica*, (2022).

Se porventura um pai habilitado quise[sse] ocupar-se ele mesmo da instrução de seus filhos dentro da própria casa, est[ava] em seu direito e respeita-se a autoridade paterna e para tirar a prova ir[iam] as autoridades do ensino à residência dele autenticar a realidade da instrução que recebem as crianças. Com todas estas cautelas crei[a] que o projeto não coag[iria] a liberdade senão daqueles que não quer[ia]m aprender, que querem viver na ignorância e o Estado t[inha] o dever de amparar as crianças contra a negligência dos pais. (MA. ANAIS, 1895, p. 106).

Enquanto essas reflexões são discutidas na Assembleia, Silva (2011) comenta que a instrução pública primária, principalmente no interior do Estado, estava abandonada. Faltavam desde o prédio e a mobília, até docentes habilitados. Muitas vezes as aulas eram realizadas na casa dos professores ou em outros locais totalmente inapropriados, havendo um severo distanciamento entre os discursos e as reais urgências a serem resolvidas. Assim, em 1895, foi implementada a Lei n. 119 de 2 de maio, que reorganizara a instrução pública do Estado, a qual previa ajustes salariais e outros direitos de professores normalistas primários, além de estreitar relação de dependência entre profissional e aluno, pois o registro da frequência de ambos era um fator determinante para a permanência das aulas e, por consequência, do cargo dos docentes. Entretanto,

[...] muitas destas disposições não foram cumpridas, como por exemplo, o envio das listas de matrícula e frequência dos alunos, como dito anteriormente, sem elas ficava muito difícil verificar o número de matriculados e de evadidos. Fato que levou aos órgãos competentes estabelecerem penalidades para aqueles professores que não enviassem os relatórios mensais para serem avaliados pela Secretaria de Instrução Pública. (SILVA, 2011, p. 92).

A instrução primária se tornou obrigatória para todo menor de 8 a 12 anos, podendo ser realizada na casa da família, do protetor ou tutor do menor, nas escolas particulares, municipais e do Estado. As únicas exceções à obrigatoriedade eram para casos de “[...] incapacidade física ou mental [...], moléstia contagiosa [...], ou [por] for tão indigente que não [tivesse] meios de preparar-se para frequentar a aula ainda pelo modo mais modesto”. (MA. LEI, 1895, p. 40). Silva (2015) explica que desde o período imperial os modos de vestir contribuíam para a exclusão de pessoas em espaços como a Biblioteca Pública. Modos como:

[...] portar roupas limpas e adequadas. Essa adequação se referia ao terno, gravata, bengala e cartola para os homens; e no caso das mulheres, quando estas pudessem ir a esse espaço que era público, teriam que se apresentar com vestidos rendados, com babados, chapéus e sapatos, condições que apenas uma parcela da população poderia satisfazer. (SILVA, 2015, p. 37).

Esse trecho evidencia como a privação de meios básicos de preparo do aluno (asseio, vestimenta e outros) foram determinantes na definição dos lugares sociais por onde se circulava e se interagia. Nesse ponto de vista, há menção recorrente do Estado preocupar-se mais quanto

ao preparo desse “modo mais modesto”, que em referência à instrução secundária; portanto, é provável que essa ação fosse diretamente exigida aos responsáveis e não ao Estado. Em outras palavras, segundo os registros, as políticas públicas de preparo do aluno são mais concentradas no ensino primário como função instituída em lei para o Estado, que para o secundário, que desde a matrícula até os materiais de ordem pessoal, parecem ser de inteira de responsabilidade de particulares, seja do aluno, seja de seus familiares. De acordo com Ribeiro e Silva (2012), durante o século XIX, o discurso higienista ganhou força e passou a orientar diversas decisões sobre o corpo e sua regulação “[...] combinando questões urbanísticas, ecológicas, morais, políticas e de formação de consumidor [...]”. (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 579). Em contraponto, no Maranhão, até o início do século XX “[...] condições salubres de água, luz e esgoto eram raros, contribuindo para a frequente infestação por doenças contagiosas” (SILVA, 2011, p. 79). Logo, nem todas as crianças tinham as condições consideradas básicas para frequentar as aulas, muito menos almejar entrar no ensino secundário ou superior. O acesso à higiene e à saúde eram privilégios. Não entanto, os grupos escolares bem estruturados a partir de 1904, que aplicavam noções de higiene e tinham, dentre diversas outras materialidades, a adoção do uniforme “[...] eram defendidos e aceitos por toda a comunidade maranhense como símbolos que faziam com que essa escola fosse considerada superior às demais, mesmo que elas apresentassem a mesma modalidade de ensino”. (SILVA, 2011, p. 147).

Recordamos a passagem do jornal *Pacotilha* (1880-1939) que citava a prática de vestir-se com *decência*⁶⁴, já em curso, como a única exigência válida a ser aplicada naquelas circunstâncias: o Liceu ser um externato, a obrigatoriedade ser imposta no meio do período letivo e com curto prazo de adequação. A entrada no ensino secundário dependia de condições muito mais restritivas que o primário pelo propósito lançado em cada um desses lugares. Logo, com a produção dos uniformes, entraria em vigor a imagem do Liceu como uma instituição com os melhores alunos: bem vestidos, limpos e saudáveis, compatíveis com a sociedade idealizada pelas normas higienistas “[...] limpa, ordenada, sã e, enfim, civilizada, já que a roupa/uniforme esculpe uma conduta e reflete uma dada organização social”. (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 582).

Não encontramos dados sobre a possibilidade de receber alunos gratuitos no ensino secundário maranhense na Primeira República, como informado na documentação do Ginásio. Por esse motivo, nossa hipótese é de que quando o jornal *Pacotilha* (1880-1939) menciona

⁶⁴ PACOTILHA: Jornal da Tarde. Publicado em 30 de maio de 1894, ano XIV, n. 127. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1894. 4 p.

filhos de famílias pobres como argumento contra a obrigatoriedade do uniforme escolar, se refira a um grupo composto por sujeitos que utilizavam táticas particulares⁶⁵ para manter seus filhos nas aulas pela promessa de ascensão social. O uso das táticas visa converter o sistema em favorecimento aos que são prejudicados por ele, pois, “[...] as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (CERTEAU, 1998, p. 102).

Vânia Mondego Ribeiro (2006) constatara que os intelectuais formados no Liceu, ao conquistarem acesso aos cargos de poder na máquina administrativa, fortaleciam a manutenção da estrutura política do Estado. Ao mesmo tempo, pelo discurso dos amigos e do pai de *Manduca* no relato de memória, entendemos que a procura pelo ensino secundário possa estar centrada também na intenção de alterar a ordem vigente; logo garantir a matrícula pelos mais variados meios, possibilitaria ao indivíduo utilizar sua voz adquirida nesse espaço e sua posição no enredo social para moldá-lo. Estar inserido nos processos decisórios tem maiores chances de alterar suas definições, seja por interesses pessoais ou por objetivos coletivos:

Era aí o Cenáculo da Sabedoria, dizia ele, pois devido à sua estudada brandura, quase todos os colegas frequentavam-lhe a casa. Abordavam-se os assuntos do dia, a política, o descalabro do país e, cada qual prometia, ‘se algum dia fosse bacharel e galgasse o poder’, instituir uma reforma radical na administração pública. A república era muito jovem e servida ainda por vilões monárquicos, sentenciava o Manduca, com o fecho daquelas sessões. (PACOTILHA, ed. 2, 1904, p. 1).

O trecho expõe a dedicação de Manduca e a certeza, dele e de seus colegas, de que a formação lhes daria poderes para alterar o sistema imperante e moldar a *jovem República* num novo ideal, assim imprensa já cumpria papel fundamental na exposição desses pensamentos

[...] abrindo as portas para que os alunos e as escolas adotassem modos de exporem as opiniões num espaço e tempo e tivessem a oportunidade de conhecer, comparar e escolher as mais variadas concepções científicas e políticas que se inseriam em cada grupo defensor daquele ponto de vista específico e, conseqüentemente estarem representados no contexto sociocultural. (FURTADO, 2016, p. 39).

Para entender as críticas sobre a instituição – quer sejam por disputas pessoais ou de alunos, é preciso expor o quadro organizacional do Liceu. Em 1894, no mesmo prédio comprado para o Liceu Maranhense funcionavam também a Secretaria da Instrução Pública

⁶⁵ Segundo o Jornal Pacotilha (1889-1930), por motivos especiais (não explicitados), a qualidade das roupas dos alunos depende de um determinado estabelecimento onde os pais têm crédito. (PACOTILHA, 1894, ed. 127, p. 2).

(das 9:00 às 14:00) e a Escola Normal (das 7:00 às 14:00) (ANAIS. MA, 1894)⁶⁶. Instituições que dividiam não apenas o espaço físico, mas também uma série de atribuições. Anualmente o Conselho Superior de Instrução Pública⁶⁷, definia a distribuição do orçamento para a Instrução, dentre outras decisões administrativas relacionadas a docentes e discentes das escolas primárias, Liceu e Escola Normal. Sendo assim, cabia à Secretaria⁶⁸ o cumprimento das ordens do Conselho, direção do ensino e garantia do bom andamento das aulas do Liceu e da Escola Normal trabalhando em conjunto com a Inspeção. (MA, ANAIS, 1894). Era comum que um mesmo professor atuasse no Liceu, na Escola Normal, no Conselho Superior da Instrução Pública e em outros cargos, notadamente na política. Ribeiro (2006) afirma que o acúmulo de funções no período imperial pode ter prejudicado o exercício qualitativo da docência; do leque de oportunidades e favorecimentos que a administração pública abria para quem tinha acesso a uma formação intelectual mais abrangente do que a disponível para a maioria da população. Público elitizado que mantinha em funcionamento as dinâmicas de poder instauradas, não sendo tão simples alterá-lo quanto sonhara Manduca.

Essa configuração onde um profissional é influente em diversos campos possibilita duas vias opostas, por um lado, pode barrar qualquer movimentação dos alunos, por outro, pode ampliar a voz dos discentes no Conselho, na imprensa, na política. Por esse motivo a escola se insere na imprensa como um setor fértil de discussão, tentando se comunicar com os familiares, a sociedade em geral e vice-versa. A crítica à hipótese da criação de um vestuário para as aulas de ginástica⁶⁹ da Escola Normal, disciplina comum com o Liceu Maranhense, feita pelo jornal *Pacotilha* (1880-1939) em 1895, é um sintoma de questões muito mais profundas, aspectos sociais e culturais relacionados às diferenças de gênero, comumente encontradas em fragmentos dos mais variados discursos, sejam eles comerciais, educacionais, legais ou outros. Como pincelamos acerca da temática na seção 2.3⁷⁰, na concepção do jornal, a inadequação se baseava na péssima impressão que a roupa causaria: para os liceístas, a ridicularização; para as normalistas, a desmoralização. Ainda assim, o crítico esclarece: “[...] a culpa, porém, não é do mestre; é de quem nomeou e mais que tudo quem tornou a aula extensiva [à] Escola Normal.

⁶⁶ A Secretaria da Instrução Pública tinha como função organizar, dirigir e fiscalizar o ensino no Estado. A Escola Normal tinha como objetivo formar professores (as) normalistas para dar aulas no ensino primário. O Liceu Maranhense (aberto das 9:00 às 14:00), por sua vez, tinha como propósito a formação de Bacharéis de Letras e Ciências e foi equiparado ao Ginásio Nacional pela lei n. 56 de maio de 1893. Segundo o Relatório de 1900, o Liceu Maranhense foi separado da Escola Normal pelo Decreto n. 1 de 11 de abril de 1899 (MA. MENSAGEM, 1900). Posteriormente foi separado da Instrução Pública, pela Lei 232 de 5 de março de 1900. (MA. LEI, 1900).

⁶⁷ Formado por professores do Liceu, da Escola Normal e do Ensino Primário do Maranhão.

⁶⁸ Formada por 1 Diretor; 1 Oficial; 1 Amanuense; 1 Porteiro (além de abrir e fechar o prédio, cuidava da guarda dos objetos escolares e da manutenção asseio da instituição); 1 Prefeito; 1 Servente.

⁶⁹ A indumentária é descrita como: roupas de meia; saiote e calção. (PACOTILHA, 1895, ed. 183, p. 3).

⁷⁰ Título: O contexto e os impactos da obrigatoriedade do uniforme segundo a opinião do jornal *Pacotilha*.

As alunas declararam *una voce* que não satisfariam a exigência: preferiam deixar a Escola a se exibirem como dançarinas”. (PACOTILHA, 1895, ed. 183, p. 3, grifo do autor). Em suas linhas finais deixa a seguinte pergunta: “[...] se os rapazes forem obrigados às calças de meia, em que fica a ordem de serem admitidos nas aulas do Liceu unicamente os alunos que se apresentarem com o uniforme Casimiro?” (PACOTILHA, 1895, ed. 183, p. 3).

Retornamos a essas interrogações sob um olhar complementar nesta seção; não mais destinado à descrição de opinião da imprensa, mas com um escopo maior sobre as representações da educação a partir do uniforme escolar para profissionais distintos desde sua formação histórica. Seguindo os estudos de Pesavento (2012) entendemos que a noção de pertencimento só pode ser compreendida a partir da identidade:

[...] uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro. (PESAVENTO, 2012, p. 89-90).

Se a identidade é o aspecto basilar para construção do pertencimento, precisamos, em primeiro lugar encontrar o “eu” do uniforme do Liceu. Quem é determinante, quem predomina, quem se coloca frente a esse “outro”, o estrangeiro que está à margem dessa relação decisória e por quê. Por esses vazios, a presença das normalistas no mesmo prédio do Liceu nos colocou, enquanto pesquisadores, em uma via dupla de investigações: por uma, emergem as problemáticas da instrução primária e as representações sociais da formação docente; por outro, a fonte oculta as liceístas: quando são matriculadas? Em que circunstâncias? O uniforme se modifica? A obrigatoriedade se mantém? As alunas, sejam elas normalistas ou liceístas, se encontram no universo das perspectivas sobre a educação feminina na sociedade maranhense manifestadas nas formas de vestir.

Separada do Liceu pelo decreto n. 1 de 11 de abril de 1899, a Escola Normal passou a receber auxílios de 1.000\$000 do Estado para serem entregues a até 10 alunos pobres com residência no interior (Lei n. 226 de 15 de abril de 1899). Segundo o discurso do senador Benedito Pereira Leite, a medida foi necessária pois a escola, concentrada na capital, acabava não atendendo ao público maranhense em geral. Portanto, mesmo com a entrada gratuita, candidatos do interior não poderiam se manter na capital até a conclusão do curso para ocupar cargos disponíveis nas suas regiões; isto é, a centralização da escola acabaria não formando profissionais, nem progredindo tanto quanto esperado:

[...] ano passado, promovi a separação da Escola Normal do Liceu, afim de que melhore o curso daquela Escola tomando maior desenvolvimento e seja o ensino nesse estabelecimento ministrado com mais aproveitamento. Sendo os professores da Escola Normal os mesmos do Liceu, poderão dispor do tempo necessário para o estudo que são obrigados a fazer afim de se prepararem convenientemente para o ensino das matérias que lhes são confiadas. (DISCURSO DE BENEDITO PERREIRA LEITE, NOS ANAIS DE 1899, NÃO PAGINADO).

Porém, segundo o relatório da Diretoria da Escola Normal assinado pelo Diretor Antonio Baptista Barbosa de Godóis em 30 de dezembro de 1900⁷¹, a medida não obteve os resultados esperados. Apenas 2 alunos se candidataram ao benefício: Thucydides Barbosa e D. Lucia Ferreira Lima. Thucydides voltou para o interior sob a justificativa de estar doente e Lucia Lima não prestou os exames de todas as disciplinas do 1.º ano. De acordo com relatório, o auxílio não fora suficiente para atrair mais inscritos por questões sociais que podem ajudar a compreender algumas perspectivas de gênero da sociedade maranhense republicana:

Tão reduzido número de pedidos dessa vantagem, quando outro era o resultado com que se deveria contar, não deixa de impressionar desagradavelmente, embora pela pequena duração de um biênio que tem a lei que a estabelece, não haja motivo ainda para se descrever da eficácia dessa medida. A reforma do magistério no interior do Estado, por um pessoal mais esclarecido, convicto da excelência dos modernos processos de ensino, é um problema que em meu entender se vincula intimamente ao aproveitamento daquele benefício, não só por causa da falta de recursos de muitos indivíduos ali residentes, que desejassem mandar seus filhos seguir o curso da Escola Normal para se dedicarem ao magistério nos lugares de sua moradia, ou onde tenham parentes, como pela explicável *resistência dos pais de família, estabelecidos na capital, em consentirem que suas filhas deles se separem para ir exercer o professorado n'outra parte. Não querendo, não devendo e não podendo viver dos vencimentos das filhas, como professoras [...] se recusam a deixá-las partir, não julgando conveniente que elas desacompanhadas dos seus parentes, fixem domicílio em qualquer outra localidade.* (MA. MENSAGEM, 1901, p. 8, grifo nosso).

Portanto, na perspectiva do redator do relatório, a função do magistério ainda ocupava lugar secundário nas atribuições impostas à mulher republicana, que em primeiro lugar, era filha de alguém, pertencente a uma família. Além disso, se a remuneração não era atrativa o suficiente para ultrapassar as barreiras morais, muito menos garantiria que a futura profissional conseguisse se manter e contribuir com terceiros o bastante para assumir os riscos da separação parental. Ainda assim, contornando esses supostos julgamentos,

Quando não dispunham dos pais para a continuidade dos estudos, o recurso era a casa de parentes, padrinhos, conhecidos. Como seria essa convivência? Com o passar do tempo, outros meios de moradia foram sendo postos em prática, revelando que a necessidade e vontade de buscar instrução, distante do domicílio dos pais foi vencendo embargos. A possibilidade de habitar em pensões familiares se abre, mais tarde, para

⁷¹ Publicado na Mensagem apresentada ao governo do Estado pelo Dr. João Gualberto Torreão da Costa em 13 de fevereiro de 1901.

muitas mulheres que queriam prosseguir nos estudos [...].(TOURINHO; MOTA, 2012, p. 131).

Segundo o relatório de 1901, nos seus anos iniciais a função da formação age em movimento contrário ao que se era esperado do corpo feminino. Além disso, a pouca aceitação social do *ser professora* desvinculada das concepções sobre o *ser mulher* até a República⁷² dificultou não somente a sua inserção na Escola Normal, mas também promoveu o afastamento dos homens da profissão, pela ideia de que lecionar seria um exercício tipicamente feminino associado ao *cuidar*:

Conquanto se manifesta a utilidade daí resulte por ficarem dotadas de uma instrução sólida essas futuras mães de família, não é esse o fim da Escola Normal [...], destinada ao preparo dos professores primários. Externo-me por esse modo, porque a experiência *demonstra a negação que há na capital no sexo masculino para o mister do professor primário atestada no fato de não ter ainda concluído nem chegado a ano superior do curso desta Escola um único representante desse sexo.* (MA. MENSAGEM, 1901, p. 9, grifo nosso).

A Escola Normal, enquanto formadora de uma massa representada primordialmente por mulheres por concepções socialmente criadas sobre a docência, dentro dessa série de questões morais da época, também desenha uma prática sobre o vestuário muito particular se comparada ao Liceu, até o momento composto apenas por rapazes. Portanto, para as alunas normalistas, construir uma imagem sobre *ser normalista* também atravessava o uniforme de uma maneira muito particular, pois, “[...] esta distinção fazia parte de um conjunto de símbolos que tinha como objetivo principal projetar o ser normalista em um dado meio social, construindo princípios de diferenciação e espaçamento fundamentais para a existência deste novo sujeito”. (TOURINHO; MOTA, 2012, p. 126).

Como comentamos na seção 2.3⁷³, na dinâmica desta escola as alunas também atuavam como agentes de produção e, isso pode ser confirmado neste mesmo relatório. As alunas prepararam na aula de *Prendas femininas*, com material adquirido no comércio local, blusas apropriadas para as aulas de Ginástica para que a disciplina fosse executada “[...] com mais facilidade”. (MA. MENSAGEM, 1901, p. 21). Para preservação das blusas, foi utilizado como vestuário um compartimento que estava vago por não ventilar nem ter luz o suficiente: “Nele fiz colocar cabides, tanto para as blusas, como para os chapéus das alunas, evitando assim que fossem esses objetos postos sobre as bancadas, donde facilmente poderiam cair no chão e se estragar em pouco tempo”. (MA. MENSAGEM, 1901, p. 21).

⁷² Como sinônimo de quem deve priorizar o papel de ser esposa e mãe.

⁷³ Título: O contexto e os impactos da obrigatoriedade do uniforme segundo a opinião do jornal *Pacotilha*

Nesse sentido, fatores primordiais da primeira fase do Liceu e da Escola Normal são aqui expostos: 1) no critério da *decência* estão inseridas as condições básicas de higiene e formalidades de vestir-se, características estas que definem o lugar social dos sujeitos desde a infância, incluindo seu acesso à educação; 2) até 1900 não há indícios de alunas matriculadas no Liceu Maranhense, contudo, ao funcionar concomitante à Escola Normal até 1899, as diferenças de gênero apontam para uma avaliação distinta sobre a produção e o uso de uniformes masculinos e femininos que pode contribuir para compreender o processo de inserção de alunas no Liceu e de como a admissão altera o tipo de *decência* que se espera destas alunas via artefato da cultura material escolar: novos sujeitos e novas práticas em função de um mesmo objeto. Sinais da exumação da pluralidade de usos de um mesmo texto (NUNES; CARVALHO, 2005). Mudam os corpos, os moldes e as formações sociais que traduzem os sentidos do vestir. Dessa forma, apresentamos na próxima seção as mudanças de algumas dinâmicas do Liceu Maranhense e de seus reflexos em anos posteriores.

3.2 Das petições iniciais às transformações do Liceu Maranhense: mudanças do uniforme no decorrer dos anos

Segundo os jornais, a primeira solicitação do uniforme realizada verbalmente em 1894 por um grupo de alunos com apoio do professor de desenho para a confecção do modelo padrão tinha como justificativa garantir a identificação para que fossem protegidos dos constrangimentos impetrados pelo recrutamento; prática forçada que se cita em inúmeras publicações. Período em que a Revolução Federalista (1893-1895) estava em curso uma luta armada que ocorria no Sul do país e os jornais denunciavam em diversas regiões a invasão de residências e captura de pessoas para o serviço militar forçado.

Nessa lógica, o Jornal paraense *Democrata* (1890-1893) classifica essa prática como *caçada humana* pelo nível de violência aplicado às vítimas do processo, em sua maioria pessoas de baixa renda, em condições de vulnerabilidade social. No caso denunciado, um homem (19 - 20 anos) e uma criança (11 - 12 anos) teriam sido levados para embarcar como recrutas em um vapor do Arsenal da Marinha (O DEMOCRATA, 1893, p. 1)⁷⁴. No Maranhão, o jornal *Pacotilha* (1880-1939) em uma nota intitulada *Arbitrariedades policiais* comenta: “corresponde conseqüentemente a um mero luxo de tirania esse recrutamento de crianças, que furta [à] sociedade civil meninos que nela poderiam mais tarde exercer funções em que fossem

⁷⁴ O DEMOCRATA: Orgam do Partido Republicano Democrático. Recrutamento e perseguições. Publicado em 2 de fevereiro de 1893. Ano IV, ed. 27. Belém: [s.n.], 1893.

mais úteis a si e a suas famílias, do que no serviço militar”. (MA. Pacotilha, 1893, ed. 131, p. 2)⁷⁵. No *Diário do Maranhão* (1855-1911), em 1894, negava-se o recrutamento forçado, tratado como um boato:

A notícia espalhada anteontem de que na tarde e noite desse dia seria feito o recrutamento para serem transportados no vapor "Marte" os recrutados, fez com que a cidade ficasse, permita se a forma de dizer, quase deserta. Dominou a classe operária e artística um tal terror, que se retraíram evitando reuniões e diversões, sendo certo que as famílias e moços empregados causou não menor receio o boato, a ponto de evitarem sair, sendo até deliberado pelo artista Avila deixar de dar espetáculo anunciado, por não contar com concorrência. Nada, porém, houve. (DIÁRIO DO MA, ed. 6316, 1894, p. 3)⁷⁶.

Apesar de negar o recrutamento, a citação retrata o medo da população e possibilita compreender o desejo dos alunos liceístas de serem poupados desse tipo de situação ao estarem a caminho da escola ou em qualquer outra circunstância que se sentissem expostos, inclusive dentro das próprias casas. A notícia do *Pacotilha* (1880-1939) que cita o argumento dos discentes (PACOTILHA, 1894, ed. 128, p. 3), afirma que um dos alunos do Liceu já teria sido vítima do recrutamento, intensificando a necessidade do uniforme. Nesse sentido, o uniforme simboliza para os alunos um distintivo que contribuiria para sua segurança. O objeto cumpre o papel descrito por Dussel (2016): ao mesmo tempo em que padroniza – enquanto corpo discente do Liceu, distingue do resto da comunidade externa a escola, exposta aos riscos do recrutamento por não conseguirem comprovar seu pertencimento a alguma ocupação capaz de livrá-los da abordagem militar violenta. A indumentária nesse caso tem o “[...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 1989, p. 14). Sem ignorar os interesses da imprensa, podemos considerar que o texto também colaborava com as críticas ao recrutamento, ao mesmo tempo em que reforçava a desaprovação à *obrigatoriedade* do uniforme escolar.

A princípio o uniforme surgiu em dois modelos⁷⁷. Entendendo esse panorama social, contrariando a ideia do *Pacotilha* (1880-1939) de que o artefato prejudicaria os alunos mais pobres do Liceu, ele poderia, apesar dos custos, valer ainda mais simbolicamente para este grupo do que para outros. Sendo assim, não conseguimos prever se a comissão de alunos que

⁷⁵ PACOTILHA: jornal da tarde. Publicado em 3 de junho de 1893. Ano XIII, ed. 131. Maranhão: Tipografia da Pacotilha, 1893. 4 p.

⁷⁶ DIÁRIO DO MARANHÃO: jornal do comércio, lavoura e indústria. Publicado em 24 de setembro de 1894. Ano XXV, ed. 6316. Maranhão: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs p. 3. 4 p.

⁷⁷ Modelo nº 1 era o mais barato, de brim pardo com alamares e botões amarelos; o Modelo nº 2, mais caro, continha uma blusa parda de botões pretos, um bonet de aba verniz luzido com um círculo na frente com um livro bordado em ouro, “emblema dos estudiosos”. (PACOTILHA, ed. 2, 1904, p. 1).

emitiu verbalmente o desejo pelo uniforme seja composta por um grupo de uma classe social específica. O valor financeiro e simbólico da indumentária contém pesos que ultrapassam o reconhecimento pelo caráter intelectual, o uniforme torna-se um elemento de segurança para os familiares, principalmente pelos mais afetados pelo recrutamento. Pierre Bourdieu (1989) explica que a força do poder do simbólico reside na relação entre quem impõe e quem está sujeito à imposição “[...] na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*” (BOURDIEU, 1989, p. 14-15). Logo, os discentes tinham como propósito comunicar aos recrutadores que tinham os valores morais, disciplinares do Liceu e um objetivo futuro traçado pela instituição; silenciosa troca de informações que poderia definir um tratamento diferenciado entre dois grupos que ocupavam lugares de poder simbólico reconhecido na capital. Não obstante, se a notícia n. 165 de 13 de julho de 1894, que afirma que de uma turma de 34 alunos apenas 4 tinham o uniforme for verdadeira; então, a aquisição do uniforme não ocorreu na urgência que a sua criação projetara.

Para entender o porquê o uniforme sempre aparece em segundo plano, é fundamental para conhecer alguns dos problemas que podem ter afetado a sua aquisição e as novas determinações sobre a indumentária. Em 1894 havia cerca de 125 alunos matriculados em diferentes aulas (MA. RELATÓRIO, 1895); em 1897 o número de matrículas no primeiro ano de curso foi de 59 alunos e de inscrições avulsas 31, somando 90 alunos entre matriculados e inscritos (MA. MENSAGEM, 1897). Com a reforma do Liceu Maranhense (Lei n. 226 de 15 de abril de 1899) a escola passou a ter, além de 23 disciplinas⁷⁸, um curso noturno de comércio anexo, com duração de dois anos, composto pelas cadeiras: Francês, Inglês e Alemão (todos práticos); aritmética comercial e escrituração mercantil; Noções de direito comercial. Os critérios de matrícula eram os mesmos exigidos dos liceístas. Em 1900 (Lei n. 232 de 5 de março de 1900) o Liceu foi separado da Secretaria da Instrução Pública e desanexado do Curso Comercial “[...] o qual funcionar[ia] no edifício do Liceu ou da Escola Normal, conforme julga[sse] o Governo mais conveniente”. (MA. LEI, 1900, p. 3).

No dia 30 de março de 1900 o local designado para a Secretaria foi o pavimento térreo do Convento N. S. das Mercês, ocorrendo a sua instalação em 2 de abril de 1901. (MA. MENSAGEM, 1901). Em 1901:

⁷⁸ Disciplinas: 1) Língua portuguesa; 2) Língua latina; 3) Língua grega; 4) Língua francesa; 5) Língua inglesa; 6) Língua alemã; 7) Matemática; 8) Astronomia; 9) Física; Química; 10) Geografia; 11) Mineralogia; 12) Geologia; 13) Meteorologia; 14) Biologia; 15) História universal; 16) História do Brasil; 17) Literatura Geral e Nacional; 18) História da 19) Filosofia ; 20) Desenho; 21) Música; 22) Ginástica; 23) Esgrima, estudadas . (MA. LEI. 1899).

Transferido o Liceu para o antigo Seminário das Mercez, só teve começo o ano letivo em abril, funcionando as aulas apenas seis meses, do que certamente resultou o grande número de inabilitações na última série de exames, quando se procedeu com justiça, mas não rigorosamente. É bem notar a progressão decrescente, de ano para ano, na matrícula de alunos, fato aliás de fácil compreensão. Tendo os mesmos alunos a certeza de que, prestados certos exames gerais, se habilitam à matrícula nas diversas Academias, preferem fazê-los, abstando-se de seguir o curso de Ciências e Letras, durante muitos anos, na dúvida de serem bem sucedidos em todas as matérias de cada um. (MA. MENSAGEM, 1901, p. 12).

De acordo com o relatório, as matrículas foram diminuindo no decorrer do tempo pois, sabendo que só precisariam ser aprovados nos exames para se habilitarem para as diversas Academias do país, muito alunos começaram a optar por não realizar o curso de Ciências e Letras, fazendo apenas o exame. (MA. MENSAGEM, 1901). Em 1905, de 61 alunos matriculados, 43 se inscreveram apenas nas aulas avulsas. Para João Nepomuceno de Souza Machado, redator do relatório da Secretaria da Instrução Pública (1905)⁷⁹, a alternativa de realizar os exames sem precisar estar matriculado no curso completo colocava em dúvida as vantagens do ensino seriado. Aparentemente este não era apenas um problema local. Pessanha e Brito (2014) explicam que desde o Império “a clientela escolar pouco numerosa, bem como a falta de professores habilitados a atender as exigências impostas pela organização do trabalho didático proposta para o ensino secundário, foram alguns dos determinantes a dificultar tal iniciativa”. (PESSANHA; BRITO, 2014, p. 242). As autoras afirmam que no período imperial, no Colégio Pedro II, havia uma queda entre a quantidade de alunos matriculados no primeiro ano e no último, resultado do abandono daqueles que acabavam recorrendo aos exames parcelados. Queda que também foi observada na Primeira República Maranhense: 1º (12 matrículas), 2º (3 matrículas), 3º (1 matrículas), 4º (1 matrícula), 5º (1 matrícula), 6º (0 – nenhuma matrícula); Alunos avulsos (43 matrículas). (MA. MENSAGEM, 1905). A esse cenário de instabilidade, lhe acrescentamos à baixa adoção do uniforme, a insegurança sobre a permanência dos alunos na instituição nos anos seguintes, já que este não era um critério essencial para participar dos exames, o que pode ter impulsionado a sua facultatividade decretada em 1898 por Cunha Martins.

A partir de 1901 outras configurações foram alteradas. O Regulamento para o Liceu Maranhense tornou “[...] facultativa a matrícula aos indivíduos do sexo feminino, para os quais haverá lugar separado”. (MA. REGULAMENTO, 1901, p. 25). No novo regulamento (Decreto n. 12 de 25 de março de 1901) identificamos um suplemento publicado pelo jornal *Diário do*

⁷⁹ MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 16 de fevereiro de 1905 pelo Exm.º Sr. Coronel Alexandre Collares Moreira Junior, 1.º Vice-Governador. Maranhão: Tipografia Frias, 1905. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=maranh%C3%A3o&item_id=3589#?h=maranh%C3%A3o&c=0&m=139&s=0&cv=1&r=0&xywh=-315%2C1123%2C2628%2C1854. Acesso em: 20 jul. 2022.

Maranhão (1855-1911), do dia 26 de março de 1901⁸⁰. No mesmo, não há um detalhamento sobre o porquê do espaço separado. Para nós, esses silêncios forçados são rastros que apontam para uma república maranhense que tentara instalar novos ideais, ao mesmo tempo que enfrentava suas próprias barreiras morais, econômicas, políticas, culturais e sociais que permaneciam em fluxo, apesar das novas determinações. Segundo as prescrições, a aula de ginástica não teria exame, pois não constava mais no Curso do Ginásio Nacional e sua finalidade seria unicamente higiênica. Para Gois Junior (2012),

A inserção da Ginástica no contexto escolar teve uma relação muito próxima com os objetivos higienistas. De um lado os médicos viam na educação física dos jovens uma estratégia de disciplinarização e de inculcação de hábitos saudáveis. Do outro, os primeiros instrutores viam a medicina como referência científica necessária para legitimar suas práticas. (GOIS JUNIOR, 2012, p. 149).

Segundo Almeida (2015) em *A construção da diferença de gênero nas escolas – aspectos históricos (São Paulo, séculos XIX-XX)*, o gênero se insere nas relações de poder como um elemento identitário que traça o destino dos indivíduos por características biológicas, argumentação entendida como *natural*. Logo, atribuições morais, religiosas e culturais que definiam o *ser mulher* e suas práticas permaneceram enraizadas mesmo nas escolas mistas. Como explicamos sobre a Escola Normal, embora as aulas fossem abertas para homens e mulheres, as aulas de costura e bordado eram exclusivas para o público feminino, um exemplo de como, embora compartilhem o mesmo espaço, as atribuições e expectativas de formação educacional mantêm as diferenças em curso, a ponto de terem impactado nas representações do *ser normalista* no Maranhão.

Em sendo assim, segundo Almeida (2015):

Nas proximidades da República, os defensores da educação pública insistiam na aplicação do sistema coeducativo nas escolas primárias, secundárias e normais, apontando seus méritos e as conveniências. Essas conveniências seriam em relação ao Estado, aos pais e aos próprios alunos, pois, de acordo com seus defensores, a frequência nas escolas mistas produzia um estímulo apreciável para a convivência entre os sexos quanto aos costumes e maneiras, contribuindo decisivamente para amenizá-los. (ALMEIDA, 2015, p. 68).

Isto é, a intenção de unir homens e mulheres desde a infância não tinha como propósito central alterar o cenário social, mas favorecer a *boa convivência* – manutenção dos papéis já definidos via instrução. No ensino primário, a carência de docentes e alunos também cooperou

⁸⁰ DIÁRIO DO MARANHÃO: suplemento ao n. 8274. Decreto n. 12 de 25 de março de 1901. Expede novo regulamento para o Lyceu Maranhense. 26 de mar. 1901. ed 8274, p. 6. São Luís: tipografia a vapor de Frias & Comp., 1901. 8 p.

para a criação das escolas mistas: uma necessidade econômica que não anulava a orientação sobre um tratamento diferenciado que conduzisse o comportamento de meninas e meninos (ALMEIDA, 2015). Além do movimento republicano em favorecimento da coeducação acreditamos que, o fator econômico, considerando-se a redução de matrículas do Liceu Maranhense, possa ter sido um elemento crucial na abertura de matrículas para o sexo feminino em um movimento que se estende para a suspensão da Escola Normal⁸¹ em razão da mesma problemática: a falta do retorno esperado aos cofres públicos. (TOURINHO; MOTA, 2012).

Mediante reivindicações de ex alunos e alunas normalistas (TOURINHO; MOTA, 2012), o curso profissional da Escola Normal foi reativado; contudo, vinculado ao Liceu Maranhense pela Lei n. 666 de 28 de abril de 1914⁸², a qual determinara que o ensino público do Estado deveria ser dado nas escolas primárias, masculinas, femininas e mistas; como também na Escola Modelo Benedito Leite e no Liceu. No Liceu passou a funcionar, um Curso Ginásial – equiparado ao Colégio Pedro II e um Curso Profissional, a partir de então, com a finalidade de formar professores para o ensino primário no Estado. De acordo com o relatório de 1919⁸³, o Curso Ginásial do Liceu se manteve nos 4 anos e tinha 57 alunos matriculados; porém não há menção a alunas nessa contagem. O curso profissional passou a ter duração de 5 anos e contava com 189 alunos (as) “[...] onde a matrícula feminina constitui a quase totalidade”. (MA. MENSAGEM, 1919, p. 60).

Em 1921, o jornal *Diário de S. Luiz* em notícia intitulada *Uniformizadas* divulga o

[...] uniforme simples, fazenda de menor preço, à altura das posses de todos. O sr. Domingos Barbosa tomou, de fato, uma medida que será bem recebida, porque, efetivamente convém, por motivos vários, manter as preceptorianas em público, distintas, pelo vestuário. É uma recomendação ao respeito de todos, e é um grande estímulo para as moças. Bela insinuação aos livros, à cultura, ao saber. E além disso, sob o ponto de vista pedagógico, é uma excelente fiscalização. Aplaudimo-la. *As meninas vestirão blusa branca, de um só molde, e saia azul marinho. Sapatos e meias pretas. Ao ombro direito, o número da ordem.* (DIÁRIO DE S. LUIZ, ed. 56, 1921, p. 2, grifo nosso)⁸⁴.

⁸¹ De acordo com Tourinho e Mota (2012) a Escola Normal foi desativada em 1914, contudo, seus ex alunos e alunas continuaram se manifestando em favor do reconhecimento social da identidade normalista. Foram essas ações que mobilizaram o retorno do curso; porém, anexado ao Liceu Maranhense.

⁸² MARANHÃO. Coleção das Leis do Congresso, Decretos e Regulamentos do Governo do Estado do Maranhão do ano de 1914. Maranhão: Impr. Oficial, 1915. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141118112423.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

⁸³ MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1.ª sessão da 10.ª Legislatura, em 5 de Fevereiro de 1919 pelo Exm.º Snr. Dr. Raul da Cunha Machado, governador do Estado. Maranhão: Imp. Oficial, 1919. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=Lyceu&item_id=3604#?h=Lyceu&c=0&m=153&s=0&cv=1&r=0&xywh=-84%2C1714%2C2113%2C1490. Acesso em: 14 jul. 2022.

⁸⁴ DIÁRIO DE SÃO LUIZ. Publicado em 8 de março de 1921. Ano II, ed. 56. São Luis: [s.n.], 1921. 4 p.

Os sentidos da blusa branca e a saia azul marinho são explicados por Tourinho e Mota (2012 p. 126-127):

A cor azul evidenciava a sobriedade, a branca a limpidez e higiene e a gravata - que no início do século XX, além de sinônimo da roupa masculina foi adotada por sufragistas como símbolo de contestação e por trabalhadores de escritório como elemento identitário - traduzia talvez ousadia ou a ideia de pertencimento a um novo universo de trabalho.

Não encontramos informações nos relatórios sobre a quantidade de alunas matriculadas no curso ginásial do Liceu Maranhense, mas a presença e a interação entre homens e mulheres fica visível em publicações posteriores da imprensa, como mostraremos a seguir. Em 1922 o uniforme voltou a ser obrigatório para todos os alunos do Liceu, tanto do curso profissional quanto do ginásial:

[...] Os alunos do Liceu são obrigados a apresentar-se trajados com o devido uniforme, dentro do estabelecimento. Para os alunos do “curso profissional” é obrigatório o uniforme de brim kaki, de acordo com o figurino já adotado, perneiras e botinas pretas, bonnet com armação, cordão, jugular e emblema. Para as alunas do “curso profissional” é obrigatório este uniforme: camisa branca de mangas compridas, colarinho e punhos duplos, gravata comprida, suspensório cruzado nas costas e divisas de azul marinho. Saia azul marinho, devendo ter entre a “bainha” e a “inserção” dos saltos dos sapatos – 0m,22 de distância. Sapatos pretos de salto baixo e meias compridas da mesma cor. O emblema do curso será colocado na gravata. *Para as alunas do “curso ginásial” é obrigatório o mesmo uniforme adotado no curso profissional, com exceção da camisa que será de cor creme.* - O modelo do uniforme do curso profissional acha-se em exposição na loja “Brasil”, à rua Oswaldo Cruz. (DIÁRIO DE S. LUIZ, ed. 64, p. 2, grifo nosso)⁸⁵.

Acreditamos que, ao citar o uniforme das alunas do curso ginásial, a fonte marca a possibilidade de uma presença que pode ser investigada em estudos futuros sobre a história da instituição. Poucos dias após a divulgação sobre a obrigatoriedade, em 25 de março de 1922, o diretor do Liceu Maranhense, Conego João dos Santos Chaves, mandou publicar na imprensa seu repúdio às alterações feitas no uniforme por alunos do curso profissional e ginásial:

Sendo informado por pessoas fidedignas que alguns dos alunos dos cursos ginásial e profissional estão alterando por conta própria, o uniforme que foi decretado pelo governo do Estado, previno aos seus pais, tutores e protetores que absolutamente *não permitirei o ingresso no estabelecimento, dos que não se apresentarem com o seu uniforme exatamente de acordo com o modelo que se acha em exposição na loja “Brasil” e na “Casa Dias”*. Faço-lhes esta prevenção para que ninguém se iluda, pois não consentirei que o ato do governo, ato, que reputo como grande medida de moralidade, seja quebrantado por alunos do primeiro estabelecimento de ensino do Estado, e que *devem ser os primeiros a cumprir a ordens dos seus superiores*. E

⁸⁵ DIÁRIO DE S. LUIZ. Publicado em 17 de março de 1922. Ano III, ed. 64, p. 2. Maranhão: [s.n], 1922. 4 p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&Pesq=lyceu&pagfis=1760>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ouçam os meninos do Liceu esta advertência que não é minha, mas do grande Tertuliano: - “*O luxo e as modas exageradas e inconvenientes deprimem a dignidade da mulher, enquanto que o pudor e a modéstia a enobrecem e a embelezam*”. Guardem esta lição do rude Africano. Conego João dos Santos Chaves - Diretor do Liceu. (DIARIO DE S. LUIZ, ed. 71, 1922, p. 3 grifo nosso)⁸⁶.

No discurso alguns pontos merecem destaque:

1) **Táticas:** alterações do uniforme

Diversas táticas de apropriação, como “[...] intervenções que transformam [...], que mudam a organização do espaço [...]” (CERTEAU, 1998, p. 102), podem ter sido realizadas:

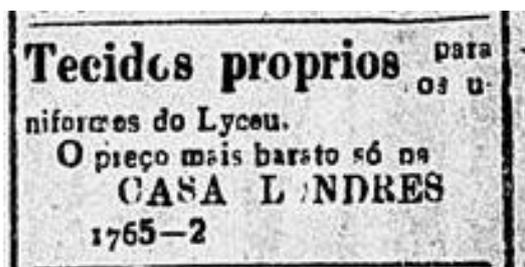
- a) O envio de requerimentos de dispensa, como no caso dos alunos Joaquim de Oliveira Santos e Francisco de Carvalho Filho em 1894, citados tanto pelo *Diário do Maranhão* (1855-1911) quanto pelo jornal *Pacotilha* (1880-1939). Embora tenham sido negados, a existência marca na história do estabelecimento uma negação à imposição;
- b) A compra de materiais onde os pais tivessem créditos, logo, em um valor mais acessível do que em outros locais (PACOTILHA, 1894, ed. 127);
- c) O uso do vestuário padrão de formas personalizadas, já que “[...] as culturas juvenis de cada época, buscaram suas afirmações através das práticas subversivas impressas na indumentária escolar, nas práticas subversivas de customização dos uniformes”, segundo Marcon (2010, p. 69). Para Soares (2011), a educação do corpo e dos comportamentos passa por uma via de mão dupla: Há “[...] um desejo de pertença, de partilha, mas, ao mesmo tempo, de isolamento, de individuação” (SOARES, 2011, p. 85), o que pode auxiliar a compreender a necessidade e o desejo de personalização do vestuário que atravessa séculos;
- d) Por último, mesmo que o texto comece mencionando *alguns dos alunos dos cursos ginasial e profissional*, se encerra com a citação de um autor cristão, *Terluriano*, o que demonstra um forte apelo religioso sobre a dignidade da mulher e reforça a teoria de como a crítica sobre o vestuário tem perspectivas distintas para o aluno ao qual se direciona.

⁸⁶ DIARIO DE S. LUIZ. Publicado em 25 de março de 1922. Ano III, ed. 71, p. 3. Maranhão: [s.n], 1922. 4 p. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093874&Pesq=lyceu&pagfis=1789>. Acesso em: 28 jun. 2021.

2) Imposições: Lojas pré-selecionadas

Ao enfatizar a exclusividade de compra em apenas duas lojas, *Brasil e Casa Dias*, o Estado restringe o aluno de consultar a concorrência ou as lojas que vendiam tecidos para a produção dos uniformes, como a Casa Londres – tecidos próprios (não detalhado, Ver Figura 21) e a Casa Gentil (Figura 22) que vendia: Mescla para calça e fardas; grande variedade de brins; Brim kaki para uniformes e Panamá azul marinho e opal branca para uniformes de liceístas [...] (DIÁRIO DE S. LUIZ, 1922, ed. 152, p. 1). (Ver figura 22).

Figura 21 – O uniforme e o mercado local:
Casa Londres



Fonte: Pacotilha (ed. 135, 1922, p. 3).

Figura 22 – O uniforme e o mercado local:
Casa Gentil

Cretões largos e bons	1\$400 e	1\$600
Mescla para calça e fardas		1\$700
Grande variedades de brins para homens e collegiaes, á	1\$400 e	1\$600
Brim branco, especial		2\$000
Graguela de linho branco		2\$000
Brim branco 1/2 linho, á 3\$, 3\$500 e		4\$000
Riscadinhos, cores, á	\$700 e	\$800
Brim kaki para uniformes, á		2\$500
Chitões para cobertas, á	1\$800 e	2\$000
Lonas para velas de barco e redes		1\$600
Hollandinha parda de linho		3\$500
Panamá azul marinho e opal branca para uniformes de liceístas á	3\$000 e	3\$500
		4\$500

Fonte: Diário de S. Luiz (1922, ed. 152, p. 1).

A especificação de um ou mais locais de compra pode ser um sinal das trocas do Estado com o comércio local. Ao respeito, Alcântara (2021, p. 1) afirma que, “a escola pública, obrigatória e de massas emerge no cenário das cidades demandando e movimentando um conjunto de serviços e bens tipicamente urbanos”. Em seu estudo sobre a cultura material e o comércio na escola urbana paulista (1894-1909), constatou uma *simbios e cultural*; isto é, “[...] diferentes modos e graus de cooperação e benefícios mútuos entre escola e mercado no processo de crescimento das cidades e de expansão da escola pública, obrigatória e de massas” (ALCÂNTARA, 2021, p. 3). Nesse sentido, o espaço escolar é mais um dos polos que se relacionam com o comércio, em um movimento contínuo de criação e manutenção das materialidades que o configuram como tal, incluindo-se o uniforme.

3) Imposição: discursos diferenciados

Como mencionamos anteriormente, o texto do diretor se inicia direcionando a reclamação à alunos dos cursos ginásial e profissional tem uma especificação: o apelo religioso

aplicado à crítica às alunas liceístas. Soares (2011) explica que as roupas revelam um lugar – étnico, religioso, político ou cotidiano:

as roupas se apresentam explicitamente como marcadores sociais e sexuais, permitindo julgar, aceitar ou excluir indivíduos e grupos. O ato de vestir-se obedece, assim, a determinações sociais específicas e revela-se como resultado de um laborioso e lento processo de transformação de sensibilidades em relação ao corpo e à sua exibição; de tolerância à nudez e à “natureza” corporal. (SOARES, 2011, p. 82).

Em anos posteriores, esse contraste se revela em outras esferas que se manifestam até os dias atuais: quando a beleza feminina (seguindo os padrões de sua época), está atrelada a sua intelectualidade, a aceitação social da mulher em formação é mais ampla. Em 1929 foi realizado um Concurso de Beleza para eleição da Miss Maranhão. A aluna quintanista do Curso Profissional do Liceu Maranhense Maria Lourdes Pantoja foi escolhida para representar o Estado na competição nacional no Rio de Janeiro. Pelo que já explicamos, sabe-se que o Curso Profissional *não tinha* a mesma finalidade do Ginásial; entretanto, nosso foco é recordar esse momento histórico pelas suas representações sobre o uniforme feminino liceísta que era igual para as alunas de ambos os cursos.

Dentre os jurados do concurso estavam presentes o prof. Luiz Ory e o prof. Nascimento Morais. Um dos locais visitados antes de partir da cidade para a competição nacional foi o Liceu. Nesta ocasião é citado o uso do uniforme – o mesmo modelo dos ofertados às alunas do Curso Ginásial. A aluna recebeu diversas homenagens. Lenir Pores Nunes (quartanista), afirmou:

[...] como é real que, durante a tua ausência, nele não se apague, antes se anime com mais nitidez, a fotografia da *amiga leal e dedicada, da aluna exemplaríssima, da colega bondosa e simples, que impressiona pelo desprendimento e se destaca pelo fulgor de uma inteligência de rara cintilação*. (O IMPARCIAL, 1929, ed. 1002, p. 4, grifo nosso).

E Oswaldino (segundo anista do Curso Ginásial)⁸⁷: “Vedes assim que não há excesso de modéstia nas palavras com que vos oferta a homenagem dos rapazes do curso G. do L. M., homenagem endereçada à *vossa garridice, á vossa esbelteza, a vossa formosura e a vossa sensibilidade de mulher*”. (O IMPARCIAL, ed. 1002, 1929, p. 4). Logo, de um lado a colega elogia a amizade, a bondade, simplicidade e inteligência; do outro o colega elogia a elegância, a beleza e a sensibilidade, características essenciais para representar o modelo de mulher maranhense a ser projetado para os outros Estados.

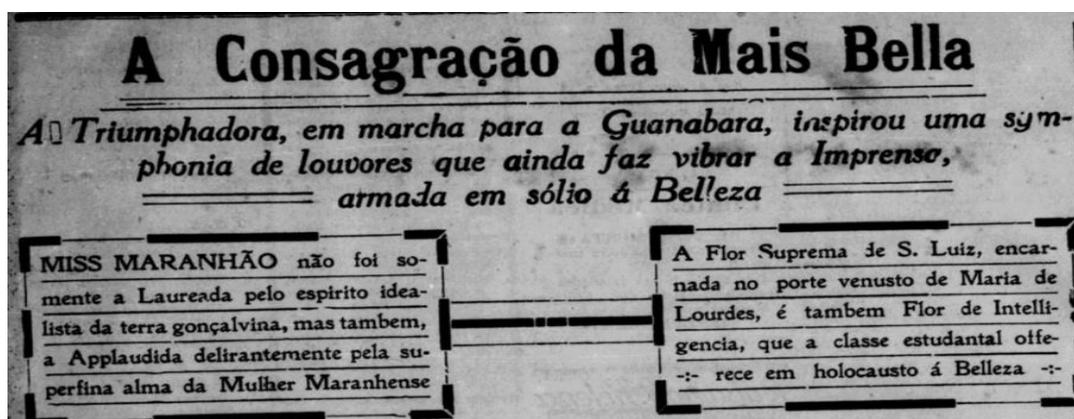
Enfim, a identidade dessa aluna liceísta

⁸⁷ Fazia o segundo ano do Liceu – curso ginásial. É escrito dessa forma na fonte

[...] se constrói em torno de elementos de positividade, que agreguem as pessoas em torno de atributos e características valorizados, que rendam reconhecimento social a seus detentores [...] Mais do que isso, a identidade responde, também, a uma necessidade de acreditar em algo positivo e a que o indivíduo possa se considerar como pertencente. (PESAVENTO, 2012, p. 91).

Portanto, historicamente são criadas representações, às quais, quanto mais os sujeitos estão próximos dos ideais positivos, mais eram aceitos, promovendo a sensação que se concretiza o fato de pertencer-se a um grupo ou instituição, de ser reconhecido por algo socialmente apreciado, uma vez que atende a todas as exigências impostas à posição que se ocupa. Nesse sentido, o aluno ganha destaque por ser um modelo ideal produzido pela escola, um representante que comunica aquilo que a instituição pretende informar para o exterior; ou seja, “[...] o representante – guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto – o representado” (PESAVENTO, 2012, p. 40). Nessa lógica, Maria Lourdes Pantoja, a aluna ideal pela beleza e intelectualidade, carregava a imagem esperada de uma aluna do Liceu pelas ruas da cidade ao trajar a escola em seu corpo e projetar sua importância, disciplina e distinção social. Dessa forma, compreende-se que “[...] o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que dele é dada por ele próprio ou pelos outros”. (CHARTIER, 1988, p. 111-112). É nesse contato coletivo onde se traduzem os sentidos criados pelas representações. O reconhecimento dos colegas de classe e/ ou mesmo, a eleição por um jury composto por docentes, contribuem para visualizar um exemplo de como o sucesso de uma boa receptividade das representações impostas se expande socialmente e alcança com facilidade diversas esferas sociais, podendo criar a sensação de que todos os alunos seguem o mesmo padrão de excelência, nos parâmetros criados pela instituição.

Figura 23 – Padrões de beleza da Mulher Maranhense e a intelectualidade



Fonte: O IMPARCIAL (1929, ed. 1003, p. 1).

O Concurso Nacional foi realizado no Campo Fluminense do Rio de Janeiro e movimentou multidões. A vencedora do Miss Brasil foi Olga Bergamini de Sá, do Distrito Federal⁸⁸. Por fim, em 1930⁸⁹, o jornal *O Imparcial* (1926-1946), publicara uma notícia a pedido de terceiros, intitulada *O ensino secundário* que parece retornar aos debates abertos pelo jornal *Pacotilha* (1880-1939) em 1894:

Um jornal operário reclamava, há dias, contra as taxas cobradas no único estabelecimento público de ensino secundário do Maranhão – o Liceu. Segundo o cálculo do autor do artigo estampado na referida folha são avultadas, para a bolsa do pobre, as despesas de inscrições, matrículas, certificados, selos, uniforme (com boné e perneiras), às quais se acrescentam as dos compêndios, hoje tão caros. Isto sem falar nas aulas particulares que o excesso de frequência no Liceu nos primeiros anos obriga o aluno a seguir, uma vez que é materialmente impossível que um professor ensine com proveito para a maioria dos alunos, turmas de mais de quarenta estudantes em aulas que não se podem prolongar mais de 40 a 50 minutos; do exposto verifica-se que um operário faz um sacrifício imenso para manter um filho nos estudos secundários. Chega-se praticamente a este resultado: *o custo da educação secundária é proibitivo para o operariado. Somente os remediados e os ricos podem mandar os filhos para o Liceu*. Conclui-se que ou o ensino neste estabelecimento, deve ser gratuito em toda a extensão da palavra, ou o legislador deve abrir margem a um certo número de matrículas anuais isentas de qualquer ônus para filhos de operários e pequenos funcionários. Esta medida seria de toa a equidade. (O IMPARCIAL, ed. 2213, 1930, p. 1, grifo nosso).

A notícia parece repetir e reafirmar a crítica aberta pelo jornal *Pacotilha* (1880-1939) em 1894: “[...] o custo da educação secundária é proibitivo para o operariado. Somente os remediados e os ricos podem mandar os filhos para o Liceu” (O IMPARCIAL, ed. 2213, 1930, p. 1). Os custos dificultavam o acesso e a permanência dos discentes em todo o período da Primeira República, apesar das inúmeras alterações nos seus regulamentos e demais decisões. Por outro lado, a luta pela gratuidade do ensino envolve a obrigatoriedade do uniforme à medida em que estabelece condições padronizadas de forma, cores, tecidos e outros materiais específicos dispendiosos para a maioria das famílias, cujo poder simbólico dessas ferramentas pode ser fundamental para além do período escolar. Nessa lógica, as representações não estão descoladas das problemáticas da realidade, são criadas e recriadas a partir delas, de acordo com as intenções de quem ou quais grupos as produzem, e é por esse lugar de produção de sentidos que as lutas se manifestam marcando a diferenciação e as desigualdades das práticas mesmo que a imposição pelo objeto seja a mesma.

⁸⁸ Vários registros do evento, incluindo fotos, podem ser lidos no periódico *O Malho* (1929) disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸⁹ O IMPARCIAL: Diário Matutino e independente. Publicado em 16 de fevereiro de 1930. Ano. V, ed. 2213, p. 1. São Luís: [s.n.], 1930. 8 p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107646&Pesq=uniforme&pagfis=7909>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Com a nossa busca ampliada pelos anos seguintes, mesmo que de forma breve, observamos que as diferenças dos uniformes do Liceu acompanhavam questões financeiras, de gênero e da relação que estabelecia com a Escola Normal:

Quadro 18 – Modelos de uniforme identificados na imprensa maranhense (1894-1922)

JORNAL	DESTINADO A	QUEM SUGERIU	FORMA	ONDE ERA VENDIDO
PACOTILHA E DIÁRIO DO MARANHÃO (1894-1898)	ALUNOS DO LICEU MARANHENSE	Professor de desenho e uma comissão de estudantes. <i>Considerando o período da idealização, acredita-se que o professor seja Luiz Ory, mas as notícias não são explícitas sobre esse dado. Os membros da comissão também não foram identificados.</i>	2 MODELOS Modelo nº 1 (mais barato) <ul style="list-style-type: none"> Uniforme de brim pardo com alamares e botões amarelos; Modelo nº 2 (mais caro) <ul style="list-style-type: none"> Blusa parda de botões pretos Um <i>bonet</i> de aba verniz luzido com um círculo na frente com um livro bordado em ouro 	<ul style="list-style-type: none"> Os modelos ficavam disponíveis na Secretaria da Instrução Pública. No mercado encontramos apenas a Chapelaria Alemã que vendia o <i>bonet</i>.
PACOTILHA (1895)	ALUNAS DO TERCEIRO ANO DA ESCOLA NORMAL Para o jornal Pacotilha, que divulgou a notícia, a ideia afetaria os alunos do Liceu pois a disciplina era extensiva a escola.	Sugerido por um professor de ginástica – não identificado. <i>A notícia foi publicada em 1895, mas como um evento ocorrido no passado – data imprecisa.</i>	<ul style="list-style-type: none"> Saiotes Calções Roupas de meia <p>* A descrição das características é feita de forma pejorativa, denotando a opinião do jornal, por isso não é possível afirmar que estes seriam, de fato, os elementos sugeridos pelo professor.</p>	Não encontramos registros de que a ideia do professor tenha se concretizado e circulado no mercado.
DIÁRIO DE S. LUIZ (1922)	PARA ALUNOS DO CURSO PROFISSIONAL DA ESCOLA NORMAL E DO CURSO GINASIAL DO LICEU	Publicação do jornal Diário de S. Luiz. Não identificamos quem sugeriu as alterações.	<ul style="list-style-type: none"> Uniforme de brim kaki, de acordo com o figurino já adotado, perneiras e botinas pretas, <i>Bonet</i> com armação, cordão, jugular e emblema. 	<ul style="list-style-type: none"> Loja Brasil Casa Dias
DIÁRIO DE S. LUIZ (1922)	PARA ALUNAS DO CURSO PROFISSIONAL DA ESCOLA NORMAL	Publicação do jornal Diário de S. Luiz. Não identificamos quem sugeriu o	<ul style="list-style-type: none"> Camisa branca de mangas compridas, colarinho e punhos duplos, gravata comprida, suspensório cruzado 	<ul style="list-style-type: none"> Loja Brasil Casa Dias

		modelo de uniforme feminino.	nas costas e divisas de azul marinho. <ul style="list-style-type: none"> • Saia azul marinho, devendo ter entre a “bainha” e a “inserção” dos saltos dos sapatos – 0m,22 de distância. • Sapatos pretos de salto baixo e meias compridas da mesma cor. • O emblema do curso será colocado na gravata. 	
	PARA ALUNAS DO CURSO GINASIAL DO LICEU MARANHENSE	Publicação do jornal Diário de S. Luiz. Não identificamos quem sugeriu o modelo de uniforme feminino.	<ul style="list-style-type: none"> • Camisa cor creme de mangas compridas, colarinho e punhos duplos, gravata comprida, suspensório cruzado nas costas e divisas de azul marinho. • Saia azul marinho, devendo ter entre a “bainha” e a “inserção” dos saltos dos sapatos – 0m,22 de distância. • Sapatos pretos de salto baixo e meias compridas da mesma cor. • O emblema do curso será colocado na gravata. 	<ul style="list-style-type: none"> • Loja Brasil • Casa Dias

Fonte: Pacotilha (1894-1898); Diário do Maranhão (1894-1898) e Diário de S. Luiz (1922).

Pelo Quadro 18 nota-se como a escola deve ser analisada mediante uma compreensão da sua configuração institucional, de um público discente que se modela tanto por questões culturais e sociais vigentes, quanto pelas transformações internas das necessidades particulares do ambiente escolar.

Nesse solo em que muitas raízes estão fincadas, algumas mais que outras, atravessando séculos e marcando os corpos por inúmeros signos, o uniforme se insere em “[...] práticas dos agentes que produzem ‘ideias’ e as formas impressas que as fazem circular são relevantes na própria determinação do seu significado”. (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 49). Assim, a escola constrói sua memória selecionando o que objetiva impor e transmitir, realizando trocas simbólicas com seus agentes, fazendo com que vistam seus conceitos, os projetemos e ampliem o rádio de alcance para cristalizar nas mentes suas melhores características. O uniforme, como uma “[...] vestimenta onde se reclama do aluno um porte exemplar, zelando assim pela imagem

da instituição a qual cursa e, inevitavelmente representa, sem importar se está dentro ou fora da escola” (BORGES, 2015, p. 323) é adotado por alguns por inúmeros motivos e condições, ao mesmo tempo em que é negado por outros que se encontram silenciosamente na esteira de diversas fontes de múltiplas formas: nos vazios e nas exclusões; grupos que convivem em um mesmo meio com realidades e opiniões distintas e marcam sua presença na história, ainda que de forma inconsciente, pela solicitação, pela alteração, pela revelia e/ou pela desistência.

4 CONCLUSÃO

Ainda há um longo caminho a percorrer, mas os primeiros pontos traçados como objetivos foram alcançados. Os pilares deste trabalho foram os jornais, os sujeitos e as representações sobre a obrigatoriedade do uniforme escolar do Liceu Maranhense. Nesse sentido, inicialmente, identificamos os discursos dos dois jornais, sendo 25 notícias do jornal *Pacotilha* (1880-1939) e 11 do jornal *Diário do Maranhão* (1855-1911). No primeiro, as formas utilizadas giram em torno de notícias sem título e mais breves, até aquelas em que o jornal colocava seu nome à frente assumindo o caráter opinativo do discurso; situações em que estratégias tipográficas como o aumento das letras e o itálico para dar destaque entre as notícias publicadas, e que chamara a atenção para um ponto da crítica foram evidentemente usadas: tratar da obrigatoriedade do uso do uniforme liceísta na administração de Casimiro Dias Vieira Junior. No segundo, as notícias são mais formais e aparecem em colunas oficiais e os editais são publicados como anúncios, repetindo-se algumas vezes. Como observamos, essas publicações eram de responsabilidade da inspetoria, motivo pelo qual a secretaria da instrução pública assinara boa parte dos discursos; características estas que também estão de acordo com os objetivos do jornal: ser mais comercial e menos opinativo que o *Pacotilha* (1880-1939).

As características do uniforme segundo as notícias (1894-1909) marcaram desigualdades sociais e de pertença desde sua concepção de fabrico, comercialização e uso, até a diferenciação de práticas e reconhecimento: o modelo nº 1 (mais barato, de brim pardo com alamares e botões amarelos) e o modelo nº 2 (expressamente mais caro, que continha blusa parda de botões pretos e um *bonet* de aba verniz luzido com um círculo na frente com um livro bordado em ouro). Diferenciação de ideias, matérias para sua confecção e práticas que faz que o jornal *Pacotilha* (1880-1939), utilizasse como argumento em contra de sua obrigatoriedade, a presença de alunos pobres no Liceu, o fato de funcionar apenas como externato e o curto prazo de adequação a sua exigência. Por outro lado, se não conseguimos afirmar ou negar a presença de alunos pobres na instituição; contudo, por meio das práticas identificadas foi possível vislumbrar a instabilidade da obrigatoriedade e alguns aspectos que podem indicar uma baixa adoção não apenas do uniforme, mas do planejamento de estudos do ensino secundário como um todo.

Enquanto práticas, listamos:

a) A comissão de estudantes que teria solicitado o uniforme por questão de segurança, frente ao recrutamento forçado em curso na capital, já que de acordo com as notícias encontradas, meninos, jovens e adultos pobres eram o alvo principal do processo: até 1901 os

alunos do Liceu eram do sexo masculino; então sentir-se ameaçado pelo recrutamento pode ser um indicativo de uma classe social? Talvez! Acreditamos que embora seja cedo para afirmar, a urgência do pedido nos chama a atenção para essa possível relação. Se assim for, o próprio argumento do *Pacotilha* (1880-1939) sobre os alunos pobres serem prejudicados pela obrigatoriedade do uniforme torna-se, até certo ponto, um tanto contraditório;

b) Os requerimentos de dispensa de Joaquim de Oliveira Santos e Francisco de Carvalho Filho apontam para uma negação ao uniforme, mesmo que não tenhamos identificado a motivação explicitamente; contudo, a existência do registro marca uma presença, semelhante aos apontamentos encontrados nos Anais do Congresso de 1895, outro documento essencial para visualizar a negação dos alunos às imposições da escola: uma petição, que posteriormente foi aprovada, para que a taxa de matrícula, de 5\$000, se tornasse anual. Seguindo essa média de valor reclamada e a aprovação do Estado, se de fato o uniforme mais barato custava em torno de 35\$000, como afirma o *Pacotilha* (1880-1939), estaria justificada a baixa adoção e, por consequência, a flexibilização da decisão no período. Outro fator que também pode ter contribuído para uma baixa adoção seria a possibilidade de prestar os exames precisar realizar a matrícula no curso completo; aspecto que também fragiliza a relevância de seu uso, por ser um elemento que prepara o aluno para uma rotina escolar que, nesse caso, já não era obrigatória;

c) A baixa adoção do uniforme, bem como as dificuldades de permanência dos alunos não anularam a satisfação do uso. Manduca e Maria Lourdes Pantoja são representantes que permitem entender, pelas suas vivências, como um aluno negro e como uma aluna normalista, respectivamente, utilizando o uniforme liceista, projetam classificações, pertencimentos e reconhecimentos; simbolismo do artefato que radia diversos sentidos que variam para cada indivíduo ou grupo social segundo os fatores históricos, econômicos, sociais e culturais que os tenham colocado ou não à margem da instrução/educação. Esses fatores podem abrir uma outra reflexão, o valor da aquisição do uniforme vista não estreitamente pelo critério econômico. Quantos de nós nos mantivemos na escola pelos esforços de terceiros que viam nisso uma oportunidade de ascensão social, de mudança de trajetória familiar ou de alteração da sociedade vigente? Os processos de produção, indicação, aprovação e uso passam por esses lugares: do objeto, do preço, dos sentidos de forma desordenada, seguindo as necessidades, dificuldades e ressignificações que cada indivíduo ou grupo encontra ao se relacionar.

Por último, complementando esta ideia, ao pensar acerca das representações do Liceu para a sociedade maranhense, observamos, pelos discursos sobre a cultura material escolar e pelas respectivas práticas dos sujeitos, que é necessário perguntar-se a tudo instante sobre *quem estamos falando ou se está fazendo referência*. A escolha de não utilizar o termo *representações*

no singular, é para recordar a pluralidade de uma sociedade que é essencialmente diversa em vários aspectos. Cada grupo social compreende o Liceu mediante suas expectativas e questões particulares e entram em consenso quanto às oportunidades que poderiam ser abertas ao alcançarem o diploma. Se, para manter a estrutura do Estado em favorecimento às elites, ou, para tentar, via instrução secundária, mudar as condições desfavoráveis do sistema; manifestação observada nos estudos dos intelectuais formados seja pela atuação e produção, seja pelas lutas instauradas e demais relações; isto é, àqueles que conseguiram deixar seu legado na história merecem o privilégio de ser lembrados.

Até aqui, conseguimos inferir mais hipóteses que certezas. A principal delas é que, confirmando diversos estudos sobre o Liceu Maranhense, a instituição de fato era elitizada; contudo, não nos precipitamos em dizer que era formada unicamente pelas elites, da mesma forma que não associamos o uniforme diretamente à classe social das famílias, já que confirmá-lo seria assumir o risco de silenciar táticas de sujeitos que viam na escola uma ponte para mudança, seja ela qual for. Nesse sentido, ao aplicarmos os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural no estudo da cultura material escolar, entendemos que cada artefato que compõe a cultura da escola, está vinculado a diferentes práticas que podem tanto dar sentido quanto resignificar ou negar as representações aparentemente já inscritas nos objetos. Sendo assim, as estratégias de imposição do uniforme apesar de influenciarem e, por vezes, reforçarem as desigualdades ao invés de minimizá-las, vista a diferenciação em pauta, não determina por completo a resolução de uma problemática, pois permite trocas simbólicas via estratégias de apropriação dos objetos que dependem, em última instância, das práticas de terceiros para garantir a própria prática, já que todos os acontecimentos estão imersos em representações em conflito que correspondem à forma como cada indivíduo ou grupo interpreta o mundo (CHARTIER, 1991).

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. **“O Dote é a Moça Educada”**: Mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22525>. Acesso em: 30 out. 2020.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Cultura material escolar e comércio local: uma abordagem da história econômica sobre a escola urbana (São Paulo, 1894-1902). **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 7, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20888/ridpher.v7i00.15603>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- ALMEIDA, Jane Soares de. A construção da diferença de gênero nas escolas – Aspectos históricos (São Paulo, séculos XIX-XX). **Revista Eletrônica de Educação**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 65-77, 2015. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/1039/379>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- ALVES, Luanda dos Santos. **Apropriação e usos do uniforme escolar por jovens do Ensino Médio do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5007707. Acesso em: 10 jul. 2020.
- ALVES, Rogério Othon Teixeira. **História da educação física e dos esportes**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2013. *E book*. Disponível em: <https://www.unijales.edu.br/library/downebook/id:1216>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação, 1984. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9209/000049151.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- ANDRADE, Raquel Rabelo. **Diretrizes projetuais para o desenvolvimento de uniformes escolares**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desing) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96269/andrade_rr_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BARROS, José D’ Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2, p. 145–172, 2003. Disponível: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27855/23944>. Acesso em: 4 abr. 2020.
- BARROS, José D’ Assunção. A História Social : seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**, Minas Gerais, n. 15, p. 1-23, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321024813_A_Historia_Social_seus_significados_e_seus_caminhos . Acesso em: 10 ago. 2021.
- BARROS, José d’ Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, [s. l.], n. 71, p. 155–180, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2930>. Acesso em: 8 nov. 2020.

BARROS, José D' Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BECK, Dinah Quesada. **Com que roupa eu vou? embelezamento e consumo na composição dos uniformes escolares infantis.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61954>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BENITO, Agustín Escolano. Patrimonio material de la escuela e Historia Cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BORGES, Letícia Oliveira. A produção de identidade através dos uniformes escolares: significado e conceituação. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 3 v. 2, jul./ dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/59777>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: DIFEL, 1989.

CAMPOS, Karen Calegari Santos. **A Educação do Corpo no Projeto Republicano na Cidade de Vitória (1908-1912).** 2016. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://dspace3.ufes.br/handle/10/8555>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARVALHO, Andréia Monteiro. **Os livros adotados no Liceu Maranhense pelas linhas do jornal “Pacotilha” (1889-1930): uma análise a partir da cultura material escolar.** 2018. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Univesidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez. Políticas educacionais no maranhão na primeira república: primeiras aproximações. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI*, 4., 2006, Piauí. **Anais [...]**. Piauí: Universidade Federal do Piauí, 2006. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt10/GT10_2006_16.PDF>. Acesso em 01 jul. 2020.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **Práticas de leitura no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007. Disponível em: <https://tede2.ufma.br/jspui/bitstream/tede/117/1/Samuel%20Luis%20Vellasquez.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **Práticas leitoras no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações.** São Luís: EDUFMA, 2010.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Os livros escolares nos jornais maranhenses no período imperial. *In: CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; FELGUEIRAS, Margarida Louro (org.). Escritos de História da Educação.* São Luís: Café & Lápis, 2012.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **O livro escolar no Maranhão Império.** São Luís:

EDUFMA; Café & Lápis, 2017.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Paraná, v. 36, p. 1–21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.71156>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Childhood of the artificer apprentices in Maranhão Empire (1841-1899). **Paedagogia Historica**, v.. 6, p. 1-117, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00309230.2021.1979054>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **A circulação dos livros escolares franceses no Maranhão Império (1822-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2022.

CASTRO, Cesar Augusto. **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009. 464 p.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013.

CEDOM. **Memória Histórica do Colégio Pedro II**, [s. l.], 2020. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html. Acesso em: 10 Jul. 2020.

CERQUEIRA, Daniel. L. **Audio-Arte: memórias de um blog musical**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 5, n. 11, p. 173–191, abr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141991000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 8 Nov. 2020.

CHARTIER, Roger. **El mundo como representación: estudios sobre historia cultural**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1992.

CORAZZA, Sandra Mara. O paradoxo do uniforme. **Pátio: revista pedagógica**, Porto Alegre, p. 54–56, set. 2003. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1hh-Ry8hNMSCyB3dBx8mwNSxNFs_LBKV/view. Acesso em: 9 Nov. 2021.

CPDOC. **LEITE, Benedito**, [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEITE,%20Benedito.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CPDOC. **MARTINS, Alfredo da Cunha**, [S. l. s. n.], 2013. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MARTINS,%20Alfredo%20da%20Cunha.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CPDOC. **MOURÃO, João Tolentino Guedelha**, [S. l: s. n.], 2013. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/1%20Verbetes%20letra%20M.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CPDOC. **RODRIGUES, José Barreto Costa**, [S. l: s. n.], 2013. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RODRIGUES, José Barreto Costa.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RODRIGUES,%20José%20Barreto%20Costa.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.

CPDOC. **VIEIRA, Belfort**, [S. l. s. n.], 2013. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/VIEIRA,%20Manuel%20In%C3%A1cio%20Belfort.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CPDOC. **VIEIRA JÚNIOR, Casimiro Dias**, [S. l. s. n.], 2013. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/VIEIRA%20J%C3%9ANIO%20R,%20Casimiro%20Dias.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CRUZ, Mariléia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 209–230, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n73-011>. Acesso em: 8 nov. 2020.

DOURADO, José Ribamar. **A indústria no Maranhão: um novo ciclo**. Brasília: IEL, 2008. *E-book*. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/7d/35/7d35b539-822c-461d-b5ca-f0a1b14996a1/20121101181107766750e.pdf. Acesso em 30 jan. 2022.

DUSSEL, Inés. Cuando las apariencias no engañan: una historia comparada de los uniformes escolares en Argentina y Estados Unidos (siglos XIX-XX): Cultura Escolar e a Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus. **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 65–86, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643755/11270>. Acesso em: 8 nov. 2020.

ECO, Umberto; SIGURTÁ, Renato; LIVOLSI, Marino; ALBERONI, Francesco; DORFLES, Gillo; LOMAZZI, Giorgio. **Psicologia do vestir**. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive (org.) **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135–150.

FERNANDES, José. **A indústria gráfica no Maranhão** (apontamentos para a história). São Luís: Gráfica Minerva, 2015.

FREIRE, Letícia de Freitas Cardoso. **Cá entre nós! deixa que eu seja eu**: um estudo de caso sobre usos que alunos do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros/ MG fazem do uniforme escolar. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://bdae.org.br/bitstream/123456789/978/1/tese.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, André. **Cultura material escolar: o papel da arquitetura**.

Pro-Posições, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 135–144, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643759>. Acesso em: 26 jun. 2021.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/273>. Acesso em: 08 nov. 2020.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 139-159, jan/mar de 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115325713008.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Maria de Lourdes Ribeiro. **Cândido Ribeiro: o maior industrial do Maranhão dos séculos XIX e XX**. São Luis: EDUFMA, 2010.

HAGE, Fernando. João Affonso: O homem que escreveu o primeiro livro de história da moda no Brasil. *In: COLOQUIO DE MODA*, 3., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SENAC, 2019. Disponível em: http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio de Moda - 2010/71890_Joao_Affonso_-_O_Homem_Que_Escreveu_o_Primeiro_Livro_d.pdf. Acesso em: 5 nov. 2021.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IBICT. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). *[S.l.: s. n]*, 2020. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/history>.

ITAPARY, Joaquim. **A falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil**. São Luis: ALUMAR, 1995.

JORGE, Sebastião. **A imprensa do Maranhão o séc. XIX (1821-1900)**. São Luís: Lithograf, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, *[s. l.]*, v. 1, n. 1, p. 9–43, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

KINCHECKI, Ana Paula de Souza; SOUSA, Gustavo Rugoni de. A escola e seus objetos : reflexões sobre cultura material escolar. *In: COLBEDUCA - Colóquio Luso-Brasileiro de Educação*, 3., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2017. p. 1-3. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/10740>. Acesso em 19 out. 2021.

LONZA, Furio. **História do uniforme escolar no Brasil**. São Paulo: Rhodia; MEC, 2005.

LOPES, Bernardino da Costa. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2790/b-lopes>. Acesso em: 2 mar. 2022.

LUCA, Tania Regina de. **Pensar a imprensa: Impressos periódicos: percursos de pesquisa - [S. l.: s. n.]**, 2019, 1 vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rmhEKtiQ1zg&ab_channel=CasaRuiBarbosa. Acesso em: 28 fev. 2022.

MALLMAN, Ivone Maria. **O uniforme escolar do Colégio Santo Antônio de Estrela (RS): a moda entrelaçando a cultura escolar (1939-2005)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015. Disponível em: [http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3507/1/Ivone Maria Mallmann.pdf](http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3507/1/Ivone%20Maria%20Mallmann.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

MARANHÃO. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís: Edições SECMA, 2007.

MARCON, Mônica D'Andréa. **Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias do Sul)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/512/Dissertacao Monica DAndrea Marcon.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/512/Dissertacao%20Monica%20DAndrea%20Marcon.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 jul. 2020.

MATOS, Marcos Fábio Belo. **Jornal Pacotilha: uma voz pela modernidade fin-de-siècle em São Luís. Outros Tempos**, São Luís, v. 18, n. 32, p. 1–23, 2021. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/862/915. Acesso em: 16 jun. 2021.

MENDES, Silvan Sousa. **A "ausência" de cor dos alunos no Lyceu do Maranhão (1871-1889)**. 2017. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2195/1/SILVANMENDES.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

MEIRELES, Mário M. **Panorama da literatura maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

MORAES, Jomar. **Antônio Rego, médico e humanista**. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/antonio-rego-medico-e-humanista/>. Acesso em: 3 Nov. 2021.

MOURÃO, Gerardo Mello Mourão. **História dos partidos políticos no Brasil. Estudos eleitorais**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, jan./abr, 2008. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/1197/2008_mourao_historia_partidos_politicos_brasil?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 jul. 2021.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da educação e fontes**. In: GONDRA, José Gonçalves (ed.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 49–62. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.5_set_1993.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

OLIVEIRA, Antonio Guimarães de. **São Luís: memória & tempo - São Luís em cartões postais**

e álbuns de lembranças. v. 2. São Luís: NovaGraf Comunicação visual, 2010.

PLATTNER, Sabine. **Afinal, quem é Goethe?** [S. l.]: Goethe-Zentrum, 2016. Disponível em: <https://goethebrasil.org.br/blog/afinal-quem-e-goethe/>. Acesso em: 12 mar 2021.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde11072007103448/publico/TESE_JOSE_NILDO_JESUS_PEREIRA.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; CASTRO, César Augusto; RAMOS, Roseli de Oliveira. O imaginário sobre a Biblioteca Pública Benedito Leite: alguns aspectos. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Cariri, v.2, n. 1, p. 67-82, jan./jun., 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52010>. Acesso em: 11 set. 2021.

PERES, Eliane; SOUZA, Gisele de. Aspectos teóricos-metodológicos de pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013. p. 43–68.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade de. Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 38, p. 237–250, 2014. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/750>. Acesso em 18 maio 2021.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RIBEIRO, Ivanir. “**Sem uniforme não entra**”: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1962- 1983). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006d/00006d71.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, p. 575–588, jul./set 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RIBEIRO, Vânia Mondego. **A implantação do ensino secundário público maranhense: Liceu Maranhense**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação).– Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/137/1/Vania_Mondego.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

ROCHA, Mariani Viegas da. **Corpos disciplinados e decentes: a vestimenta escolar a serviço do controle e da vigilância dos corpos femininos**. 2020. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69078/R_-_D_-_MARIANI_VIEGAS_DA_ROCHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 dez. 2021.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: polo cultural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade.** 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2016. 176 p.

SANTOS, Haniery Conceição dos. **Viva a República: Os discursos republicanos nos jornais maranhenses 1889-1890.** 2013. Monografia (Licenciatura em História) –Universidade Estadual do Maranhão, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2015/09/1.-haniery-concei%C3%A7%C3%A3o-dos-santos.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820-1880).** Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1883.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920).** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920).** São Luís: UEMA, 2015.

SILVA, Diana Rocha da. **As Casas de Ensino do Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912).** 2017. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciência e Letras da Unesp/ Campos de Araraquara, Araraquara, SP, 2017. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4319.pdf. Acesso em: 22 abr 2022.

SILVA, Regina Célia Pereira da. **As representações sociais das mães e dos profissionais sobre a uniformização escolar: o caso do laboratório de desenvolvimento infantil.** 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3317/1/texto_completo.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, Katiene Nogueira. **“Criança Calçada , Criança Sadia !”:** Sobre os uniformes escolares na escola pública paulista entre os anos de 1950 a 1970. 2006. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29062007-152705/pt-br.php>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVEIRA, Eveline Maria de Azevedo. **Moda e os uniformes escolares: aspectos históricos do fardamento escolar no Ceará.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19247/1/2016_dis_emasiveira.pdf. Acesso em: 10 Jul. 2020.

SOARES, Carmen Lúcia. **As roupas destinadas aos exercícios físicos e ao esporte: nova sensibilidade, nova educação do corpo (Brasil, 1920-1940).** **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 81–96, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/4YYY8P9Vg6jQBGpKRqkDkYz/?lang=pt>. Acesso em 30 out. 2021.

SOUSA, Wendell Emmanuel Brito de. **Luz e sombra das projeções: o cinema na São Luís moderna (1897-1914).** 2012. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Estadual

do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2015/09/12.-wendell-emmanuel-brito-de-sousa.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SOUZA, Gilda de Melo e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Rosa Fátima de. A escola modelar da República e a escolarização da infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. *In*: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lucia Gaspar de; SÁ, Elisabeth F. de (eds.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**. Cuiabá: EDUFMC, 2013. p. 19–57.

TAVARES, Rachel de Sousa. **Escola e infância: processo de institucionalização dos jardins de infância na capital do Maranhão no período de 1870 até a década de 1930**. 2018. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/27945/1/Escolainf%20c3%a2nciaprocesso_Morais_2018.pdf. Acesso em 18 fev. 2021.

TEIXEIRA, Gaspar. **Maranhão ilustrado**. v. 1. São Luiz: Typ. da Alfaiataria Teixeira, 1899. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150723155400.pdf. Acesso em 08 abr. 2020.

TOURINHO, Mary Angélica Costa; MOTA, Diomar das Graças. As normalistas no início do século xx em São Luís do Maranhão : ações e mobilizações estudantis. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.5, n.1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/5359/3251> . Acesso em: 14 out. 2020.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. *In*: CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. 2nd ed. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2013. p. 19–41.

VILANETO, Quincas. **Catálogo histórico da imprensa maranhense: do prelo ao prego. 1833-2007/ municípios**. São Luís: UEMA, 2008. vol. 1, .

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7–47, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5092026/mod_resource/content/3/VINCENT%20G.%3B%20LAHIRE%20B.%3B%20THIN%20D.%202001.%20Sobre%20a%20hist%C3%B3ria%20e%20a%20teoria%20da%20forma%20escolar.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1896 -1934)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

DOCUMENTOS

ANAIS DO CONGRESSO

MARANHÃO. Anais do Congresso do Estado do Maranhão, 1894. Acta da sessão ordinária em 15 de junho de 1894. Presidência de Monsenhor Mourão. São Luís: [s. n.], 1894. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/> Acesso em: 12 mar. 2021.

MARANHÃO. Anais do Congresso do Estado do Maranhão. 1.^a Sessão Ordinária da 2.^a Legislatura. Maranhão: [s.n], 1895. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 24 out. 2021.

MARANHÃO. Anais do Congresso do Estado do Maranhão. 3.^a Sessão Ordinária da 2.^a Legislatura. Maranhão: [s.n], 1897. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2021.

JORNAIS

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Actos Officiaes.** Publicado em 09 de junho de 1894. Ano XXV, ed. 6228. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Congresso do Estado.** Publicado em 12 de junho de 1894. Ano XXV, ed. 6230. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 3. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Instrucção Publica.** Publicado em 13 de junho de 1894. Ano XXV, ed. 6231. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Instrucção Publica.** Publicado em 14 de junho de 1894. Ano XXV, ed. 6232. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Aos exms. srs. dr. Governador do Estado e Membros do Congresso legislativo do Estado.** Publicado em 15 de junho de 1894. Ano XXV, ed. 6233. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Instrucção Publica.** Publicado em 16 de junho de 1894. Ano XXV, ed. 6234. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 1-2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Actos Officiaes.** Publicado em 16 de junho de 1894. Ano XXV, ed. 6234. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 1-2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **[Notícia sem título].** Publicado em 16 de julho de 1894. Ano XXV, ed. 6258. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. Publicado em 19 de novembro de 1894. Ano XXV, ed. 6372. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 1. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Secção oficial / Governo do Estado/ Expediente/ Do dia 8 de junho de 1894/ Portaria.** Publicado em 23 de julho de 1894. Ano XXV, ed. 6264. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1894. p. 1. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Editaes - Instrução Publica.** Publicado em 29 de janeiro de 1895. Ano XXVI, ed. 6420. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1895. p. 1-2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Editaes - Instrução Publica.** Publicado em 30 de janeiro de 1895. Ano XXVI, ed. 6421. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1895. p. 1-3. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Secção oficial. Governo do Estado.** Publicado em 31 de janeiro de 1895. Ano XXVI, ed. 6422. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1895. p. 1. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Secção oficial. Governo do Estado. Regulamento da Instrução Pública do Maranhão para execução da Lei n. 56 de 15 de maio de 1893.** Publicado em 7 de fevereiro de 1895. Ano XXVI, ed. 6428. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1895. p. 2. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Secção Official** [parte inicial, coluna 1, danificada]. Publicado em 05 de janeiro de 1898. Ano XXIX, ed. 7302. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1898. p. 1. 4 p.

DIARIO DO MARANHÃO: Jornal do commercio, lavoura e indústria. **Notas Militares – Companhia de bombeiros - Serviço para o dia 28.** Publicado em 27 de abril de 1909. Ano XL, ed. 10738. São Luís: Typographia a vapor de Frias Filho & C^a Succs, 1909. p. 2. 4 p.

O IMPARCIAL. Matutino independente. Publicado em 12 de setembro de 1932. Anno VII, n. 4009. São Luís: [s. n.], 1932. 4 p.

O MALHO. Crônica mensal. Publicado em dezembro de 1880. ed. 2. Maranhão: Tip. do Frias, 1880. 112 p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700789&pesq=&pagfis=82>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **O uniforme dos estudantes**. Publicado em 30 de maio de 1894, ano XIV, ed. 127. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. [Notícia sem título]. Publicado em 31 de maio de 1894, ano XIV, ed. 128. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Pacotilha: a cadeira de gymnastica**. Publicada em 7 de junho de 1894, ano XIV, ed. 134. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. [Notícia sem título]. Publicado em 11 de junho de 1894, ano XIV, ed. 137. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. [Notícia sem título]. Publicado em 12 de junho de 1894, ano XIV, ed. 138. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Pacotilha – Uniforme de Estudantes**. Publicado em 14 de junho de 1894, ano XIV, ed. 140. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. [Notícia sem título]. Publicado em 16 de junho de 1894, ano XIV, ed. 142. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Uniforme-Casimiro**. Publicado em 21 de junho de 1894, ano XIV, ed. 146. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. [Notícia sem título]. Publicado em 06 de julho de 1894, ano XIV, ed. 159. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Pacotilha – A questão do uniforme**. Publicado em 09 de julho de 1894, ano XIV, ed. 161. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Pacotilha – A questão do uniforme**. Publicado em 13 de julho de 1894, ano XIV, ed. 165. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2-3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Uniforme <<Casimiro>>**. Publicado em 13 de julho de 1894, ano XIV, ed. 165. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2-3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Uniforme Casimiro**. Publicado em 14 de julho de 1894, ano XIV, ed. 166. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. [Notícia sem título]. Publicado em 16 de julho de 1894, ano XIV, ed. 167. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. [Notícia sem título]. Publicado em 02 de agosto de 1894, ano XIV, ed. 182. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Coisas eleitoraes**. Publicado em 22 de dezembro de 1894, ano XIV, ed. 303. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1894, p. 2-3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. [Notícia sem título]. Publicado em 06 de agosto de 1895, ano XV, ed. 183. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1895, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Lyceu Maranhense**. Publicado em 26 de maio de 1896, ano XVI, ed. 124. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1896, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Pacotilha – Instrução Pública**. Publicado em 03 de junho de 1896, ano XVI, ed. 131. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1896, p. 2. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Despachou**. Publicado em 10 de setembro de 1897, ano XVII, ed. 213. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1897, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Despachou**. Publicado em 11 de setembro de 1897, ano XVII, ed. 214. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1897, p. 1. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Despachou**. Publicado em 13 de setembro de 1897, ano XVII, ed. 215. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1897, p. 1. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Despachou**. Publicado em 14 de setembro de 1897, ano XVII, ed. 216. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1897, p. 1. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Despachou**. Publicado em 15 de setembro de 1897, ano XVII, ed. 217. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1897, p. 1. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **Despachou**. Publicado em 16 de setembro de 1897, ano XVII, ed. 218. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1897, p. 1. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **O uniforme d_s estudantes**. Publicado em 17 de setembro de 1897, ano XVII, ed. 296. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1897, p. 3. 4 p.

PACOTILHA: Jornal da Tarde. **O Manduca**. Publicado em 02 de janeiro de 1904, ano XXIV, ed. 2. São Luís: Typographia a vapor da Pacotilha, 1904, p. 1. 4 p.

PACOTILHA: Hebdomadário crítico e noticioso. Publicado em 14 de novembro de 1880, ano I, ed. 3. São Luís: Typographia da Pacotilha, 1880, p. 1. 4 p.

LEIS E DECRETOS

MARANHÃO. Lei n. 102 de 8 de abril de 1895. Estabelece a taxa de cinco mil réis anuais para cada matrícula ou inscrição no Liceu Maranhense. In: MARANHÃO. Coleção de Leis do Estado do Maranhão de 1895. Maranhão: [s.n], 1895. p. 14. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em 05 jul. 2022.

MARANHÃO. Lei n. 119 de 2 de maio de 1895. Reorganiza a Instrução Pública do Estado. In: MARANHÃO. Coleção das Leis do Estado do Maranhão de 1895. Maranhão: [s.n], 1895. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MARANHÃO. Lei n. 232 de 5 de março de 1900. Separa o Lyceu a Secretaria da Instrução Pública e dá outras providências. In: MARANHÃO. Coleção das Leis do Estado do Maranhão

de 1900. Maranhão: [s.n], 1900. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 9 ago. 2021.

MENSAGENS E RELATÓRIOS

MARANHÃO. Mensagem com que o exm. sr. 1.º vice-governador do Estado do Maranhão Dr. Casimiro Dias Vieira Junior abriu a 3.ª sessão do triênio do Congresso do Estado em 5 de junho de 1894. Maranhão: [s.n], 1894. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em 12 fev. 2022.

MARANHÃO. Mensagem com que o exm. sr. Manoel Ignacio Belfort Vieira apresentou ao Congresso do Estado em 18 de fevereiro de 1897. Maranhão: [s.n], 1897. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 15 de fevereiro de 1900 pelo exm. snr. dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador. Maranhão: [s.n], 1900. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 13 de fevereiro de 1901 pelo Exm. Snr. Governador Dr. João Gualberto Torreão da Costa. Maranhão: [s.n], 1901. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 24 dez. 2021.

MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 16 de fevereiro de 1905 pelo exm. Sr. Coronel. Alexandre Colares Moreira Junior, 1.º vice-governador. Maranhão: [s.n], 1905. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MARANHÃO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1.ª sessão da 10.ª legislatura, em 5 de fevereiro de 1919 pelo exm. snr. Dr. Raul da Cunha Machado, governador do Estado. Maranhão: Imprensa Oficial, 1919. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

MARANHÃO. Relatório apresentado ao exm. snr. Capitão-Tenente Manoel Ignacio Belfort Vieira pelo 1.º Vice-Governador exm. snr. Dr. Casimiro Dias Vieira Junior em 2 de fevereiro de 1895. Maranhão: [s.n.]. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

REGULAMENTOS

MARANHÃO. Regulamento do Lyceu Maranhense criado pela Lei Provincial n. 77 de 24 de Julho de 1838 e equiparado ao Gymnasio Nacional pela Lei n. 56 de 15 de Maio de 1893. In: MARANHÃO. Regulamento da Instrução Pública do Maranhão. Maranhão: Tipografia do Frias, 1893. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARANHÃO. Regulamento do Lyceu Maranhense. In: MARANHÃO. Regulamento da Instrução Pública do Maranhão. Maranhão: Tipografia do Frias, 1893. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARANHÃO. Regulamento da Instrução Pública. In: MARANHÃO. In: Anais do Congresso do Estado do Maranhão. Maranhão: [s.n.], 1894. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/> Acesso em: 6 set. 2021.

MARANHÃO. Regulamento do Lyceu Maranhense aprovado pelo Congresso do Estado em 2 de abril de 1901. In: MARANHÃO. Coleção das Leis, pareceres do Congresso, Decretos, Regulamentos e Decisões do Estado do Maranhão de 1901. Maranhão: Typograifa do Frias, 1902. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2021.